

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA

WELLITON MARTINS BINDANDI

**SUJEITO, LÍNGUA E ESPAÇO: O ESTADO DE MATO GROSSO NA TEIA DO
DISCURSO**

CÁCERES-MT

2021

WELLITON MARTINS BINDANDI

**SUJEITO, LÍNGUA E ESPAÇO: O ESTADO DE MATO GROSSO NA TEIA DO
DISCURSO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do professora Dra. Silvia Regina Nunes.

CÁCERES-MT

2021

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

B612s BINDANDI, Welliton Martins.
Sujeito, Língua e Espaço: O Estado de Mato Grosso na Teia do Discurso / Welliton Martins Bindandi – Cáceres, 2021.
131 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.
Orientador: Silvia Regina Nunes

1. Mato Grosso. 2. Fronteira. 3. Discurso. 4. Sujeito. 5. Espaço. I. Welliton Martins Bindandi. II. Sujeito, Língua e Espaço: O Estado de Mato Grosso na Teia do Discurso.
CDU 81'1

WELLITON MARTINS BINDANDI

**SUJEITO, LÍNGUA E ESPAÇO: O ESTADO DE MATO GROSSO NA TEIA DO
DISCURSO**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvia Regina Nunes
Orientadora – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo
Avaliadora Externa – IEL – LABEURB/UNICAMP

Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira
Avaliadora Externa – PPGL/LETRAS/UFMS

APROVADA EM: ____/____/____

DEDICATÓRIA

A **Deus**, pela vida.

Ao Meu Pai, **José Bindandi** e,
Minha Mãe, **Claudete Martins Bindandi**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** pela vida e oportunidade de viver a experiência desta pesquisa.

Aos meus pais, **José Bindandi** e **Claudete Martins Bindandi**, que sempre me ensinaram o melhor caminho a percorrer, pela força e apoio em todos os momentos.

Aos meus **familiares e amigos** pelas orações, apoio, boas vibrações e por compreender minha ausência em reuniões e *happy hour*.

À **Profa. Dra. Silvia Regina Nunes** pela dedicação e profissionalismo na condução e orientação desta pesquisa. Gratidão pela sensibilidade, apoio e paciência nos meses que precisei me ausentar dos estudos para tratamento médico (peça que a vida nos prega para nos tornar mais fortes).

À **Profa. Dra. Ana Maria Di Renzo**, **Profa. Dra. Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo**, **Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin** e **Profa. Dra. Verli Fátima Petri da Silveira**, por comporem a banca avaliadora. Satisfação em tê-las presentes nesse momento da pesquisa e contar com suas contribuições valiosas que enriqueceram ainda mais este estudo.

À **Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado** (UNEMAT) e ao **Programa de Pós-Graduação em Linguística** (PPGL/UNEMAT-Cáceres), que me oportunizou diversas experiências acadêmicas. Em especial, aos Professores Doutores **Albano Dalla Pria** (coordenador do PPGL/UNEMAT), **Taisir M. Karim** (pela orientação da pesquisa em área diferente), **Olimpia Maluf-Souza** (pelo diálogo e orientação na graduação e no mestrado) e **Ana Luiza Artiaga R. da Motto** (pelas interlocuções e apoio).

Ao **Corpo Docente do Departamento de Letras** (UNEMAT/Cáceres), em especial aos Professores Doutores **Jânio Celso Silva Veiga**, **Nancy Lopes Yung** e **Mariza Pereira da Silva**.

Aos meus **amigos e colegas de estudos**.

Enfim, agradeço as demais pessoas que de uma forma direta e/ou indireta possibilitaram a realização desta pesquisa. A todos o meu grato reconhecimento e agradecimento.

EPÍGRAFE

Pensar uma história única tira a complexidade de nossa história, de nossas histórias. Em uma história, há muitas e, portanto, há sentidos que não confinam mas que partem em muitas e variadas direções. Não são diferentes versões de uma história: são os diferentes sentidos de muitas histórias possíveis. Relacionar-se pois com um acontecimento [...] é relacionar-se com muitas, múltiplas histórias.

(ORLANDI, 2011, p. 103).

RESUMO

Esta pesquisa, inscrita na linha de “Estudos dos Processos Discursivos” do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso (PPGL/UNEMAT), objetiva compreender discursivamente os processos de constituição e significação do espaço, da língua e do sujeito no Estado de Mato Grosso. Para alcançar tal objetivo, buscamos analisar materiais que colocam os sentidos, o sujeito e o espaço em um mesmo movimento (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, 2011), assim, pela memória institucional e de constituição (popular) que compõem nosso arquivo de pesquisa – e que referimos como *dizeres e sentidos que significam e espacializam o sujeito no Estado de Mato Grosso* – temos acesso a um lugar de constituição, subjetivação e fronteira na relação entre ser mato-grossense e ser brasileiro nesse espaço. O trabalho se ancora nos pressupostos teóricos, metodológicos e analíticos da Análise de Discurso de linha francesa, que pensa o discurso enquanto efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2014a) e a relação do sujeito com a língua e com a história, determinando formas de significação e identificação no/para o espaço. Para a pesquisa, foi necessária a articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL), que objetiva compreender a constituição de um saber da/sobre a língua, para se pensar na constituição da língua em Mato Grosso, sua memória e sua relação fronteiriça com a língua nacional, por meio daquilo que se identifica e desidentifica para o sujeito e seu espaço de significação. Pelo objeto de estudo, que colocam os sentidos e os sujeitos em relação ao espaço, vimos o modo como o sujeito se constitui ao se confrontar com os sentidos estabilizados por um discurso institucional, pelo que faz funcionar em uma memória de arquivo, e uma memória de constituição colonial, marcada pelo processo de colonização portuguesa em relação aos nativos da terra, os indígenas. Para isso, buscamos responder à pergunta: *como o sujeito no Estado de Mato Grosso se constitui discursivamente para dizer de si enquanto mato-grossense e brasileiro?* O arquivo de pesquisa constituiu-se a partir de dois pontos, que dão formato ao *corpus*: a) o funcionamento de um discurso institucional com documentos oficiais do Estado de Mato Grosso, como a Bandeira, o Brasão das Forças Armadas e o Hino do Estado de Mato Grosso (seção II) e b) a pichação, a canção popular “Nandaia” e o “Espetáculo Nandaia” (seção III), tomados enquanto uma narratividade popular, a partir da memória de constituição da língua e do sujeito no espaço mato-grossense. A *memória discursiva* (interdiscurso) e a *memória institucional* (memória de arquivo) se marcam fortemente na pesquisa: *esta*, trata-se de um discurso estabilizado do Estado, daquilo “[...] que não se deve esquecer, faz parte da inserção do sujeito em uma formação social [...] que afeta a relação do sujeito com aquilo que, na sociedade, se deve lembrar, no caso, face à cultura e à arte” (ORLANDI, 2020, p. 513); *aquela*, trata-se da memória de constituição do sujeito, estruturada pelo esquecimento (Ibid.), que, em sua formulação, mostra o que deve e pode ser dito enquanto efeito e que, pela sua inscrição interdiscursiva, se marca, pela equivocidade da língua, do espaço e do sujeito no Estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: Mato Grosso; Fronteira; Discurso; Sujeito; Espaço.

ABSTRACT

This research, inscribed in the line of "Studies of Discursive Processes" of the Graduate Program of the University of the State of Mato Grosso (PPGL/UNEMAT), aims to discursively understand the processes of constitution and meaning of space, language, and the subject in the Mato Grosso State. To achieve this goal, we seek to analyze materials that put the senses, the subject and the space in the same movement (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, 2011), thus, through the institutional memory and (popular) constitution that make up our research archive – and what we refer to as *sayings and meanings that signify and spatialize the subject in the State of Mato Grosso* – we have access to a place of constitution, subjectivation and frontier in the relationship between being Mato Grosso and being Brazilian in this space. The work is anchored in the theoretical, methodological, and analytical assumptions of French Discourse Analysis, which thinks of discourse as an effect of meaning between speakers (PÊCHEUX, 2014a) and the subject's relationship with language and history, determining forms of meaning and identification in/for space. For the research, it was necessary to articulate with the History of Linguistic Ideas (HIL), which aims to understand the constitution of knowledge of/about language, to think about the constitution of language in Mato Grosso, its memory, and its border relationship with the national language, through what is identified and disidentified for the subject and its space of meaning. Through this object of study, we saw the way in which the subject is constituted when confronted with the senses stabilized by an institutional discourse for what makes it work in an archive memory and a memory of colonial constitution, marked by the process of Portuguese colonization in relation to natives of the land, the indigenous. To this end, we seek to answer the question: *how does the subject in the State of Mato Grosso constitute himself discursively to say about himself as Mato Grosso and Brazilian?* The research file was constituted from two premises, which shape the corpus: a) the functioning of an institutional discourse with official documents from the State of Mato Grosso, such as the Flag, the Coat of Arms of the Armed Forces and the Anthem of the State of Mato Grosso (chapter II) and b) graffiti, the popular song "Nandaia" and "Espetáculo Nandaia" (chapter III), taken as a popular narrative based on the memory of the constitution of language and the subject in the Mato Grosso space. The *discursive memory* (interdiscourse) and *institutional memory* (archive memory) is strongly marked in the research: this is a stabilized discourse of the State, that "[...] that should not be forgotten, it is part the insertion of the subject in a social formation [...] that affects the subject's relationship with what, in society, should be remembered, in this case, in the face of culture and art" (ORLANDI, 2020, p. 513); the former is the subject's constitution memory, structured by forgetting (Ibid.), which, in its formulation, shows what should and can be said as an effect and which, by its interdiscursive inscription, is marked by the equivocality of language, space and subject in the State of Mato Grosso.

Key words: Mato Grosso; Frontier; Discurs; Subject; Space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aumento do território colonial brasileiro após o Tratado de Madrid pela ação dos bandeirantes.....	21
Figura 2: Bandeira do estado de Mato Grosso.....	54
Figura 3: Bandeira do Brasil.....	55
Figura 4: Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso	59
Figura 5: Brasão de Armas do Estado de São Paulo.....	61
Figura 6: Muro situado à Rua Dom Aquino, Cáceres-MT. Data 26/12/2015.....	76
Figura 7: Panfleto do Espetáculo Nandaia: Flor Ribeirinha	103
Figura 8: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	107
Figura 9: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	107
Figura 10: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	108
Figura 11: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no YouTube.....	108
Figura 12: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	109
Figura 13: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	109
Figura 14: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	110
Figura 15: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	110
Figura 16: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	111
Figura 17: Espetáculo Nandaia - Flor Ribeirinha	111
Figura 18: Espetáculo Nandaia - Flor Ribeirinha:	112
Figura 19: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	115
Figura 20: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	115
Figura 21: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	116
Figura 22: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	116
Figura 23: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	117
Figura 24: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.....	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

SEÇÃO I

A LINGUAGEM E SEU FUNCIONAMENTO DISCURSIVO: LÍNGUA, SUJEITO E ESPAÇO.....	19
--	-----------

1.1 A relação língua-sujeito-espaço na constituição do Estado de Mato Grosso.....	19
1.2 O processo de constituição de uma língua nacional.....	23
1.3 Língua(gem), discurso e espaço discursivo.....	27
1.4 Documento/monumento/arquivo e linguagem: gestos de leitura.....	37
1.5 Processos de identificação do sujeito.....	41

SEÇÃO II

O ESPAÇO ENQUANTO ESPAÇO DISCURSIVO: UM DISCURSO INSTITUCIONAL DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO.....	46
---	-----------

2.1 Símbolos que discursivizam o processo de territorialização de Mato Grosso.....	51
2.2 Hino do Estado de Mato Grosso: uma narratividade institucional do território e do espaço.....	66

SEÇÃO III

FRONTEIRA DISCURSIVA: SER BRASILEIRO E SER MATO-GROSSENSE NO DISCURSO POPULAR DE TRADIÇÃO ORAL.....	76
--	-----------

3.1 O discurso fundador e a palavra Nandaia: a constituição de uma identidade nacional em Mato Grosso.....	80
3.2 O funcionamento da palavra Nandaia na tradição popular.....	93
3.3 “Canta e dança nandaia”: sentidos, sujeitos e espaço.....	96
3.4 O Espetáculo Nandaia e o efeito de contradição e evidência do/no espaço.....	102

CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	124
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Carrego meus primórdios num andar,
minha voz tem um vício das fontes.
Eu queria avançar para o começo.
Chegar ao criancamento das palavras.
Lá onde elas ainda urinam nas pernas.
Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos.
Quando a criança garatuja o verbo para falar o que
não tem.
Pegar no estame do som.
Ser a voz de um lagarto escurecido.
Abrir um descortínio para o arcano

(BARROS, 1998, n. p)

Iniciar nossa conversa com uns dos escritores consagrados da literatura brasileira produzida por um mato-grossense, Manuel de Barros, implica colocá-lo em diálogo com o propósito desta tese, que é analisar discursivamente o processo de constituição do Estado de Mato Grosso, a partir do funcionamento discursivo da linguagem, do sujeito e do espaço.

Vemos, pelo que funciona na poesia do poeta, o sujeito ao ser confrontado com o logicamente estabilizado, pela natureza da língua(gem) e sua incompletude, vemos aquilo que funciona pela materialidade discursiva. Desse modo, dar voz aos gritos e sussurros da constituição de um espaço discursivo no Estado de Mato Grosso, e de um processo de (des)identificação que os sujeitos estabelecem no/para o mundo, significando e se significando a partir daquilo que funciona pela materialidade da língua(gem).

Barros (1998), no seu modo singular de dizer sobre o cotidiano em suas poesias, é considerado o poeta das coisas “insignificantes”, “rasteiras”, “menosprezadas”, “vis”, “desprezíveis”; ou seja, de coisas “sem valor”, por exemplo, para o homem e um sistema capitalista. Podemos considerar que a poesia (ou por meio daquilo que funciona nela), coloca o sujeito em um lugar determinado pela sua constituição social, histórica e ideológica. Nessa direção, o poeta ao significar as coisas vis, significa também o espaço e uma história de constituição do sujeito mato-grossense, parece-nos que suas palavras carregam os efeitos de um vivido e perdido, mas que na sombra do seu dito os sentidos se mostram, transitam pela *incompletude da língua*, a possibilidade de o sentido sempre ser outro (ORLANDI, 2010a).

Na poesia em questão, podemos perceber esse lugar de constituição do espaço e do sujeito, ao trazer em palavras seu anseio, o desejo pelo vivido. O sujeito toma suas lembranças como a coisa mais singela e preciosa de sua vida: “Carrego meus primórdios num andor”, e,

assim, mostra seu desejo e sua condição de impossibilidade de viver suas lembranças novamente: “Eu queria avançar para o começo / Chegar ao criancimento das palavras / Lá onde elas ainda urinam nas pernas” (BARROS, 1998, n. p).

Vale atentar-se para a palavra “queria”, que em sua flexão verbal, frequentemente usada como condicional, em substituição a “quereria”, produz o efeito de impossibilidade de chegar a algum lugar, nesse caso, mostra o desejo do sujeito, seu anseio em “[...] avançar para o começo”. Pela formulação, compreendemos que o sujeito, nesse desejo, não anseia *voltar* ao começo, mas sim, *avançar* ao começo (como se fosse possível). Nesse sentido, o que se coloca em funcionamento é o desejo impossível de um sujeito que não mais se identifica com o que o cerca, pois ao lembrar do passado e do anseio latente em viver suas lembranças, ele coloca em questão sua condição. Assim, ao cantar sua poesia, o sujeito parece resistir àquilo que mudou, àquilo que o distanciou de seus *primórdios*, àquilo que não faz parte de suas lembranças tão singelas, agora, *moldadas*.

Nessa direção, vemos um sujeito angustiado, relutante e resistente, que, pela incompletude da língua, na linguagem metafórica, mostra suas incoerências e contradições nos movimentos em resistir aos sentidos postos pela normatização da língua, que outrora tão simples e singela, como suas lembranças; agora tão áspera fazendo-o desejar ao retorno, “Chegar ao criancimento das palavras [...] Antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos. / Quando a criança garatuja o verbo para falar o que não tem”.

O interesse em compreender o processo de constituição do sujeito mato-grossense e sua relação de fronteira em ser brasileiro, deu-se, principalmente, quando fui para a cidade de Cáceres-MT cursar Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso. De pais migrantes, de São Paulo e Minas Gerais, descendentes de italianos e alemães, nasci em Cáceres, porém toda minha formação social e escolar foi no interior do município, na fronteira do Brasil com a Bolívia, entre o município de Cáceres e San Matias, em uma comunidade de Reforma Agrária da década de 90, sendo a maior parte da população dessa comunidade formada por migrantes de outros estados brasileiros, principalmente do Sul e Sudeste do país.

Instalado em Cáceres e em um curso em que pensa a língua e a linguagem humana e sua relação com o espaço e a história, percebi o distanciamento da minha cultura e língua com o da baixada cuiabana, a qual inclui a cidade de Cáceres e outras cidades históricas em Mato Grosso. Formado na zona rural, no interior, do interior do Brasil e do Estado de Mato Grosso, limitado a conhecer outras culturas, principalmente por não ter acesso à *internet*, TV a cabo e biblioteca (na escola rural, quando tínhamos livros, eram apenas os didáticos), parecia um estranho na minha própria terra.

A partir daí questionava meu espaço de constituição por ser cacerense, mato-grossense e não me identificar com a cultura e a língua desse lugar. Isso foi muito impactante para mim, sempre ouvia pessoas, inclusive meus professores na universidade, dizendo se eu era realmente cacerense, ou mato-grossense. Essas questões me fizeram levar para pesquisar no mestrado o Centro Histórico da cidade, tombado pelo poder público enquanto Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro, tomado enquanto um arquivo, em que pudemos analisar o processo de constituição desse espaço e seu modo de significação no Estado e no Brasil pelo que funcionava nos documentos que compunham a cidade, como as vias, ruas, monumentos e arquitetura.

Por essa pesquisa de mestrado, pudemos compreender e dar voz aos processos de significação que transformam construções, tidas como comuns até o seu tombamento, em monumentos na cidade, e, nesse batimento, pudemos compreender o processo de produção de sentidos de monumentalidade na cidade de Cáceres-MT, significando, assim, o espaço e os sujeitos (BINDANDI, 2016). Diante dessas questões, ao colocar o monumento em relação ao simbólico e a história, vimos aquilo que escapava de sua memória institucional, arquivada no monumento. Chamamos esse funcionamento de monumentalidade – ou uma ordem monumental – pois trata-se dos sentidos que furam os sentidos estabilizados, marcam-se pela incompletude da língua(gem), pelas contradições e equívocos. Ou seja, são os sentidos marginalizados, efeito do real da língua e da história (PÊCHEUX, 2010), sentidos da constituição do sujeito pelo interdiscurso e seu processo de historicização no espaço em funcionamento no monumento, denunciando, desse modo, outros sentidos de constituição instituído pela memória do dizer (BINDANDI, 2016). Esse funcionamento do monumento, para o qual partimos de Foucault (2008), assim como da relação da memória de arquivo com a memória discursiva, marca-se fortemente nesta pesquisa, inclusive destinamos uma subseção na primeira seção para falar desse funcionamento e seu efeito no nosso material de pesquisa.

Agora, nesta pesquisa de doutorado, buscamos compreender o lugar do mato-grossense e seu modo de significar a partir de seu processo de *constituição*. Vale destacar que, em nosso trabalho, ao referir aos processos de constituição, tomamos enquanto o lugar de constituição do dizer, do sujeito e seu espaço para a Análise de Discurso. Portanto, pensar no processo de constituição é o mesmo que pensar no funcionamento do discurso do sujeito e do espaço em Mato Grosso, ou seja, aquele que não cessa de se inscrever no interdiscurso, constituição de todo e qualquer dizer, para produzir tal efeito e não outro.

São questões que chamam nossa atenção exatamente porque elas nos fazem perceber a constituição do sujeito, cuja condição inquietante encontra eco no processo de constituição do Estado de Mato Grosso, aspecto que tem nos levados a pensar a língua enquanto forma

material do discurso, conforme Orlandi (2016). É por meio dessa forma material que temos acesso à materialidade significante (LAGAZZI, 2009), ao discurso de constituição, identificação e desidentificação (PÊCHEUX, 1990) do sujeito enquanto brasileiro e mato-grossense, marcando todo um processo de constituição, fronteira e discursividades, como podemos identificar na poesia de Manuel de Barros. A relação *material* e *materialidade*, aqui, diz do modo como a Análise de Discurso os compreende (discutiremos esses conceitos minuciosamente na primeira seção). Do mesmo modo a concepção de língua, sendo esta a forma material do discurso que, segundo Pêcheux (2014), trata-se de efeitos de sentidos entre locutores.

Observamos que o poeta mato-grossense, ao cantar sua poesia, coloca em funcionamento um discurso de constituição do sujeito nesse espaço. O espaço, nesse caso, concebido como espaço discursivo, sendo aquele em que o sujeito diz de si e de sua constituição – ao ler o sujeito, lemos também seu modo de inscrição espacial; assim como ler o espaço, também é ler o sujeito: um não se separa do outro, dizer de um é dizer do outro, ambos se constituem concomitantemente, o destino de um não se separa do destino do outro (ORLANDI, 2003). Esses efeitos de sentidos postos em funcionamento pelo sujeito, pelo espaço, significam-se na relação com história, tornando possível, pelas *condições de produção*, isto é:

[...] implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. (ORLANDI, 2010a, p. 40).

Assim, perceber aquilo que funciona enquanto uma posição-sujeito e sua maneira de *ser* e *estar* em um espaço discursivo, em nosso caso, pelo processo de historicização da língua na constituição do Estado de Mato Grosso, o qual se constituiu a partir do trabalho dos bandeirantes, que adentraram o interior da colônia portuguesa ultrapassando o Tratado de Tordesilhas (1494), estabelecido entre Portugal e Espanha, demarcando o que pertencia a uma e a outra coroa, à procura de terras e riquezas. Contudo, o descumprimento do Tratado de Tordesilhas forçou a criação de um novo tratado, o de Madrid (1750), que não só servia à redefinição das terras portuguesas e espanholas, como, também, definia os limites e as fronteiras do Estado de Mato Grosso.

Segundo a historiografia vigente¹, é importante destacar que é a partir desse fato que Mato Grosso começou a se constituir enquanto uma capitania na/da colônia portuguesa, sendo que, mais tarde, com a independência do Brasil, passou a instituir-se e a redesenhar-se enquanto um Estado situado na parte central do território brasileiro, distante dos grandes centros comerciais, marcando e delimitando um espaço de fronteira, portanto de soberania nacional, o que já o institui por um dado modo de significar e de se significar no/para o Brasil.

Para alcançar nosso objetivo, o de compreender a constituição do sujeito e do espaço no Estado de Mato Grosso, valemo-nos da Análise de Discurso articulada à História das Ideias Linguística (HIL), como forma de compreender a constituição e circulação dos sentidos postos nesse lugar – da formação/constituição histórico-ideológica do Estado a partir de sua constituição, da língua, dos sujeitos, dos arquivos – a fim de dar visibilidade ao modo como o sujeito diz de si e de seu espaço. Esse aparato teórico-metodológico nos possibilita, a partir da análise do *corpus*, compreender o processo de constituição e de significação do sujeito e dos sentidos nesse espaço e, por consequência, os modos de ser e de estar nele.

O sujeito no Estado de Mato Grosso se constitui ao se confrontar com os sentidos estabilizados por um discurso institucional pelo que faz funcionar em uma memória de arquivo e uma memória de constituição colonial, marcada pelo processo de colonização portuguesa, em relação aos nativos da terra, os indígenas. É nessa relação que o sujeito e o espaço se constituem como mato-grossenses.

Quando falamos em *constituição* dos sentidos, estamos nos referindo ao trabalho da memória do dizer, isto é, do interdiscurso, fazendo intervir, desse modo, o contexto histórico-ideológico mais amplo. Assim, “todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) [interdiscurso] e o da atualidade (formulação) [intradiscurso]. E é desse jogo que tiram seus sentidos” (ORLANDI, 2010a, p.33). Portanto, quando falamos de constituição, referimo-nos ao processo interdiscursivo que atravessa qualquer dizer, determinando modos do sujeito significar e se significar.

Argumentamos que o sujeito, ao estabelecer sentidos de pertencimento junto ao nacional, instituído pelos processos de identificação, marca o espaço enquanto um Estado brasileiro; ao mesmo tempo, pela sua particularização, pelos processos de desidentificação – sua individuação aos processos de identificação nacional a partir da inscrição em uma região específica, Mato Grosso – instituem sentidos de pertencimento ao local, estabelecendo, assim, uma fronteira discursiva, que determina o que é ser mato-grossense sem ser brasileiro, nesse

¹ A partir das discussões de historiadores como Elizabeth Madureira Siqueira (2002; 2009), Lenine de Campos Póvoas (1995) e Pedro Carlos Felix Nogueira (2008).

espaço, assim como a contraidentificação, para pensar no processo de significação e subjetivação. Ao dizer sobre *fronteira discursiva*, pensamos no modo como o sujeito se significa no espaço, em relação a sua história e memória de constituição. Nessa relação, pelo processo de (des)identificação do próprio sujeito, vemos funcionar uma fronteira invisível, elástica e instável (PÊCHEUX, 1990), é por meio dela que o sujeito se posiciona para se marcar mato-grossense e brasileiro no espaço em que se significa.

Na tentativa de estabelecer um efeito de unidade na pesquisa, ou na escrita dela, a pergunta que direciona nosso trabalho é: *como o sujeito no Estado de Mato Grosso se constitui discursivamente para dizer de si enquanto mato-grossense e brasileiro?*

Para nossa pesquisa, sobre a noção de arquivo, Pêcheux (2014, p. 59) afirma que se trata de um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Portanto, a constituição do arquivo está relacionada ao modo como que se dá a lê-lo, ou as diferenças de se ler, assim, coloca-se em questão o “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 2014, p. 59)². Outrossim, a noção de *corpus* é de extrema importância para a produção da pesquisa, “visto que é pelo arquivo que estabelecemos o *corpus*” (SCHNEIDERS, 2014, p. 104). Nessa perspectiva:

A leitura do arquivo consiste em uma leitura fundamentada pelo olhar do analista, olhar que permite projetar gestos de interpretação sobre a discursividade do arquivo, visto que este não apresenta apenas sentidos vinculados a uma memória institucionalizada, mas, sobretudo, efeitos de sentido, os quais são compreendidos devido à articulação entre língua e história, o que torna possível os ‘múltiplos gestos de leitura’. (SCHNEIDERS, 2014, p. 102)

Desse modo, nosso arquivo de pesquisa, de dizeres que significam e inscreve o sujeito no espaço de Mato Grosso, constituiu-se a partir de dois pressupostos, que dão formato ao *corpus*: a) o funcionamento de um discurso institucional com documentos oficiais do Estado de Mato Grosso, como a Bandeira, o Brasão das Forças Armadas e o Hino (seção II) e b) a pichação, a canção popular “Nandaia” e o “Espetáculo Nandaia” (seção III), tomados enquanto uma narratividade popular a partir da memória de constituição da língua e do sujeito no espaço mato-grossense.

Diante desse *corpus*, procuramos analisar o batimento entre a memória institucional e a memória discursiva (memória constitutiva e memória da língua), e por meio desse batimento

² Sobre essa questão, vamos discorrer de forma mais prolongada na primeira seção desta pesquisa.

pudemos analisar àquilo que escapa da ordem do estabilizado, do visível, levando aos fatos, sua historicidade e acontecimentos que dizem de um processo de constituição e significação dos sujeitos e do espaço. Essa relação coloca sentidos e sujeito em relação ao espaço de constituição, assim, temos acesso a um lugar de constituição, subjetivação e fronteira, no caso desta pesquisa, a relação entre ser mato-grossense e ser brasileiro no/para território nacional.

Nessa direção, propomos ler discursivamente o processo de constituição do Estado de Mato Grosso, a fim de compreender a posição sujeito ocupada e seu efeito no espaço, enquanto um funcionamento que produziu/produz e que fez/faz circular sentidos determinados pelos processos de subjetivação ao (des)identificar com a história de sua constituição.

Nosso trabalho está dividido em três seções. Na primeira seção discutimos a natureza da linguagem para Análise de Discurso, assim como descrevemos as condições de produção do nosso material de análise. A seção foi determinante para mostrar o modo como a teoria discursiva trabalha a relação entre língua(gem), sujeito e espaço na formação do discurso do/sobre o sujeito e o espaço mato-grossense, nosso objeto de estudo.

Na segunda seção, procuramos compreender o funcionamento do discurso institucional por meio da análise de símbolos oficiais do Estado de Mato Grosso, tomados enquanto uma memória institucional – como a Bandeira, o Brasão das Forças Armadas e o Hino do Estado. Ao tomar o arquivo em análise, tivemos acesso a um discurso institucional, e, por meio daquilo que escapa da ordem do dizível e do estabilizado, tivemos acesso ao processo de constituição e significação do espaço e dos sujeitos em Mato Grosso.

Por fim, na terceira seção do nosso trabalho, dedicamo-nos a compreender o funcionamento do sujeito e do espaço mato-grossense através da canção popular do Estado “Nandaia”, e do “Espetáculo (de dança) Nandaia”, com o objetivo de dar visibilidade a uma narratividade que marca o sujeito e o Estado pela memória da língua Tupi em seu espaço constituição e significação. Por meio do discurso fundador de Nandaia, pudemos compreender a instituição de uma memória política de colonização ao colocar o sujeito mato-grossense e seu lugar de constituição, em uma relação de fronteira para dizer de si e do seu espaço de significação de sujeito mato-grossense e brasileiro, marcado pelos processos de (des)identificação.

Pudemos concluir esta pesquisa mostrando o modo como o sujeito mato-grossense se inscreve em uma memória nacional e colonial, ao produzir sentidos para si e para o espaço que o constituiu/constitui. Nossas análises mostraram as tomadas de posição e produção de sentidos no processo de espacialização do sujeito: ora funcionando por uma memória institucional na relação com os documentos oficiais do Estado (como a Bandeira, o Brasão das Forças Armadas

e o Hino estadual); e ora por uma narratividade popular, a partir da memória de constituição da língua, dos sentidos, do sujeito e do espaço (com a pichação, a canção popular “Nandaia” e o “Espetáculo Nandaia”).

SEÇÃO I

A LINGUAGEM E SEU FUNCIONAMENTO DISCURSIVO: LÍNGUA, SUJEITO E ESPAÇO

1.1 A relação língua-sujeito-espaço na constituição do Estado de Mato Grosso

Pensar Mato Grosso é se inscrever em um longo processo de colonização, o qual impele sentidos que se estilhaçam ao longo da História. Segundo a historiografia, a ocupação das terras mato-grossenses remonta ao final do século XV, período em que Portugal e Espanha começaram a disputar a conquista do território da América do Sul com o Tratado de Tordesilhas, determinando o que pertencia a cada país. Com esse tratado, o espaço de Mato Grosso, que era de domínio espanhol, logo passou a pertencer aos portugueses, pois:

Quando os espanhóis colonizaram o continente Sul-americano, fixaram-se no extremo Ocidente, onde encontraram grande quantidade de prata, metal precioso de interesse na Europa. Isso ocorreu logo no século XVI, o que determinou a construção de cidades ao longo dos contrafortes andinos, estendendo-se até o Sul da América, onde fundaram Assunção (Paraguai) e Buenos Aires (Argentina) (SIQUEIRA, 2009, p. 5).

Esse processo de colonização “permitiu que os bandeirantes paulistas adentrassem, em suas andanças pelo sertão, rumo ao Oeste, não encontrando qualquer barreira por parte dos colonos espanhóis durante os séculos XVI, XVII e primeira metade do XVIII” (Ibidem, 2009, p. 5). Desse modo, os bandeirantes adentraram o interior do Brasil a procura de riquezas naturais e indígenas para servirem como escravos. Em cada lugar que chegavam, principalmente em aldeias indígenas, diante das riquezas naturais, instalavam-se no local para marcar e explorar a terra. Foi nesse momento que uma expedição liderada por “Antônio Pires de Campos, seguida da de Pascoal Moreira Cabral, atingiram terras que pertenceriam, mais tarde, a Mato Grosso” (SIQUEIRA, 2009, p. 6).

Pires de Campos, em 1718, localizou os índios nativos das margens do rio Coxipó-Mirim, chamados, pelos bandeirantes, de Coxiponés. A bandeira de Pascoal Moreira Cabral seguiu ao encalço desses índios, dando-lhes violenta guerra, na qual foram perdidos muitos homens, de lado a lado. Depois de serem socorridos por outra bandeira capitaneada pelos irmãos Antunes Maciel, resolveram seguir para o Arraial de São Gonçalo Velho, ou Aldeia Velha, onde haviam deixado alguns homens acampados. Logo após uma das refeições, alguns integrantes dessa bandeira, lavando os pratos nesse rio,

encontraram, casualmente, pepitas de ouro. Estavam descobertas as minas em território mato-grossense (1719) (idem, 2009, p. 6).

A partir desse achado, foi implantado o processo de mineração, surgindo, assim, em 1719, o Arraial de Cuiabá, liderado pelo Capitão-mor Pascoal Moreira Cabral. Com a criação do Arraial de Cuiabá, também começa o povoamento no Estado. Assim, logo mais, foram construindo igrejas, casas e pequenas instalações comerciais, dando origem a uma sociedade, representativa de todo esse momento.

Logo mais tarde, por essas terras já estarem ocupadas pelos portugueses, com os bandeirantes, foi assinado outro tratado, o de Madrid, em 13 de janeiro de 1750; tratado que inclui as terras recém-povoadas pelos bandeirantes, pertencentes a Portugal, criando a capitania do Mato Grosso.

Diante do exposto, vemos que o Estado mato-grossense se constituiu em um espaço de litígio colonizatório, tendo em vista que no seu processo de constituição passa por acontecimentos históricos que conferem sentidos a essa colonização. Vemos que no primeiro tratado, o de Tordesilhas, a localização do atual Estado de Mato Grosso pertencia a terras espanholas, porém, com o bloqueio dos portugueses na costa brasileira, consequentemente, dificultou o processo de colonização das terras pela coroa espanhola. Por outro lado, os portugueses, pela facilidade em transitar de Portugal ao Brasil, adentraram a mata, explorando e marcando o território, tudo isso através dos bandeirantes.

Com base nessas ponderações, consideramos que esse processo de territorialização não se dá apenas como marcação territorial e dados históricos, esses acontecimentos já determinam sentidos na constituição de Mato Grosso, pois os acontecimentos e fatos clamam sentidos. Portanto, é por meio desses acontecimentos que os sujeitos se marcam, atualizam e (re)significam no/para espaço. Assim, como também determina modos dele se instituir no território nacional. Percebemos que o modo como os acontecimentos históricos são formulados vão determinando sentidos para Mato Grosso, pois, por meio deles, vemos os modos de significação e (des)identificação do sujeito nesse Estado brasileiro.

A partir do mapa que segue, podemos observar o Tratado de Tordesilhas, o de Madrid e a expansão territorial da coroa portuguesa no período colonial pela ação dos bandeirantes. Vemos que o tratado assegura e fixa acordos que vão delinear os atuais contornos das terras conquistadas pelos portugueses.

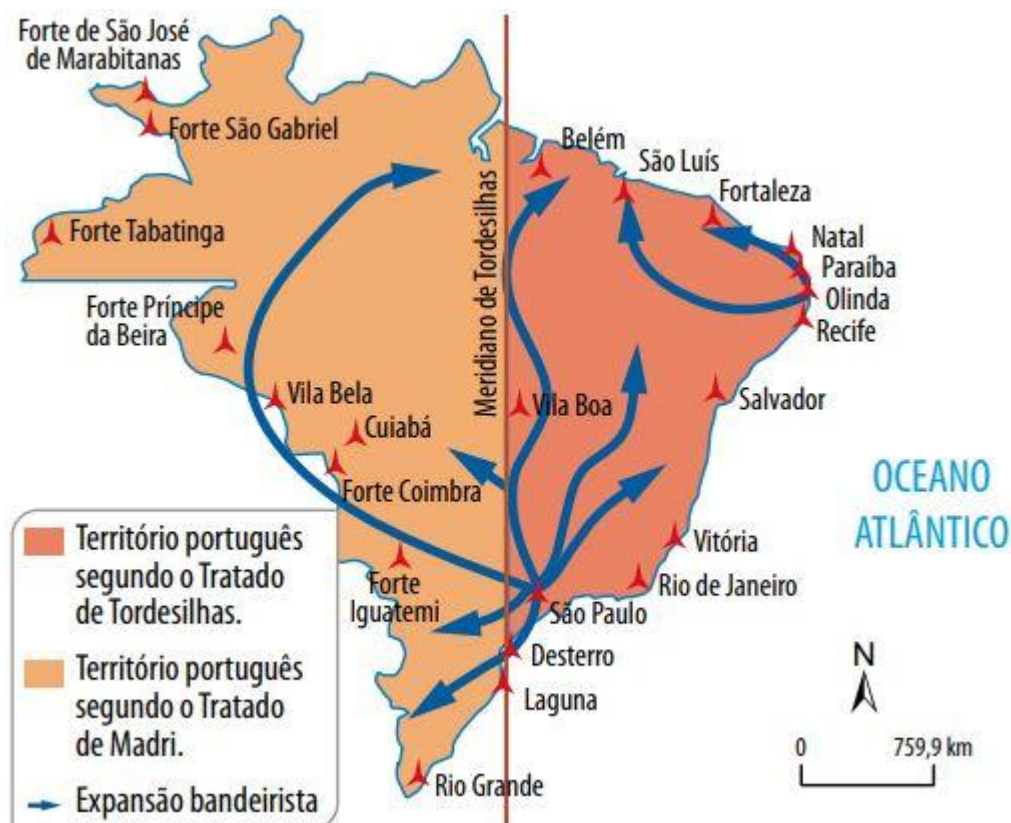


Figura 1 - Aumento do território colonial brasileiro após o Tratado de Madrid pela ação dos bandeirantes.
 FONTE: Cola de Wab/História do Brasil. Disponível em <<https://www.coladaweb.com/historia-do-brasil/tratado-de-madri>>.

É essencial, nesse momento, pensar o movimento dos bandeirantes ao fincar bandeira, ou seja, marcar o território, gesto que expande as fronteiras da então Coroa Portuguesa para Oeste, terras que pertenciam à Coroa Espanhola – é nessa passagem e nos espaços ocupados que Mato Grosso se faz. Sobre essa questão, Olga Araújo (2000, p. 62-63):

[...] vê a fronteira como resultado de 'diálogo' entre o bandeirante e o diplomata. Um ocupava o território que, na prática, não tinha dono; outro, legalizava a penetração através de um acordo. Ambos serviam o Estado (op. cit.:310). E citando Cassiano Ricardo, retoma a ideia de 'fronteira móvel', relacionando fronteiras com o movimento das bandeiras, quando todos os tratados referentes a limites entre o Brasil e os países hispano-americanos estão ligados ao bandeirantismo que levou nossa fronteira para o Oeste. Desta forma, não se pode falar em fronteira, sem o argumento da penetração histórica. (ARAUJO, 2000, p. 62-63)

Podemos perceber que ao adentrar o território nacional, os bandeirantes paulistas levaram consigo toda uma estratégia de dominação, adentrar a mata a procura de riqueza, dominar os indígenas, assim como construir vilas e vilarejos. Sabemos que essa dominação se deu por muita força física, lutas e violência, e, entre elas, em um segundo momento, não menos

importante, pela língua. O período colonial é reconhecido como uma grande “luta” linguística e cultural de imposição, pois, temos as línguas faladas na América pelos indígenas (muitas línguas) e a língua do colonizador (português). Nesse contato entre nativos e colonizador foi instituída uma língua Franca, conhecida, também, como Língua Geral, isto é, uma língua de contato, de comunicação entre europeus e índios – como o próprio nome sugere, trata-se de uma língua de uso geral.

Com a colonização, a Língua Portuguesa passou a conviver com as línguas indígenas. O português, segundo Guimarães (2007), não era de uso geral no Brasil, nesse período o Tupi normatizado era a língua franca, a língua de contato, falada por índios, negros e portugueses. Somente em meados do século XVIII que a Língua Portuguesa se impõe no uso geral, principalmente quando Marquês de Pombal expulsa os jesuítas e oficializa o ensino da língua do colonizador no Brasil (GUIMARÃES, 2007), pois a presença da igreja na colônia, tão fundamental no início, como ferramenta de colonização, agora, perdia seu espaço para o Estado Português.

Diante desse fato, podemos perceber que, o que chega primeiro como instrumento de colonização em Mato Grosso, é uma língua de contato (língua geral), não necessariamente a do colonizador. Logo mais, com o Tratado de Madrid, período em que começou a instituir documentos oficiais com o crescimento de vilas e povoados, houve a necessidade de uso da língua oficial do colonizador, o Português – até mesmo porque toda a riqueza obtida pela exploração da terra, a maior parte, era destinada aos portugueses; sem dizer a imposição da língua por uma questão de dominação – assim, houve uma obrigatoriedade de se falar e ensinar na colônia apenas a língua do colonizador, a partir do decreto de Marquês de Pombal.

Ao se tratar do termo *língua geral* no Brasil, referimos ao processo linguístico e étnico instaurado no período colonial pelo “complexo catequético-colonizador” (BORGES, 2001), que nos direcionam a três acepções:

a) em sentido genérico, diz respeito às línguas surgidas na América do Sul, em consequências dos contatos entre agentes das frentes de colonização e os grupos indígenas; b) especificamente, designa as línguas, de base indígena, desenvolvidas e instituídas em São Paulo e Amazônia, e faladas por uma população supraétnica; c) refere-se também à gramatização dessas línguas ditas gerais (BORGES, 2001, p. 211).

Em relação às línguas gerais, assim como mostra a acepção (b), segundo Borges (2001), tínhamos a Língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica. Essa última teve sua origem na colonização portuguesa da região do Maranhão e do Pará na primeira metade do

século XVII, região predominantemente povoada pelos índios Tupinambá (FILHO, 2017). Em outra parte, a Língua Geral Paulista, que surge da fala dos índios Tupi, principalmente em São Vicente e no alto Tietê, língua de comunicação dos mamelucos de São Paulo no século XVII.

Diante desses dados, chamamos a atenção para a língua Paulista, que, especificamente, formada na costa sudoeste do Brasil, adentra ao território brasileiro com os bandeirantes, pois “com as bandeiras, marcadas de forte presença mameluca, disseminou-se pelos espaços interiores de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná” (FILHO, 2017, p. 60), levando, assim, a Língua Geral Paulista, de origem Tupi, a grande parte do território conquistado.

Mais tarde, com a Independência do Brasil, a Língua Portuguesa torna-se a língua nacional, que, desde então, vem ganhando novos contrastes por estar em outras condições de enunciação, pois Língua Portuguesa aqui, no Brasil, institui-se em um espaço de confronto de línguas e sujeitos, em que umas se articulam com outras, ganhando novas formas, novos modos de significação nesse espaço. Portanto, olhar discursivamente para essa língua no Estado de Mato Grosso determina modos de ser e significar no Estado, ao mesmo tempo, com a articulação aos estudos da História das Ideias Linguísticas, podemos compreender o saber linguístico e o modo de significação e (des)identificação dos sujeitos nesse espaço.

1.2 O processo de constituição de uma língua nacional

Gosto de sentir a minha língua roçar a língua de Luís de Camões

Gosto de ser e de estar

E quero me dedicar a criar **confusões de prosódias**

E uma **profusão de paródias**

Que encurtem dores

E furem cores como camaleões

Gosto do Pessoa na pessoa

Da rosa no Rosa

E sei que a poesia está para a prosa

Assim como o amor está para a amizade

E quem há de negar que esta lhe é superior?

E deixe os Portugais morrerem à míngua

Minha pátria é minha língua

Fala Mangueira! Fala!

Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó

O que quer

O que pode esta língua?³

(Caetano Veloso)

³ Música “Língua” de Caetano Veloso.

“O que quer/ o que pode esta língua?” são palavras em versos e em canto que nos tomam pelos olhos, mas também por outros sentidos. Pelos olhos, a palavra escrita, a estrutura poética, os recursos de estilo, o paralelismo e a paráfrase, que troca o verbo querer pelo poder, deixando os dois à deriva... à deriva dos (outros e possíveis) sentidos, direcionados, depois, à questão da língua; pelos ouvidos, a palavra (en)cantada, que, junto a instrumentos musicais que ritmizam para movimentar e desacomodar, traz, no seu tom, a ironia, o agridoce, do que agride e do que adoça, em forma de pergunta, jogando-nos também à palavra língua, acentuada ao extremo, pronunciada com a boca escancarada, para que seja, desse jeito mesmo, ouvida; pela pele, a tessitura do texto e a textura da voz, que nos toca e sensibiliza, colocando-nos na maciez de um berço-origem de/para pensar, enquanto nos embala/envolve para nunca nos deixar dormir. Se o poeta canta, referindo-se à “Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó”, brincando, sambando, misturando, metaforizando com as palavras, avaliamos que podemos, a partir de seu verso-pergunta, retomar as palavras que fez suas e dizer da nossa questão: o que quer, o que pode um discurso? (BRUST; PETRI, 2013, p. 18).

Caetano Veloso, por meio de algumas canções, coloca a língua nacional (o português brasileiro) em destaque. Por meio de seu jogo com a língua para cantar e fazer poesia, chega a suspirar orgulho e em alta voz: “Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica latim em pó / O que quer / O que pode esta língua?”; colocando em destaque a língua brasileira. Se essa língua na sua origem ficou conhecida como a “Última Flor do Lácio” pelo poeta português Olavo Bilac, aqui, pelo cantor e compositor brasileiro, temos a “Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica”, marcando seu lugar de constituição na América.

É a partir dessa relação que queremos dar destaque a constituição da língua portuguesa em terras brasileiras, pois como vimos, sua propagação se deu por imposição no processo de colonização. Para pensar a língua e seu saber instituído em um espaço de fala, por meio do que o sujeito enuncia, podemos compreender, pelos saberes instituídos, por suas marcas, o processo de constituição de uma língua, não mais a “Última Flor do Lácio”. Essa língua floresceu e espalhou suas sementes em terras brasileiras, regada com sangue e adubada com dor, transformando assim a “Flor do Lácio” em “Flor do Lácio Sambódromo Lusamérica”. Quem diria que a “última” flor do Latim, a Flor do Lácio, daria origem ao Sambódromo Lusamérica (por essa Olavo Bilac não esperava).

Ao falar da constituição da língua nacional, fazemos isso a partir da História das Ideias Linguísticas (HIL), uma área de conhecimento que tem como objeto de estudo o *saber* linguístico, ou seja, todo conhecimento da/sobre uma língua, “*seja a linguagem humana, tal como ela se realizou na diversidade das línguas; saberes se constituíram a seu respeito; este é o nosso objeto*” (AUROUX, 2009, p. 14) (grifos do autor).

A HIL, no Brasil, dá-se a partir da equipe liderada pela pesquisadora Eni Orlandi na década de 80, a partir de sua inserção no projeto direcionado à história da ciência, coordenado por S. Aurox na Universidade de Paris VII, por meio de um convênio entre a Unicamp e a Paris VII (ORLANDI, 2001). Essa área de “estudo sobre a história da língua e de seu conhecimento pode nos ‘falar’ da sociedade e da história política da época, assim como do que resulta como ideias que se constituem e que nos acompanham ao longo de nossa história” (ORLANDI, 2002, p. 16), dando possibilidade para se pensar na construção do saber linguístico da língua falada (ou escrita) no território brasileiro.

Orlandi (2004 p. 17), ao falar de uma constituição linguística no Brasil, afirma que a língua “se constitui na relação contraditória entre unidade e diversidade”, para a autora essa contradição inscreve “[...] em seu próprio objeto já que não há como negar o fato de que há Língua e há Línguas, ou seja, há uma relação necessária entre o formalismo do sistema e a diversidade histórica concreta”, por isso sempre pensamos a constituição dos saberes linguísticos pela constituição do sujeito histórico e ideológico, tal como vemos funcionar na disciplina da Análise de Discurso, pois o sistema linguístico não se apresenta fora dele, pelo contrário, é por meio dele que vemos todo processo discursivo em funcionamento. Portanto, ao dizer do percurso de constituição de uma língua brasileira, estamos falando de saberes que se entrelaçam no mesmo espaço discursivo, determinando os sujeitos, o espaço e seu modo de identificação. Portanto, em uma perspectiva discursiva, definimos a “língua pela sua forma material e não, como a fazemos na linguística, como forma abstrata; e é pela reflexão sobre a forma material (linguística e histórica) do português brasileiro que podemos melhor apreender as diferenças que procuramos explicitar” (ORLANDI, 2002, p. 24).

Em seus estudos em HIL no Brasil, Eni Orlandi (2002), mostra-nos que a “presença da alteridade nos levam a considerar que o modo de existência das relações de confronto entre culturas, e entre línguas, não se apresentam apenas como disputa, mas também como distinção” (Ibid., p. 24), isto é, “nem sempre se pode estar certo de qual porção nos cabe nos diferentes processos de significação identitária” (Ibid.). É, pois, diante desse fato que vemos o funcionamento de fronteiras, que não marcam ou distinguem apenas os dados empíricos, também vemos por meio deles o funcionamento de um discurso que se divide no seu modo de se constituir, de se inscrever na história. Para a autora “a identidade não é idêntica a si mesma, não é sempre discernível em sua opacidade. Depende da história de sua constituição” (Ibid.), conseqüentemente, colocando em evidência, por meio de análises, o “funcionamento da memória na constituição da identidade das línguas” (Ibidem).

A esse processo, o de institucionalização da língua portuguesa no estado brasileiro, por meio de uma memória plural, marcado por um projeto de colonização linguística instaurado do século XVI ao XVIII, vemos funcionar desde então uma resistência a colonização e a instituição de uma língua por meio das línguas existentes. Por conta da pluralidade linguística, no Brasil se constitui uma língua variante do português, a língua nacional, ou brasileira, assim como os conflitos políticos de institucionalização do português como língua oficial no território nacional (MARIANI, 2004). Porém, a questão é: de que português estamos falando?

Ao discutir sobre a colonização linguística no Brasil, Mariani (2004) afirma que,

a colonização linguística é da ordem de um acontecimento, produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento linguístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados. Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos, constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais –, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s) (MARIANI, p. 28).

Diante do que estamos delineando, é necessário compreendermos o funcionamento da língua portuguesa no Brasil, pois pelos acontecimentos discursivos, os sentidos se atualizam, ganham formas específicas, distintas de significar no/para o espaço, colocando em distinção o seu lugar de origem, estabelecendo sítios e fronteiras no modo de significação. Nesse sentido, estamos falando sobre aquilo que Orlandi (2009) vai chamar de descolonização (ou desmundialização, efeito de confronto ao discurso de mundialização). Referente a esse movimento, Orlandi (2009, p. 179), afirma que,

Precisamos, com a descolonização, realçar nossa unidade em nossas diferenças: históricas, linguísticas, culturais, sociais, nacionais e de relações internacionais. O que é preciso, diz ela, é tornar visíveis estas diferenças. Falamos diferente. As relações entre nossas línguas formam um intrincado quadro de distinções e transformações. E esta a nossa realidade linguística atual (ORLANDI, 2009, p. 179).

É nesse espaço de constituição que a língua nacional, ou brasileira surge; marca o espaço e sua inscrição em uma memória discursiva, que se desidentifica com seu berço de constituição, estabilizando e estabelecendo uma memória linguística em que os sujeitos se inscrevem para significar e se significar. Nessa direção, “pensar o nome da língua [e seu lugar de constituição] é tomar em conta a história do saber produzido sobre ela” (ORLANDI, 2009,

p. 193), trata-se de “conhecer a história da própria língua em sua prática e funcionamento, é analisar as injunções da conjuntura política e social, é apreender a constituição de seu sujeito, dando mais um passo no saber da história das ideias no Brasil” (Ibidem, p. 193). Esse fato já é o suficiente para falarmos de uma *outra língua portuguesa*, ou melhor, de uma *língua brasileira*, como pode ser observado na terceira seção deste trabalho.

1.3 Língua(gem), discurso e espaço discursivo

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o ‘não está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’ da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, 1990, p. 8).

É pelo percurso apresentado por Pêcheux (1990), a partir da epígrafe acima, que procuramos compreender o processo de constituição e significação do espaço e dos sujeitos na constituição do Estado de Mato Grosso. Para isso, faz-se necessário compreender o modo como a Análise de Discurso toma o documento, mais especificamente, como se realiza uma leitura de arquivo. Para tanto, nesse capítulo, traçamos um percurso teórico para se pensar no modo como a teoria do discurso toma os materiais em análise, tendo em vista que é pelo material (documentos, imagens, cantigas) que observamos o funcionamento da materialidade significante, ou seja, aquilo que, em um material de linguagem, produz uma relação com a história. Trata-se da “importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante, na história, compreendendo a materialidade como o modo significante pelo qual o sentido se formula” (LAGAZZI, 2010, p. 173).

Segundo Orlandi (2010a p.16), a Análise de Discurso observa o modo que “[...] a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua”. A pesquisadora, a partir de Pêcheux (2014) e Althusser (1985), afirma que a “[...] materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua, trabalhando a relação língua-discurso-ideologia” (Ibidem, p.17). Consideramos que “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”, portanto, podemos perceber que o “discurso é o lugar que se pode observar essa relação entre a língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Ibidem, p.17). Assim, a partir desse dispositivo teórico,

acionado para a feitura deste trabalho, podemos entender o processo histórico-ideológico materializado na língua, e, assim, entender o modo como os sujeitos se significam.

Nessa direção, faz-se necessário tomar os materiais de linguagem enquanto arquivo, pois ler o arquivo, na perspectiva discursiva, é dar visibilidade ao movimento dos sentidos e dos sujeitos e seu modo de constituição histórica, conseqüentemente, ver o modo de (re)significação dos sujeitos no/para o espaço. Assim como, também, tomar o espaço urbano, que em si se constitui em um arquivo que diz do sujeito e sua forma de estar e significar – o dizer sobre a cidade abarca o dizer sobre seus habitantes, pois, no que diz respeito ao “[...] território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro” (ORLANDI, 2004 p. 11), logo a cidade permite, enquanto arquivo, tornar visível, pela análise, um funcionamento que é da ordem da língua, do simbólico e da ideologia, que lhe é constitutiva e que marca e significa o sujeito e o lugar. Nessa mesma direção, pensamos o espaço do Estado de Mato Grosso enquanto um arquivo em que se dá a ler-se pelos seus processos sócio-históricos, pois assim como o espaço citadino se constitui enquanto um arquivo sobre o sujeito e, do mesmo modo, o espaço do Estado, marcado pelos seus processos de constituição enquanto um lugar no Brasil, nesse jogo documenta, pelos seus limites fronteiriços e históricos, aquilo que é da ordem da linguagem, do simbólico e do ideológico.

Em relação ao arquivo, tomar o espaço de constituição de Mato Grosso enquanto arquivo, mostra que “do ponto de vista discursivo, configura-se como um objeto linguístico e histórico, situado entre a materialidade da língua e da história, como referenda Pêcheux (1994 [1982])” (SCHNEIDERS, 2014, p. 103). É a partir dessa “relação entre língua e história que permite a instauração dos gestos de interpretação, os quais partem da base linguística com vistas a explicitar como a língua se inscreve na história, produzindo sentidos” (Ibidem), marcando, assim, o sujeito e o espaço mato-grossense.

O discurso urbano e a constituição dos saberes na/sobre a cidade, assim como o Estado e seu processo de territorialização, estão sempre se inscrevendo em sua história de constituição, desse modo, marca o sujeito e o espaço, pois a própria construção do espaço urbano no Estado de Mato Grosso determina sentidos para o lugar, assim como seu processo/modo sociopolítico de territorializar. Não é trivial que as referências às cidades do Estado se marquem por sua característica ocupada no território – por exemplo, Cáceres, ao ser nomeada como Cidade Fronteira, Princesinha do Rio Paraguai, Portal do Pantanal, que marca seu espaço no território mato-grossense, determinando sentidos de localização (fronteira e geográfica) para o Estado;

ou Sinop, Capital do Nortão, que pela atribuição de capital, marca esse espaço como polo de referência no norte de Mato Grosso.

O que queremos dizer é que o discurso cidadão produz sentidos para o Estado, determinando, assim, o modo como ele significa e se significa no/para o território brasileiro pelo seu processo de constituição, o interdiscurso. Nesse gesto, o dizer do sujeito é atravessado por outros dizeres, dizeres que já estão constituídos e que o constituem. Assim, os sentidos são formados e cristalizados em uma memória discursiva, por um já dito, dando ao sujeito empírico apenas a ilusão de ser a origem e de instalar o sentido do seu dizer (ORLANDI, 2010a).

Através da análise do funcionamento do *interdiscurso*⁴, podemos compreender as formulações postas em circulação e as silenciadas no dizer, que, de alguma forma, tornam-se presentes no discurso, ou seja, tratam-se de discursividades que colocam em funcionamento uma dada ordem do saber discursivo, da memória afetada pelo esquecimento, o que nos permite, na materialidade do dizer, estabelecer relações de sentidos para compreender as posições-sujeito assumidas no espaço de enunciação, de modo a marcar e significar o Estado de Mato Grosso e sua população, enquanto Estado brasileiro.

Toda inscrição na memória do dizer se faz pelo esquecimento, pois através dele “[...] temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando na realidade, retomamos sentidos pré-existent” (ORLANDI, 2010a, p. 35). Segundo a autora, todo dizer se constitui através da memória, pelo interdiscurso, portanto, a memória que se faz presente no material que compõe nosso *corpus* é a memória de arquivo, pois representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela que fica arquivada nos documentos, nas construções da cidade (suas vias, ruas e prédios) e instituições, como os documentos que compõem nosso arquivo de pesquisa como símbolos do Estado de Mato Grosso (a Bandeira, o Brasão das Forças Armada, o Hino, cantiga e espetáculo popular) que, de algum modo, seja pelo memória de arquivo ou pela memória de constituição, simbolizam e dizem da constituição desse Estado e seu modo de significar o sujeito e o espaço, como mostraremos nas análises das próximas seções.

Há um efeito de leitura no batimento da memória de arquivo com a memória discursiva – enquanto a memória de arquivo materializa um discurso institucional, na memória discursiva trata-se de uma “voz sem nome” (COURTINE, 1999), perdida, que o sujeito se inscreve para significar e significar-se, trata-se do interdiscurso, o eixo de constituição dos sentidos. Portanto, o arquivo ao significar seu discurso institucional, também carrega sentidos do/sobre o sujeito a partir de sua memória de constituição, memória discursiva, aquela instituída pelo interdiscurso.

⁴ Orlandi (2010a).

A memória discursiva “é definida como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2010a, p. 31), trata-se do “[...] saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ibidem).

Esses processos estão na base das relações interdiscursivas que constituem os discursos, portanto a análise dos seus efeitos permite a leitura da (inter)relação entre arquivo, memória, história e ideologia, constituindo os sentidos do discurso documental, que vêm significando o Estado de Mato Grosso, suas cidades e sua população, a partir de um funcionamento histórico-ideológico, que determina o que é da ordem do político e do social.

Pensar a constituição do Estado de Mato Grosso através da análise de um discurso documental é colocar em questão o próprio processo de constituição desse Estado. Tomamos, desse modo, a materialidade discursiva nos documentos que dizem do sujeito e da sua constituição ideológica no processo de historicização. Ler os documentos que compõem nosso arquivo de pesquisa é ver o modo de significação e espacialização do sujeito no Estado pela memória em que se inscreve para dizer de si e do outro, enquanto brasileiro e mato-grossense. É ver como sentidos, sujeito e espaço se constituem mutuamente (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, 2011), marcando modos de subjetivação e posições em ser e estar no local.

Nesse funcionamento, observamos que os trabalhos em História das Ideias Linguísticas no Brasil, mostram-se pertinentes ao nosso propósito, eles apresentam-nos elementos para compreendermos o discurso documental, pois, pela área, “[...] estuda-se a constituição de um saber metalinguístico no Brasil desde a Época Colonial, levando-se em conta o papel de obras, autores, teorias, acontecimentos, arquivos, instituições, na produção desse saber” (NUNES, 2008, p. 82), assim como o discurso institucional e fundador de um espaço político como o território.

Nessa direção, ao colocar em análise os documentos da nossa pesquisa, podemos compreender a relação entre o discurso documental (o arquivo) e a memória das instituições, a partir de um saber linguístico e vemos como o sujeito (se) significa e (se) constitui pela língua(gem) o seu lugar.

Sabemos com Orlandi (2002, p. 11) que, para a análise de discurso,

[...] o arquivo [...] é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem.

Tendo isso em vista, podemos dizer que a análise documental (do *corpus*) nos coloca em relação à história, não em uma perspectiva cronológica, mas em um ponto de constituição que atravessa todo e qualquer documento e arquivo, uma vez que não há sujeito sem história, assim como não há sujeito sem ideologia. Dessa maneira, “[...] uma obra passa a ser um ‘documento’ na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental” (NUNES, 2008, p. 82). Nessa direção, ambos – a história e a ideologia – determinam os modos de significação do sujeito.

O sujeito é tal como é por submeter-se à língua afetada pelo simbólico, por processos ideológicos, uma vez que é na/pela linguagem e pela história que o sujeito se constitui, portanto, como já citado, observamos “[...] a maneira como a linguagem está materializada na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua, [pois a] [...] materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua, trabalhando a relação língua – discurso – ideologia” (ORLANDI, 2010a, p. 16-17), uma vez que não há sujeito, logo, nem sentido, sem o assujeitamento à língua (ORLANDI, 2007).

O sujeito da linguagem, do inconsciente, da ideologia é um sujeito interpelado, opõe-se ao sujeito empírico e biológico, pois trata-se de um sujeito que se constitui na relação com as formações imaginárias e as formações ideológicas que o atravessam e o constituem como tal. Desse modo, o sujeito é aquele que não se torna sujeito, mas já é sempre um indivíduo constituído em sujeito pela ideologia que o atravessa e o assujeita, sendo esta a sua condição. Todo dito se inscreve na história, na memória e na ideologia que constitui o sujeito enquanto posição que significa e se significa, visto que “[...] não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia [...] o discurso é o lugar que se pode observar essa relação entre a língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2010a, p. 17).

O processo discursivo determina o que o sujeito deve ou não dizer, ou seja, o que ele pode (re)produzir. Tudo o que é dito e expresso pelo sujeito é determinado pelas posições ideológicas, que se marcam por um jogo constituído em um processo sócio-histórico em que são produzidas e reproduzidas, “os sujeitos acreditam que “utilizam” seus discursos quando na verdade são seus “servos” assujeitados, seus “suportes”” (PÊCHEUX, 2014a, p. 311), cabendo ao sujeito apenas a ilusão de achar que inaugura os sentidos produzidos.

Dessa maneira, sujeitos, sentidos e espaço se constituem em um processo simultâneo por meio da interpelação ideológica (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2011, 2019), estabelecendo posições no discurso, determinando, assim, uma fronteira em ser e estar no espaço pelos processos de subjetivação. Dito de outro modo, o lugar de onde se fala é marcado nas formações

discursivas e memórias, que são afetadas, atravessadas por formações ideológicas. Portanto, só há sujeito sempre que ocorre um assujeitamento ideológico, assim, o sujeito é ideologicamente afetado pelo esquecimento, pois inscreve-se em sentidos já dados, mas que são esquecidos.

Em relação ao *esquecimento*, Pêcheux, em suas reflexões, define como esquecimento nº 1 e esquecimento nº 2: sendo o primeiro da ordem da ideologia – o falar dos sujeitos são ecos de ditos já existentes; o segundo a impressão do que foi dito, não poderia ser dito de outro modo, a ilusão da literalidade. Nas palavras do autor:

Concordamos em chamar esquecimento nº 2 ao ‘esquecimento’ pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. Por outro lado, apelamos para a noção de ‘sistema inconsciente’ para caracterizar um outro ‘esquecimento’, o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº 1 remetia, por analogia com o recalque inconscientes, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão. (PÊCHEUX, 2014a, 173).

Para Orlandi (2010a, p. 35), o “[...] esquecimento ideológico [...] é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de sermos origem do que dizemos, quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes”. Portanto, pela materialidade discursiva, temos acesso aos processos de subjetivação que constituem o sujeito pelas marcas linguísticas. Isso se dá pelos esquecimentos que tomam o sujeito.

O olhar teórico permite ao pesquisador a não significar sua constituição social e histórica em seu gesto de leitura, pois os sujeitos estão condenados a falar sempre de uma posição ideológica, e com o pesquisador/analista não é diferente, porém com o dispositivo analítico, dado pelo arcabouço teórico, isenta-o de se significar ao ler o material, assim,

Na verdade, todo ‘ponto de vista’ é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real (um ‘modelo’ do real): uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real de que tratam as ciências não é senão o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade ‘cega’ da ideologia. (PÊCHEUX, 2014a, p. 179).

Portanto, ao seguir as marcas discursivas no material de análise, pelo dispositivo teórico, pode-se compreender aquilo que se coloca em funcionamento no sistema linguístico

pela opacidade da língua – é compreender sua fragmentação e rupturas a partir das condições de produção que determinam o material, pelos emaranhados da ideologia frente à incompletude da língua(gem) – a “ordem simbólica, configurada pelo real da língua e pelo real da história, faz com que tudo não possa ser dito e, por outro lado, haja em todo dizer uma parte inacessível ao próprio sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 63).

Pelos esquecimentos, o sujeito diz a partir de suas formações imaginárias, ou seja, cria imagens de si e dos outros para significar, assim podemos refletir sobre o processo de significação dos sujeitos pelas formações imaginárias que, frente à ideologia, mostram uma inscrição na história, na memória para se constituir como tal. Segundo Pêcheux (1990), o discurso produzido por um sujeito pressupõe um destinatário que se encontra num lugar determinado socialmente. Esse lugar que o sujeito ocupa é representado no discurso por formações imaginárias que designam imagens de si e do outro. De acordo com Orlandi (2010a, p. 40), não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções.

Para Althusser (1985, p. 89), estar inscrito em uma ideologia “significa numa representação do mundo determinada (religiosa, moral, etc) cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições reais de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe”. Nessa relação, ao dizer, o sujeito se constitui no espaço social, significa-se pelo que faz ouvir ou silenciar. Desse modo, os sentidos são colocados para o analista compreender a constituição do sujeito, sendo que:

Os aparelhos de poder de nossa sociedade geram a memória coletiva. Dividem os que estão autorizados a ler, a falar e a escrever (os que são intérpretes e autores com obra própria) dos outros, os que fazem os gestos repetidos que impõem aos sujeitos seu apagamento através da instituição. Seja essa instituição a igreja, o Estado, a empresa, o partido, a escola, etc. Em todo discurso podemos encontrar a divisão do trabalho de interpretação, distribuídos pelas diferentes posições dos sujeitos: o padre, o professor, o gerente, o líder sindical, o líder partidário, etc. E há uma enorme produção de textos (falados ou escritos) que trabalham essa divisão: regimentos, constituições, panfletos, livros didáticos, programas partidários, estatutos, etc. Os sentidos não estão soltos, eles são administrados (ORLANDI, 1996, p. 96).

De outro modo, podemos dizer que o que o sujeito mostra em sua constituição interdiscursiva, isto é, o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014a, p. 162) coloca em funcionamento seu lugar e o modo de se constituir na/pela história. Nessa direção,

Observaremos que *o interdiscurso enquanto discurso transverso* atravessa e põe em conexão entre si elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria prima na qual o sujeito se constitui como ‘sujeito falante’, com a formação discursiva que o assujeita (PÊCHEUX, 2014, p. 167 – grifos do autor).

Diante dessa questão teórica, podemos compreender pela materialidade linguística dos documentos/arquivos de linguagem a serem analisados, aquilo que se coloca em funcionamento pelos sujeitos no Estado de Mato Grosso, e, assim, compreender os modos de ser, estar e significar nesse espaço, mostrando seus processos de constituição e identificação. Assim, segundo a teoria que tomamos, podemos dizer que:

A análise de discurso não é um método de interpretação, não atribui nenhum sentido ao texto. O que ela faz é problematizar a relação com o texto, procurando apenas explicitar os processos de significação que nele estão configurados, os mecanismos de produção de sentidos que estão funcionando. Compreender, na perspectiva discursiva, não é, pois, atribuir um sentido, mas conhecer os mecanismos pelos quais se põe em jogo um determinado processo de significação. (ORLANDI, 2000, p. 117).

O sujeito em Análise de Discurso se mostra na medida em que se significa, não há língua nem sujeitos neutros; o discurso por si marca a história e a ideologia. Por sua vez, há um efeito de transparência tanto da língua(gem) quanto da história.

Diante disso, podemos afirmar que ler discursivamente um arquivo, segundo um conhecimento articulado à História das Ideias Linguísticas, pode – a partir de um saber sobre a língua e sua história – tornar visíveis as posições-sujeito em análise e, por fim, mostrar os modos como o sujeito se constitui e (se) significa na/pela língua, que não fica imune aos fatos e determinações históricas e simbólicas. Do mesmo modo, demos visibilidade à significância do espaço que esse sujeito se institui e constitui, pois o sujeito ao dizer não significa apenas a si mesmo, mas também o espaço de onde se fala. Portanto, diante dessa questão, falamos em espaço discursivo, pois:

Consideramos o espaço em sua materialidade. Desta perspectiva o espaço é, de um lado, “[...] o enquadramento de todos os fenômenos” (Henry, s. d., e-mail) e, de outro, ele não é nem um vazio, nem apenas uma função, ele é espaço de interpretação, tem sua materialidade em que se confrontam o simbólico e o político. (ORLANDI, 2011, p. 694-695).

Nessa direção, tomamos o espaço na sua relação com o simbólico, pois pela materialidade discursiva não temos acesso apenas aos processos de significação dos sujeitos, mas também do espaço onde esse sujeito se significa, diz e interpreta. Nessa relação, Rodríguez-Alcalá (2003, 2011; 2019), ao tratar dessas questões, afirma que o espaço, o sujeito e o sentido se constituem mutuamente, pois “a relação do espaço com a linguagem e com os sujeitos falantes que o habitam é, da perspectiva do discurso, uma relação *constitutiva*, e não de *co-variação* ou *analogia*” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, p. 82). Nessa direção, pode se dizer que:

Isso traz a língua para refletir sobre o espaço e o espaço para compreender a língua, visando ao mesmo tempo compreender a constituição e funcionamento da sociedade que habita esse espaço. Não existe dessa perspectiva possibilidade do espaço absoluto, vazio (discussão filosófica de longa data): ele é relativo aos sujeitos significantes que o habitam, que vivem em sociedades marcadas por relações de poder, as quais determinam tanto o habitante como seu modo de habitar e constituir o espaço. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, p. 82).

Desse modo, o espaço se institui enquanto forma material significativa, “espaço material (histórico, social, significativo) e não abstrato ou empírico” (ORLANDI, 2011, p. 695). Portanto, o espaço enquanto materialidade discursiva:

É concebido como o enquadramento de todos os fenômenos. [...] Esta relação faz parte de um sistema, o capitalista, regido pelo jurídico e administrado por um Estado que, como dissemos, organiza os processos de individualização dos sujeitos, simbolizando as relações de poder segundo um sistema de diferenças às quais são atribuídos sentidos diferentes, que são declinados segundo valores: o melhor, o pior, o rico, o pobre, o superior, o inferior, o que tem a existência garantida e o que não deve existir etc. (ORLANDI, 2011, p. 696)

Ao pensar no espaço de constituição e significação de Mato Grosso e do sujeito mato-grossense, “podemos pensar o “espaço” face à cidade como parte das condições de produção que constituem a prática significativa da/na cidade” (ORLANDI, 2009, p. 16) em relação ao sujeito. “Essa relação do sujeito com o espaço se materializa na língua e na cultura, enquanto realidades espaço-temporais da ideologia. É esse processo simbólico e político pelo qual sujeito e espaço se constituem que define o *discurso*” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, p. 81). Nessa direção, pela cultura, temos uma organização social em relação ao discurso do Estado, este enquanto um poder organizacional que determina modos de instituição pelo mecanismo jurídico, técnico, administrativo e econômico.

A cultura, nessa direção, “cumpre um papel central na delimitação do espaço, do território do Estado nacional, promovendo processos de identificação subjetiva particulares” (Ibidem, p. 83), pois “o caráter local da cultura serve aos propósitos do Estado de delimitar fronteiras e legitimar o domínio sobre seu território [...]” (Ibidem, p. 83). Podemos dizer, em relação ao Estado e sua constituição histórico e cultural, de um movimento discursivo na constituição do sujeito, do sentido e do espaço sobre ele: “se na ideologia jurídica o sujeito é interpelado a identificar-se ao Estado, através das leis, pela noção de cultura o sujeito é interpelado a identificar-se a *um* Estado (e não outro), através de *suas* leis, que exprimiriam ou seriam adaptadas à verdadeira cultura nacional” (Ibidem, p. 83).

Vemos que o Estado pode se marcar enquanto um lugar de enquadramento de muitos fenômenos, determinando sentidos e modo de significar no território nacional; por exemplo, o Estado de Mato Grosso como a grande capital do agronegócio, marcado principalmente pelo município de Sinop, onde se centraliza a maior parte da produção agrícola; ou pelo ecossistema pantaneiro em municípios em torno do pantanal, em que a pesca e o turismo embarcado são uma das principais fontes de comercialização, assim como na cidade de Cáceres.

O que queremos dizer é que o espaço, logo o espaço mato-grossense, significa pela movência dos sujeitos no espaço-tempo, sua cultura e sua relação com o Estado jurídico. É nessa relação que os sentidos são determinados e, assim, marcam os sujeitos e seu lugar de constituição histórica. A história, por sua vez, nessa relação, “pode ser definida, a partir do que foi posto, *como movimento dos sujeitos no espaço*” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, p. 81).

Rodriguez-Alcalá (2011), ao pensar a relação constitutiva do *sujeito*, do *sentido* e do *espaço*, a partir da relação constitutiva dos sujeitos e sentidos proposta por Orlandi, com base nas discussões de Althusser e Pêcheux – relação em que sujeitos e sentidos se constituem em um mesmo movimento político e histórico – insere, nesse movimento, um terceiro elemento, o espaço.

Ao tratar do espaço e seu funcionamento, Rodriguez-Alcalá (2011) retoma dois efeitos de evidências fundamentais para a Análise de Discurso formuladas por Pêcheux (2014) a partir de Althusser – a *evidência do sujeito* (centro e origem de si) e a *evidência da linguagem* (código que remete de modo transparente às coisas do mundo) – para propor uma terceira evidência, a do espaço (que em um primeiro momento chamou de ‘evidência do mundo’). “Este [a evidência do espaço] se apresenta como meio natural pré-constituído, apagando-se o processo histórico de produção do espaço (político) da vida humana” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 246), como sendo o espaço físico em si, e não o espaço produzido no mesmo processo simbólico e político de constituição dos sujeitos e sentidos.

Sobre a evidência do espaço, Rodriguez-Alcalá (2018), esclarece em uma nota:

Evidência que inicialmente chamáramos de “evidência do mundo”, enquanto espaço físico previamente constituído (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011b), e que junto às evidências do sujeito como origem de si e de seu dizer e da linguagem como código transparente, formuladas por Pêcheux a partir de Althusser, determinam a constituição da ordem do humano, por oposição à ordem da natureza. A formulação dessa evidência nos levou a afirmar, com base em Orlandi, que sujeitos, sentidos e espaço se constituem em um mesmo movimento simbólico e político que se dá na história (2011b). (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2018, p. 78)

Reafirmamos que é a partir desse movimento do sujeito, do sentido e do espaço que interpretamos o Estado de Mato Grosso, pois, por meio do nosso material, podemos compreender aquilo que coloca em funcionamento sobre a constituição e significação desse espaço e seus sujeitos no/para o território nacional.

1.4 Documento/monumento/arquivo e linguagem: gestos de leitura

Ler o documento enquanto arquivo é compreender os gestos de interpretação sobre a constituição de dizeres que significam o Estado de Mato Grosso, tais como as cantigas folclóricas, símbolos institucionais (brasão, Hino, bandeira) e espetáculo de dança – alguns dos materiais que compõem o arquivo da nossa pesquisa. Pelo que se formula discursivamente sobre o Estado, vemos como os dizeres significam e marcam o sujeito pelo processo de constituição social e histórico de espacialização, marcando, conseqüentemente o lugar de constituição e formulação do discurso, do sujeito e do espaço.

Tomar a materialidade significativa do nosso *corpus* de análise em sua relação com o espaço, podemos, por meio desse gesto, dar visibilidade ao seu processo de constituição e significação. Em outras palavras, ler discursivamente o arquivo, no caso dessa pesquisa, é compreender o processo histórico de constituição e significação de Mato Grosso. Trata-se de mostrar como o Estado foi/é histórico-ideologicamente (re)significado, determinando sujeitos e sentidos a significar/funcionar de um modo e não de outro.

Sobre a relação entre documento e arquivo, Nunes (2008, p. 81) afirma que tomá-los enquanto objeto de análise discursiva:

[...] nos leva a construir um dispositivo de análise que permita compreendê-la como tal. Se o documentalista está envolvido em sua prática, com objetivos específicos, e aquele que consulta as documentações e os arquivos o faz com interesses que variam conforme a questão que ele se coloca, um estudo

discursivo produz, por meio de um dispositivo teórico e analítico, um distanciamento para se observar as práticas de documentação, considerando-se os gestos de interpretação que elas produzem. Desloca-se assim o olhar do documentalista e do leitor consulente em direção a uma perspectiva de análise da documentação e do arquivo.

Desse modo, tomamos as cantigas características do Estado de Mato Grosso, enquanto efeitos de cultura nesse espaço, para compreender o funcionamento da memória discursiva no arquivo que diz do processo de constituição do Estado. Assim, nosso arcabouço teórico permite-nos olhar para esses documentos e reconstituir os processos de significação do Estado, seu enquadramento territorial de constituição e os processos de identificação do sujeito.

O documento é visto como arquivo discursivo na medida que o historicizamos, pois guarda em sua memória institucional (memória de arquivo) um modo de constituição. Nesse sentido, o documento funcionaria como um monumento, sendo que arquiva em si uma memória institucional.

Le Goff (1990), um historiador preocupado em dar ao documento o seu valor histórico, afirma que:

O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. *O documento é monumento*. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1990 p. 547-548, grifo do autor).

Para o historiador o *documento é monumento*, a prova de um vivido, rastros de acontecimentos históricos. Ou seja, mostra o papel do historiador diante dos materiais, dos documentos e objetos para uma (re)criação histórica, com o intuito de (re)construir e eternizar o que não quer que seja perdido, uma urgência em manter vivo aquilo que ele sabe que por mais que seja passado, ainda é presente, e que não pode se perder.

Ao discutir os mesmos termos, Foucault (2008) se posiciona criticamente contra os preceitos da história tradicional, especificamente daquela vertente que toma os documentos e os fatos históricos a partir da sua literalidade, e que trata os fatos enquanto um instrumento de memória mnemônica, algo para se chegar a ela (a memória) de forma estática. O autor, diferentemente desse historicismo, afirma que:

[...] a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que

devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2008, p. 8).

A posição de Foucault (2008), leva-nos a pensar na historicidade do próprio documento, ao instituir o caráter de monumento, pois o monumento se institui na medida em que o documento evoca a história, e essa, por sua vez, não se trata de um espelho do passado, do vivido, mas, sim, resquícios/poeira/produto desse passado, desse vivido. Ou seja, trata-se de materialidade que determina sentidos ao documento, então monumento, determinando seu modo de significação na/pela história.

Le Goff (1990), ao refletir sobre a história do documento como monumento, afirma que se trata de um trabalho em que a sociedade faz de si, projetando, desse modo, um futuro, um saber, isto é, um modo de interpretar-se, a si e ao outro. Nessa direção, o documento é monumento e, também, é arquivo, conforme a Análise de Discurso; pois há uma leitura das sociedades históricas aí presentes, portanto, enquanto analistas, cabe ler esse arquivo enquanto material de linguagem, não como propõe Le Goff – que para lê-lo toma a história enquanto um conjunto de representações dado ao documento, ao arquivo, ao monumento – mas como essa compreensão histórica do próprio documento/arquivo determina materialidade para o documento significar, o que significa pela sua história de constituição. Nessa direção, Dias (2018, p. 69), em meio as suas discussões, afirma que na perspectiva discursiva, trabalha-se a construção de uma “‘memória como arquivo’, e não do ‘arquivo com memória’, que considera, nas palavras de Orlandi (2016), um ‘deslocamento do sentido tal como ele é produzido’”. Dias (2018, p. 69) ainda afirma que “de algum modo, o arquivo “com memória” desorganiza uma certa injunção a percursos determinados de leitura”.

Foucault (2008) afirma que o modo como a historiografia registrava a história, tomava o documento como transparente, como registro do vivido – nessa perspectiva, em seu aspecto tradicional, limita-se a memorizar os monumentos do passado transformando-os em documentos; contudo, segundo o autor, pelo modo que toma a história, são os documentos que se atualizam em monumento, pois guardam em si formas de se ler os acontecimentos históricos. Nessa direção, o autor questiona o modo de registro e interpretação da história tradicional e institui ao documento o caráter de monumento, isto é, uma possível história da história. Para o autor, “o documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT, 2008, p. 7).

Ao discutir sobre a história, Orlandi (1994, p. 58) afirma: “não estamos pensando a história como evolução ou cronologia, mas como filiação; não são as datas que interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam”. Ou seja, não pensamos a história como sucessão de fatos e dados, mas sim como esses fatos, dados e acontecimentos produzem materialidades significantes para os objetos de linguagem; logo, pelas materialidades significantes, temos acesso à constituição social, histórica e ideológica dos sujeitos, e seu processo de identificação. A opacidade da história, tal como tomamos na Análise de Discurso, é determinante para se pensar nos processos identitários dos sujeitos mato-grossenses, pois ao lê-lo, temos resquícios do vivido, de dizeres perdidos e sem voz, mas que ecoam constantemente no sujeito.

Ao colocarmos em visibilidade os sentidos que instituem o monumento, vemos funcionar o que é da ordem do monumental/da monumentalidade, desse modo, em certa medida, concordamos com o que preconiza Moreira-Rodrigues (2009, n. p.), ao afirmar que “[...] a monumentalidade mostra-se complexa se deixarmos de nos limitar à realidade empírica imediata e começarmos a nos indagar [...] sobre o seu significado na construção do espaço, sua origem e seu papel social na história”. Bindandi (2016), ao falar do documento enquanto monumento em uma perspectiva discursiva, coloca em questão a monumentalidade, sendo esta uma representação simbólica do monumento. Para o autor, o monumento significa por uma ordem monumental:

O monumental/a monumentalidade é um efeito produzido pelo documento tornado monumento, assim, qualquer objeto que se instaura por essa ordem faz funcionar discursividades do monumento e, por consequência, o que constitui o monumental/a monumentalidade, que diz da memória, do vivido, do acontecimento ou fato.

Dar a conhecer a monumentalidade do monumento é ler o objeto pelo *interdiscurso*, é colocá-lo em relação à história e ver o funcionamento das discursividades, ou seja, do monumental/da monumentalidade que o funda como monumento – material signifiante, uma vez que está/é investido pelo simbólico. (BINDANDI, 2016, p. 36).

As questões estabelecidas até o momento mostram que ler o documento como monumento é ir além, não se dá em uma relação transparente dos sentidos e da história, é conferir-lhe significações que estão além de um “ordinário do sentido”, além das “coisas a saber”, do “semanticamente estabilizado” (PÊCHEUX, 2014a) para colocá-lo na ordem do discurso. Nessa direção, enquanto analistas de discurso, nos distanciamos de Le Goff (1990) e Foucault (2008), pois o documento, o monumento, o arquivo, material do passado (objeto de

estudo / material de linguagem), não toma a história enquanto linear, fixa, estática, terminada e acabada, mas sim como fragmentos do vivido, em que se instaura o movimento da contradição na relação entre sujeitos e história. Como resultado, o que há do passado são *versões*, são modos de os sentidos e os sujeitos se instituírem e se identificarem como sujeitos no mundo pelo seu imaginário de ser e estar no espaço que o constitui (ORLANDI, 2008).

Dessa maneira, diante dos materiais de análise (arquivos e monumentos), buscamos, a partir de um dispositivo teórico, as possibilidades de leituras, por meio do discurso, a partir de suas condições de produção. A cada encontro com o objeto de estudo, vemos aquilo que se coloca em circulação sobre os sujeitos e o espaço, determinando formas/maneiras de significação das materialidades. Portanto, a leitura do material se dá por um “procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise” (ORLANDI, 2010a, p. 67).

1.5 Processos de identificação do sujeito

Quando acordei hoje de manhã, eu sabia quem eu
era, mas acho que já mudei muitas vezes desde
então.

(Lewis Carroll)

A partir do dito de Lewis Carroll em *Alice no país das maravilhas*, introduzimos nossa discussão acerca do que circula como identidade. Assim como o autor apresenta, também tomamos a identidade como um processo nunca acabado, fixo ou estático. A identidade se mostra a nós, enquanto analistas de discurso, com fluidez, que faz e se refaz, sempre em movimento – por isso nossa opção em dizer sobre *processos de identificação*, pois trata-se de um movimento em relação à história de formação e constituição do sujeito no espaço. Desse modo, segundo Orlandi (2008, p. 93), “compreendemos a identidade como um movimento na história e os sentidos como trajetos simbólicos não determinados”; por isso trata-se de um terreno instável e movediço que, pelo processo de constituição social, histórico e ideológico, coloca o sujeito sempre em movimento, independentemente de sua consciência ou vontade.

A identidade, como a pensamos na análise de discurso, não é uma essência, ela resulta de processos de identificação, e no caso que se apresenta, como veremos, a identidade fica refém de critérios (da nacionalidade, do país, da cidadania?) que impõem a necessidade de “solo e sangue”. Ligam-se aqui memória e espaço. Sem esquecer que, como tenho afirmado (E. Orlandi,

1990), a identidade é um movimento na história.
(ORLANDI, 2010b, p. 01).

Nessa linha, analistas de discurso trabalham com processos de identificação, os quais indicam o modo como se realizam os processos de subjetivação/constituição subjetiva, ou seja, é recorrente ao processo de assujeitamento do indivíduo, a individuação do sujeito: “o caráter irrecorrível do assujeitamento – qual seja o do indivíduo tornar-se sujeito, assujeitar-se ao simbólico pela ideologia” (ORLANDI, 1999, p. 16). Assim, “a forma-sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia, é uma forma-sujeito histórica (no caso, a capitalista), com sua materialidade” (ibidem, p. 15).

A constituição do sujeito se dá pelos processos históricos e ideológicos pela linguagem, ou seja, é na e pela linguagem que o sujeito se constitui como tal, assim sua análise (da linguagem), leva-nos a compreender a identidade, ou melhor, os processos de identificação do sujeito: tendo em vista que ao falar/significar o sujeito se inscreve nas formações discursivas para dizer/formular, determinando seu processo de constituição ideológica e identificação.

Nesses processos, o discurso é resultado de uma forma de assujeitamento às ideologias, a inscrição dos sujeitos às formações discursivas e ideológicas que os interpelam. Pêcheux (2014a, p. 124), na relação com a psicanálise, especificamente, a partir da formulação de Lacan, afirma que “o inconsciente é o discurso do Outro”. Desse modo, considera que:

O recalcque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da produção/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2014a, p. 124-125).

Ao pensar nesse processo de subjetivação e determinação do sujeito, Magalhães e Mariani (2010, p. 404) afirmam que “as marcas de subjetividade inscritas no dizer assinalam, simultaneamente, mas sem estarem misturadas ou confundidas, traços do registro inconsciente, da identificação (ou não) a uma determinada formação discursiva e, também, traços do assujeitamento ideológico”. Por isso, a importância de compreender os processos de subjetivação e assujeitamento para pensar nos processos de identificação do sujeito matogrossense; sendo este, o sujeito, “alienado no seu dizer, não percebe (em) tais marcas, não se percebe constituído pelo Outro, por essa rede de significantes que o constituiu. Ou seja, nós nos pensamos espontaneamente como origem de nossos pensamentos, atos e palavras” (ibidem, p. 404).

Nossa discussão acerca dos processos de subjetivação e de inscrição espacial do sujeito, torna-se base para compreender os processos de identificação dos sujeitos na relação com a institucionalização do Estado de Mato Grosso. Ao ler os arquivos e os monumentos desse Estado, compreenderemos os processos de subjetivação que marcam as posições sujeitos, mostrando modos de ser e estar nesse Estado, logo, pelos processos de identificação, desidentificação e contraidentificação, na relação com o espaço.

Um processo de identificação se dá na medida que uma posição-sujeito se identifica com as matrizes de sentidos que correspondem às formações discursivas. Ao afirmar que “*as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles as empregam*” (PÊCHEUX, 2014a, p. 146), Pêcheux define Formação Discursiva como aquilo que:

(...) numa formação ideológica dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sobre a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.).

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. (PÊCHEUX, 2014a, p. 146. Grifos do autor)

Assim, a posição-sujeito se inscreve em uma formação discursiva para significar, daí institui seu processo de identificação, ou não. Para Pêcheux ([1984] 2014b), ao caracterizar as diferentes modalidades da identificação mostra seus desdobramentos – em uma interpelação ideológica há os efeitos de *identificação*, de *contraidentificação* e de *desidentificação*. Segundo o autor:

A *identificação* caracteriza a modalidade na qual o desdobramento sujeito/Sujeito se realiza numa coincidência: o sujeito coincide com o Sujeito, o indivíduo interpelado em sujeito se assujeita livremente ao Sujeito e “caminha sozinho”, conforme a expressão de Althusser, reconhecendo o estado de coisas existente (das Bestehende), com a convicção de que “é bem verdade que ele é assim e não de outro jeito”) (PÊCHEUX, [1984] 2014b, p. 08). (grifos do autor)

Nessa relação, Pêcheux ([1984] 2014b) propõe o termo *contraidentificação* para “caracterizar esse processo ideológico de não-coincidência, no qual as evidências empíricas singulares se separam da evidência universal” (Ibid. p. 08), pois, segundo o autor, é em uma prática ideológica que se manifesta uma ruptura que “tendendo a escapar, ao mesmo tempo, dos efeitos da identificação ideológica e dos efeitos, em retorno, da contraidentificação” (Ibid. p. 09). Ao discutir esse efeito de ruptura ideológica abordada, Pêcheux ([1984] 2014b, p. 09)

propõe o termo *desidentificação* como terceira modalidade ideológica, “afetando a relação sujeito/Sujeito”.

Para o autor, em relação a desidentificação e transformação da forma-sujeito, apresenta:

Não se trata, de maneira alguma, de uma "síntese" do tipo hegeliana que vem reconciliar dois momentos anteriores concebidos como a afirmação (identificação) e a negação (contraidentificação). Também não se trata de uma impossível dessubjetivação do sujeito, mas de uma transformação da *forma-sujeito* sob o efeito desse acontecimento sem precedente na história, que constitui a fusão tendencial das práticas revolucionárias do movimento operário com a *teoria* científica da luta de classes. (PÊCHEUX, [1884] 2014b, p. 10). (grifos do autor)

Em relação à modalidade de desidentificação, Indursky (2008, p. 20), apresenta duas ocorrências: a primeira “consiste na desidentificação, por parte do sujeito do discurso, de uma forma-sujeito e sua identificação com uma outra forma-sujeito já existente”, nessa direção, a autora reitera que a “operação de desidentificação aponta para o movimento que se estabelece no âmbito do complexo de formações discursivas com dominante a que Pêcheux se refere quando trata desta questão”, e, portanto “não há nada de novo”; a segunda ocorrência de desidentificação, dá-se por um “*acontecimento discursivo* que se institui no exato momento em que o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição”. Nessa relação, a autora salienta que “não se trata da simples migração de uma FD⁵ instituída para outra, igualmente já instituída [...] O que está em pauta, aqui, é o momento exato do surgimento de uma nova FD e de sua forma-sujeito, no momento mesmo em que o acontecimento que lhe dá origem ocorre”.

Indursky (2008), em relação à segunda ocorrência da desidentificação, afirma que “a captação deste momento de constituição de um novo domínio de saber pode ser observada pela agitação nas filiações de sentido [...]”, desse modo, “trata-se de uma movimentação, uma deriva muito intensa dos sentidos em decorrência da qual dá-se o surgimento de um novo domínio de saber” (INDURSKY, 2008). Para a autora,

Esse movimento em direção ao novo, ao inusitado, esse movimento de ruptura marca um momento pontual, único, fugaz, irrepetível, o qual registra não só o surgimento de um novo domínio de saber, mas também de uma nova forma-sujeito. Ou, se preferirmos, de um novo sujeito histórico, ideológico. Como é possível perceber, o acontecimento discursivo não se dá a partir do nada. Ele

⁵ Formação discursiva.

ocorre a partir de um domínio de saber já existente em relação ao qual ocorre ruptura (2008, p. 21).

A partir dessas questões postas por Indursky (2008), podemos observar, nas análises que realizamos e mostraremos, a posição-sujeito constituída no Estado de Mato Grosso, tendo em vista que sua identificação se dá por processos que se ligam, se rompem e se distanciam com uma “identidade” nacional pelo modo que o sujeito se relaciona com a língua e o espaço. É por meio desses processos materializados na língua(gem) que temos acesso à um saber sobre a língua e sobre o espaço, determinando, desse modo, sentidos e fronteiras em ser mato-grossense e, ao mesmo tempo, brasileiro, marcado pelos processos de subjetivação do sujeito nesse espaço.

SEÇÃO II

O ESPAÇO ENQUANTO ESPAÇO DISCURSIVO: UM DISCURSO INSTITUCIONAL DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

A memória institucional [...] é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado. (ORLANDI, 2006, p. 05)

A constituição do Estado de Mato Grosso o coloca em uma posição de demarcação fronteiriça, marcando a constituição e a soberania do território nacional. Desse modo, o Estado estabelece fronteiras físicas, que foram estrategicamente asseguradas pela coroa portuguesa, através de cidades criadas com o propósito de delimitar as terras brasileiras, como as cidades de Cuiabá, Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade (primeira capital de Mato Grosso). Trata-se da produção do Estado e suas fronteiras em seu processo de territorialização. Essas são questões que despertam nosso interesse em querer buscar na história de constituição das fronteiras físicas, e, assim, a instalação de um discurso que conforma uma *fronteira discursiva* para o Estado, não em um jogo de oposição, mas enquanto produção discursiva ao significar o sujeito e seu espaço no território nacional.

Segue o mapa político do Brasil para efeito de localização do Estado de Mato Grosso e suas demarcações de fronteiras.



Figura 2 - Mapa Político do Brasil. In: Guia Geográfico. Disponível em <<https://www.guiageografico.com/mapas/mapa-brasil.htm>>. acesso em 27/06/2021.

Como podemos observar no Mapa do Brasil, o Estado de Mato Grosso é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado na região Centro-Oeste. Tem como limites: Amazonas, Pará (norte); Tocantins, Goiás (leste); Mato Grosso do Sul (sul); Rondônia e Bolívia (oeste). Ocupa uma área de 903.357 km². Sua capital é Cuiabá.

O nome *MATO GROSSO* tem uma ligação direta com as características do seu espaço pela sua vegetação, uma área de florestas e bosques naturais, densas e espessas. Assim, vemos a relação da palavra *MATO* com a grande vegetação que cobre suas terras; e a palavra *GROSSO*, por ser uma vegetação espessa, densa e fechada (de difícil acesso). O nome Mato Grosso instaura uma síntese descritiva do que fora encontrado na região, “local com grande área de vegetação muito densa. Temos então o nome formado por composição: mato (substantivo) + grosso (adjetivo) = Mato Grosso” (KARIM, 2012, p. 117).

A partir dos estudos de Karim (2012; 2013), o processo de nomeação do Estado de Mato Grosso surge por uma descrição do local, pois os “fragmentos que tomamos como

materialidade linguística nos mostram o movimento semântico dessa expressão/nome” (KARIM, 2013, p. 84). O autor mostra um “deslocamento de sentido da expressão que descreve algo (o lugar), esse deslocamento produz o efeito que faz com que a expressão descritiva passe a significar o nome do lugar o *Mato Grosso*”. Para Karim (2013), o nome do Estado

[...] vai sendo construído pelas relações enunciativas, próprias da linguagem, assim, no funcionamento enunciativo da linguagem, gradativamente vai se silenciando o sentido de caráter descritivo da expressão, isto é, o sentido que procurava descrever o lugar vai se distanciando para abrir espaço para o sentido que semantiza *Mato Grosso* enquanto o nome do lugar. (KARIM, 2013, p. 84).

Pelo próprio processo de nomeação vemos funcionado nesse espaço um modo de se individuar, de estar no espaço brasileiro, conformando fronteiras em ser e estar no/para o espaço. Em nosso estudo, não tomamos fronteira enquanto uma marcação ou divisão empírica, mas, sim, em uma perspectiva discursiva. Portanto, entendemos *fronteira discursiva* enquanto uma barreira política invisível que não se trata de algo fixo, pelo contrário, trata-se de uma “linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo ‘sentido’” (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

A noção de *território* é considerada como uma área delimitada e definida pela relação entre diferentes indivíduos ou grupos. Segundo o Dicionário virtual Houaiss, a palavra território, enquanto um termo jurídico apresenta-se como uma:

Extensão ou base geográfica do Estado, sobre a qual ele exerce a sua soberania e que compreende todo o solo ocupado pela nação, inclusive ilhas que lhe pertencem, rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías, portos e tb. a faixa do mar exterior que lhe banha as costas e que constitui suas águas territoriais, além do espaço aéreo correspondente ao próprio território.

Por outro lado, Moraes (2002, p. 74) afirma que o território:

[...] pode ser equacionado como uma construção simbólica, vinculado a um imaginário territorial. Contudo, trata-se também de uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e dominação efetiva destes. Assim, a formação territorial articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O território material é referência para formas de consciência e representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares.

Diante dessa definição de território, podemos entender a *territorialidade* enquanto tudo que normatiza e caracteriza o funcionamento desse território. Segundo o Dicionário virtual Houaiss, a acepção jurídica de territorialidade configura-se enquanto “limitação da força imperativa das leis ao território do Estado que as instituiu”. Portanto, podemos acrescentar que só há território, juridicamente falando, quando há uma organização que o normatiza, o marca e o identifica, caracterizando uma unicidade de significação/constituição do lugar e dos sujeitos.

Os termos território e territorialidade são constantemente discutidos entre geógrafos e antropólogos, pois são complexos no modo como são apresentados e dizem de uma divisão de terras, de uma sociedade, de uma cultura, de uma nação etc. Para o professor pesquisador Rogério Haesbaert (2001; 2002; 2004), geógrafo, ao falar de território, afirma que é possível agrupar as várias concepções de território em quatro vertentes básicas: política, cultural, econômica e natural. Ao mesmo tempo, o autor chama a atenção para o fato de que essa separação ocorre apenas para fins de análise, pois a dinâmica territorial, muitas vezes, conjuga várias dimensões.

Para a pesquisadora Rodríguez-Alcalá (2003), em suas reflexões sobre o espaço e seus habitantes, o espaço se estrutura a partir de duas noções: a de *movimento*, que está associada à ocupação do espaço pelos habitantes, associada à de *quantidade*, proposto por Orlandi (2001), uma noção explicativa do espaço em geral, o que permite quebrar as dicotomias, como *cidade x campo*, por exemplo. Nessa relação, a terra, o terreno, o território e a territorialidade em relação ao espaço, se pensados a partir da noção de quantidade, constituem um conjunto articulado, pois, por meio dessa articulação, “é possível colocar juntas questões que têm a ver com discursos diferentes (pensados em termos *imaginários*)” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, p. 71).

Orlandi (2010b, p. 01), ao falar da territorialidade, articula à ideia de controle, ou seja, “tentativa de influenciar e controlar as ações alheias através do reforço do controle sobre uma área e os objetos nela contidos (SACK, 1983, *apud* MC ANDREW, 1993)”, nessa relação, a autora acrescenta: “não só os objetos, mas também os sujeitos” (ORLANDI, 2010b, p. 01). Nessa direção, tomamos esse processo para pensar, inclusive, a relação do território, ou os sentidos de territorialidade em uma relação com/entre a língua, o sujeito e o espaço. Portanto, o processo de territorialização de um lugar, de uma nação, de um Estado, configura-se em um lugar de investigação, pois através desses processos temos acesso a uma memória instituída, ou seja, acontecimentos discursivos que marcam o lugar e os seus modos de significação. Pêcheux (2006, p. 17) afirma que o *acontecimento* se situa “no ponto de encontro de uma atualidade e

uma memória”. A memória, discursivamente falando, se estabelece na relação com a atualidade, ressignificando-a.

[...] a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 2006, p. 53).

Nessa direção, podemos dizer que o acontecimento discursivo dá ao material uma nova possibilidade de produzir sentidos, agregando aos existentes novas roupagens, uma atualização/transformação dos sentidos. Portanto, ao tomar o processo de territorialização do Estado de Mato Grosso, estamos referindo ao processo de constituição do sujeito, do sentido e do espaço pelo discurso. Nessa direção, a territorialidade surge na medida que compreendemos aquilo que funcionar na memória de constituição dos sentidos (o interdiscurso) sobre o sujeito mato-grossense em nosso material de análise, acesso às discursividades.

Segundo Orlandi (2010b), em relação ao território, “trata-se de espaços, de seres, de acontecimentos, e de delimitações” (ORLANDI, p. 01). A autora afirma que,

Se, de um lado, podemos pensar uma definição jurídica para território – limitação da força imperativa das leis ao território que as promulga – de outro, podemos pensar a definição política: condição da terra que faz parte de um Estado. Mas desde que o poder está em jogo temos a possibilidade de intervenção. Portanto estas definições não são inertes, nem politicamente “neutras”. Há sempre a necessidade de “órgãos” competentes, legítimos que exerçam territorialidade. Espaço institucionalizado. Que faz unidade e demanda identidade. (ORLANDI, 2010b, p. 03).

Orlandi (2010b) pensa a “territorialidade enquanto espaço que significa, logo, espaço de interpretação em que sujeitos se inscrevem. Espaço institucionalizado, significado pelo poder do Estado” (ORLANDI, 2010b, p. 07). Nessa direção, para compreender esse território enquanto um espaço discursivo, tomamos um discurso que oficializa esse espaço enquanto uma parte do território brasileiro. Assim, pela criação da Bandeira e o Hino de Mato Grosso vemos funcionar um processo de territorialização, uma vez que esses símbolos dizem de um processo identitário que, pelas discursividades postas, forma um espaço que se integra ao nacional e, ao mesmo tempo, singulariza pelo seu modo de simbolizar, dando a esse espaço formas de se

instituir e significar, marcando, conseqüentemente, uma fronteira discursiva pelo que se coloca em funcionamento. Nessa direção, Orlandi (2010b) afirma:

A meu ver, quando se trata da fundação de territorialidade, como é o caso das Bandeiras, o próprio traçado do mapa, suas demarcações, linhas e fronteiras, ou melhor, alargamento de fronteiras, já são em si um gesto político e simbólico face a questão do Estado. É pois uma questão do sujeito. É um acontecimento no processo de identificação, com suas conseqüências na sociedade e na história. (ORLANDI, 2010b, p. 06)

Nessa direção, pelos símbolos, ditos e formulações – como a criação da Bandeira do Estado de Mato Grosso, do Hino e do Brasão de Armas – vemos em funcionamento uma memória instituída, um discurso que faz funcionar sentidos para o espaço territorial. Orlandi (2005), afirma que formular é “dar corpo aos sentidos”, a formulação é atravessada pelo interdiscurso, faz, assim, movimentar a memória discursiva. Para a autora, a noção de formulação é “a atualização, a textualização da memória” (2001, p. 16), portanto, dar escuta aos materiais simbólicos de Mato Grosso é mostrar o modo como a memória se textualiza na materialidade da língua – é nesse funcionamento, pelo que se coloca em formulação, que queremos compreender o sujeito, os sentidos e o espaço no Estado.

2.1 Símbolos⁶ que discursivizam o processo de territorialização de Mato Grosso

Os símbolos efetivamente envolvem a vida do homem numa rede tão total que conjugam, antes que ele venha ao mundo, aqueles que irão gerá-lo "em carne e osso"; trazem [...] o traçado de seu destino; fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado, a lei dos atos que o seguirão até ali onde ele ainda não está e para-além de sua própria morte; e, através deles, seu fim encontra sentido no juízo final, onde o verbo absolve seu ser ou o condena – a menos que ele atinja a realização subjetiva do ser-para-a-morte. (LACAN, 1998, p. 280)

A partir da citação de Lacan, vemos que os símbolos são a continuidade do vivido. Trata-se de projeções imaginárias que o sujeito se filia, pois o homem é o resquício de um passado e, ao mesmo tempo, a herança para um futuro. Os símbolos, nessa direção, surgem por

⁶ Os símbolos e brasões no Brasil são implantados a partir da normatização da Sociedade Brasileira de Heráldica. Essa instituição “tem como objetivo, dentre muitas outras atividades culturais, educacionais, ecológicas, cívicas filantrópicas e honoríficas, a orientação heráldica e vexilológica à organizações militares e civis quando na concepção de seus Brasões e Escudos de Armas, Bandeiras, símbolos, e uniformes, além de literalmente ingerir na “reconstrução” de centenas de Brasões e Escudos de Armas de municípios brasileiros, que se encontram em desacordo com as leis internacionais e as convenções da Ciência e da Arte Heráldica” (2010, Sociedade Brasileira de Heráldica). Disponível em <http://www.heraldica.org.br/heraldica/instituicao.aspx>. Acesso em 01/12/2020.

acontecimentos, e a história se encarrega de eternizá-los enquanto uma memória institucional – uma filiação história, sempre em retomada, uma tensão entre a paráfrase e a polissemia, atualizando os sentidos pelos acontecimentos, de modo que marcam e (re)significam os sujeitos e os espaços em que são instituídos (memória de arquivo).

Nessa direção estamos tratando da relação discursiva: *espaço – sujeito – acontecimento*, sendo que este último consiste na produção de sentidos urbanos [sobre o território], da cidade como lugar simbólico, pensando o espaço em que estes sujeitos se significam, em condições de produção e em uma relação de memória particular, aquela que se especifica no espaço público urbano [e pelo processo de territorialização]. ORLANDI, 2003, p. 21)

Podemos dizer que os símbolos são objetos de memória, são arquivos que se materializam, pelo seu modo de edificação e construção, uma ordem simbólica que historiciza todo um processo de subjetivação, (des)identificação de um povo, de um local. Portanto, a partir dos símbolos, monumentos, arquivos, podemos observar os processos de subjetivação e identitários, assim como sua constituição e instituição histórica na construção do espaço discursivo mato-grossense, isto é, as discursividades que atravessam o Estado, (re)significando-o.

Os símbolos podem ser considerados como documentos que materializam uma memória, seja pelo que faz funcionar no discurso, ou pelo que se institucionaliza a ser (memória de arquivo) no seu espaço de constituição. Em relação à memória, enquanto lugar de repetição no discurso, “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). “A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita”. Em relação à história, lugar de constituição dos sentidos, falamos dos acontecimentos, que, em seu funcionamento, estabelecem uma relação com a memória, um se coloca ao outro e é isso que faz possível nossas análises: acontecimento e memória, enquanto um (o acontecimento) abala as redes de significações, o outro (a memória) estabiliza os sentidos a possibilidade de repetições daquilo que se instituiu no discurso pelo acontecimento. Pêcheux (1999) apresenta dois jogos de força na memória:

- um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como “boa forma”, estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
- mas também, ao contrário, o jogo de força de uma “desregulação” que vem perturbar a rede dos “implícitos”. (Ibidem, p. 52)

Nessa direção, por meio de um material, de uma memória arquivada, daquilo que faz saber, compreendemos o funcionamento de uma memória discursiva. Assim, ao tratar os símbolos como documento, monumento, ou arquivo, como lugar de memória, marcamos a memória de arquivo, que, segundo Orlandi (2003), trata-se de uma memória institucional, aquela arquivada em nossos monumentos e instituições. Para a autora,

No arquivo, o dizer é documento, atestação de sentidos, efeitos de relações de forças. Se no interdiscurso há o que se deve dizer mas também o que se pode dizer e mesmo a possibilidade de se dizer o que é irrealizado, o arquivo repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito. No arquivo há assim um efeito de fechamento. Se o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não deve esquecer). Se no interdiscurso fala uma voz sem nome (cf. Courtine), no arquivo fala a voz comum, e de todos (embora dividida) (ORLANDI, 2003, p. 15).

Ao tratar da memória de arquivo, colocamos em funcionamento dois processos constitutivos: memória institucional (aquela arquivada em nossos documentos/monumentos) e a memória discursiva, aquela que se inscreve no interdiscurso para significar. Não se trata de tomá-las separadamente, mas de pensar o funcionamento de uma, a memória institucional, marcada pelos fatos imaginários de que se pretende “lembrar” pelo que se individua e particulariza no sujeito, e a da outro, memória discursiva, o lugar de toda discursividade onde os sentidos não cansam de se inscrever para significar. Uma se coloca em relação a outra constantemente. Nessa direção, os símbolos de Mato Grosso, como a bandeira e o brasão, compõem um arquivo, que se inscreve numa memória institucional, mas também a uma memória discursiva, pois, no seu processo de constituição, instituem-se por um imaginário de local, de espaço. É nesse imaginário que se encontra aquilo que foge do ordinário, que rompe com o estabilizado, o institucionalizado; faz ruir o arquivo, instituindo, pela história, sentidos marcados pela contradição, significando, assim, o sujeito e o espaço.

Com a promulgação da República foi permitido que os Estados brasileiros criassem os seus próprios símbolos oficiais. Até então, no período colonial, as províncias usavam os símbolos de Portugal e com a Proclamação da Independência, passaram a utilizar os símbolos

do Império Brasileiro. Em Mato Grosso, o primeiro símbolo oficial a ser criado foi a Bandeira (1890); o segundo foi o Brasão (1918); o terceiro, o Hino do Estado de Mato Grosso – por sua vez, somente foi oficializado no ano de 1983, no governo Júlio José de Campos, apesar de já ser executado em solenidades oficiais do Estado desde 1919 (GARCIA, 2011). Assim, desde então, o Estado possui três símbolos oficiais: a Bandeira; o Brasão de Armas e o Hino.

A bandeira de Mato Grosso é um dos símbolos mais antigos do Estado. Foi oficializada no dia 31 de janeiro de 1890 por meio do decreto nº 2, de autoria do Brigadeiro Antônio Maria Coelho, Barão de Amambaí, primeiro governador do Estado, após a Proclamação da República.

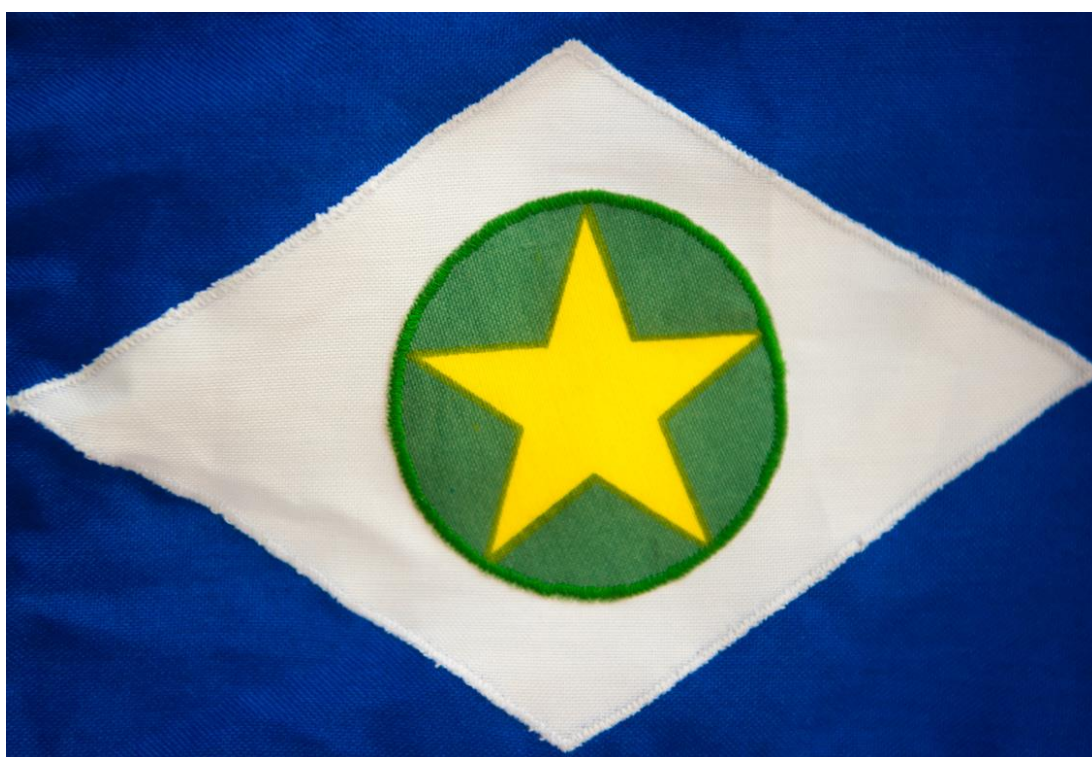


Figura 3 – Bandeira do estado de Mato Grosso. FONTE: Mato Grosso. Disponível em <<http://www.mt.gov.br/simbolos-oficiais>>. Acesso em 25/01/2020.

Notamos que a Bandeira mato-grossense foi constituída com as mesmas cores da Bandeira nacional: azul, branco, verde e amarelo, uma relação que instaura e faz figurar o interesse, ou, até mesmo, a necessidade do Estado de querer se integrar à nação brasileira como parte dela. Sobre essa relação, e o significado de suas cores e símbolos, no site oficial do Estado de Mato Grosso, por Julia Oviedo (2016, n.p.), esclarece:

As semelhanças entre a bandeira de Mato Grosso e a brasileira simbolizam a integração existente entre o Estado e país. As cores principais são o azul, o verde, o amarelo e o branco e cada uma delas possui um significado diferente e muitas vezes até místico.

O azul assemelha-se ao céu carioca da noite da Proclamação da República, além de sugerir a ideia de busca pela evolução espiritual. O branco é a cor que simboliza a paz e a concórdia, já o losango é uma referência à mulher, símbolo da República. A esfera central da bandeira estadual exalta a soberania, que junto com a cor verde remete à esperança, à juventude e à natureza, tão abundante em Mato Grosso, único Estado a reunir três biomas naturais. O destaque principal é a grande estrela amarela no centro da esfera, símbolo dos ideais republicanos. Trata-se de Sirius, que integra a constelação de Cão Maior e é a estrela mais brilhante que pode ser observada no céu. Nas antigas civilizações, Sirius era considerada elemento sagrado e cheia de significado. Já a cor amarela da estrela simboliza as riquezas minerais, a exemplo do ouro, tão abundante em terras mato-grossenses. (OVIEDO, 2016, n. p.)

Vemos, já de início, a constituição e relação do espaço mato-grossense e suas demarcações fronteiriças em relação ao espaço brasileiro, diz aí da constituição da unidade do espaço, pois “sobre a apropriação do espaço pelo Estado, a qual se efetua pela divisão/fronteira dos sujeitos, das línguas e do espaço” (LEMONS, 2019, p. 19), sempre “coloca em jogo a constituição e a preservação da unidade do Estado por meio de um discurso” (Ibidem), no caso pelo processo de repetição das cores da bandeira do Estado de Mato Grosso em relação a bandeira do Brasil.



Figura 4 – Bandeira do Brasil. FONTE: Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilestola.uol.com.br/brasil/bandeiradobrasil.htm>>. Acesso em 25/01/2020.

Vemos que a bandeira de Mato Grosso se institui em uma relação de memória com a Bandeira do Brasil, principalmente ao usar as mesmas *figuras geométricas*; contudo as figuras

estão organizadas de forma diferente da bandeira nacional. Esse gesto mostra o processo de constituição do próprio espaço contrapondo o seu processo de territorialização, que se deu por uma ocupação das terras espanholas pelos bandeirantes. Há, portanto, essa necessidade de inscrever o espaço como pertencente a uma nação, no caso a brasileira. Portanto, o gesto de formulação da bandeira estadual se inscreve na memória de constituição da bandeira nacional, instaurando sentidos de localização e dependência, e esse processo produz efeitos da colonização. Do mesmo modo, ao analisarmos a estrela no centro da bandeira, vemos a ligação de dependência com a bandeira nacional, determinando que o espaço ocupado pelos portugueses, no período colonial, pertence ao território brasileiro, ao se colocar como uma das 27 estrelas que representam as unidades federativas na bandeira do Brasil.

A bandeira, pelas suas cores, as mesmas da bandeira nacional, estabelece uma forma de significar no/o território brasileiro. Na bandeira do Brasil, é comum associar o branco, com o desejo pela paz; o azul, com o céu e os rios; o amarelo, com as riquezas, especificamente com o ouro; e o verde, com as matas, as ricas florestas, efeitos de sentidos construídos pelo processo de independência do Brasil, que fundava um discurso nacionalista e romântico em relação à terra. Portanto, a bandeira mato-grossense, ao se representar com uma estrela amarela, atualiza sua história de constituição; como um Estado que chamou a atenção dos colonizadores portugueses pelas suas riquezas naturais, como o ouro e, ao mesmo tempo, sentidos de nacionalidade para se constituir enquanto terra brasileira, pertencente a uma nação, mais uma vez, determinando efeito de localização. Pela memória que a bandeira evoca, observamos um espaço que precisa se autenticar como território brasileiro. Isso não se dá por acaso, diz de um processo histórico; diz da constituição desse espaço para o Brasil no período colonial.

Podemos dizer que, pelo seu formato, a bandeira do Estado de Mato Grosso é uma paráfrase da bandeira nacional, assim, observamos a memória se atualizando nesse acontecimento, o de evocar a bandeira nacional para estabelecer sentidos de pertencimento, determinando, desse modo, novos sentidos. Ao mesmo tempo em que há uma ligação de significação com a memória da nacionalidade, há também um distanciamento dessa memória instituída na/pela bandeira do Estado, esse acontecimento que liga uma memória a outra, assim, podemos observar rupturas e contradições nas tomadas de posições do sujeito no espaço, e isso diz de seu processo de subjetivação e espacialização, e nessa relação determina sentidos e fronteiras em ser mato-grossense e brasileiro. Pois a conquista desse território se deu pelos bandeirantes que ocuparam esse espaço, que a princípio, pertencia aos espanhóis, daí a necessidade de estabelecer esse território como um espaço que se entrega ao Brasil e apenas a ele. Portanto, ao mesmo tempo que os sentidos institucionalizam um discurso, o de

pertencimento, identificação, também marca o espaço pelos sentidos de violação e litígio na ocupação das terras.

Entendemos, com Orlandi (2010a, p. 36), que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim aos mesmos espaços do dizer. Produzem diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Assim, pela paráfrase, “[...] toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas” (ORLANDI, 2010a, p. 36), nesse sentido há uma atualização da memória, pois nesse processo de repetição, a polissemia se instaura, os sentidos outros se marcam pelo acontecimento ao atualizar a memória do bandeirante nesse espaço.

Ao mesmo tempo em que a bandeira estadual se aproxima da bandeira nacional, estabelecendo sentidos de pertencimento a nação, ao instituir-se, essa mesma bandeira se confronta com a própria história do Brasil, constituindo novos sentidos e novas formas de ser brasileiro nesse espaço. Nessa relação de memória, dada pelo acontecimento, observamos que há um *nós* que se une e significa por uma memória institucional (dos símbolos), a de nação brasileira, mas há também um *eu* que se separa, individualiza-se por sua memória de constituição, memória discursiva.

O modo de organizar as cores na bandeira do Estado de Mato Grosso em relação à bandeira do Brasil não é trivial, pois ao parafrasear o formato e as cores, ao repetir sentidos na tentativa de se ligar a nação, sentidos outros se instituem, significando e individualizando esse Estado. Por uma memória institucional, cristalizada, vemos que o amarelo na bandeira do Brasil representa as riquezas, o ouro; o branco, na mesma bandeira, representa a paz. Do mesmo modo, a bandeira de Mato Grosso, ao se constituir enquanto uma paráfrase da bandeira nacional toma os mesmos significados, porém, ao repetir, os sentidos mudam. Orlandi (2010a), afirma que não há paráfrase sem polissemia, em todo jogo de repetição há a instituição de sentidos outros, dados pelo acontecimento. Nessa direção, podemos dizer que na bandeira nacional o branco quase não tem lugar, limita-se praticamente às estrelas; diferentemente da bandeira estadual, em que o branco toma grande dimensão na bandeira, abraçando ao seu centro o círculo verde e a estrela amarela, ao centro, representando o Estado mato-grossense. Essas

similaridades da bandeira nacional são retomadas como uma memória institucional, mas que pelo acontecimento, essa relação marca uma memória de constituição, a do anseio de se integrar ao território nacional, uma vez que a memória do trabalho dos bandeirantes sempre se mostra nesse jogo de repetição. Nessa direção, vemos pelo gesto de repetição o funcionamento do sujeito pelo seu processo de espacialização. O sujeito mato-grossense se inscreve no espaço brasileiro, pela bandeira nacional, para estabelecer relações de pertencimento, nesse gesto, marca-se no território nacional. Ou seja, o sujeito se inscreve no espaço nacional para dizer de si enquanto brasileiro, e, ao mesmo tempo, se individualiza em seu modo de espacializar em seu local, pelo que se marca na bandeira do Estado, constituindo, desse modo, sujeito e espaço (mato-grossense) no território nacional.

A grande parte dedicada ao branco na bandeira não é trivial, assim como a estrela amarela ao centro também não é; esses elementos significantes, assim como na bandeira nacional, dizem de um processo de colonização e imposição cultural, pois as atuais terras mato-grossenses, assim como o Brasil no período colonial pelos portugueses, geraram grande interesse nos bandeirantes portugueses pela sua riqueza e descoberta de ouro. Desse modo, o Estado ao se inscrever em uma memória nacional, ao trazer os elementos nacionais presentes na bandeira, como as cores e o que elas simbolizam socialmente, estabelece uma relação de dependência, da necessidade de se integrar ao espaço brasileiro, estabelecendo, conseqüentemente, efeito de unidade. Sabemos também que o processo de conquista das terras brasileiras não se deu pacificamente, uma vez que os bandeirantes chegavam ao território e escravizavam os nativos para explorar a terra. Nessa direção, assim como a bandeira nacional, a bandeira estadual estabelece uma relação de memória com o processo de colonização, e como todo processo de colonização, há um processo de imposição e dominação, diz de uma memória nacional que se institui por meio das cores dadas popularmente nas bandeiras. Essa relação é essencial no processo de subjetivação e espacialização do novo Estado como pertencente a ao território brasileiro. Nessa direção, Mato Grosso significa pela sua forma de inscrever em uma memória nacional, marcado pelo processo de repetição: o efeito que se tem (ou que se almeja) é de continuidade de Brasil.

Portanto, pela bandeira, vemos que há uma tentativa de se unir ao nacional, mas ao fazer isso se marca pelos acontecimentos históricos, determinando, desse modo, sentidos para esse espaço e para o processo de territorialização, marcado pela paráfrase dos símbolos que compõem a bandeira brasileira e a mato-grossense.

Esses efeitos que vemos em funcionamento no nosso material se dão pela constituição de uma materialidade significante. Ao pensar na materialidade significante, Lagazzi (2010) afirma:

A partir da definição de discurso como “a relação entre a língua e a história”, proposta por Orlandi (1996), busquei a possibilidade de ampliar seu escopo analítico, referindo o discurso como a relação entre a materialidade significante e a história. Pude, assim, concernir o trabalho com as diferentes materialidades e reiterar a importância de tomarmos o sentido como efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significante, na história, compreendendo a materialidade como o modo significante pelo qual o sentido se formula (LAGAZZI, 2010, p. 173).

Portanto, é nessa relação que os símbolos enquanto formulações visuais significam o e no espaço mato-grossense por sua memória de instituição, que se dá a ler pela sua materialidade significante, colocando em questão o processo de significação e constituição territorial do Estado.

Outro símbolo do Estado de Mato Grosso que analisamos foi o Brasão, instituído inicialmente em 14 de agosto de 1918, por iniciativa do governador Dom Aquino Correia. Vejamos:



Figura 5 – Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso; FONTE: Mato Grosso. Disponível em <<http://www.mt.gov.br/simbolos-oficiais>>. Acesso em 26/01/2020.

O projeto de Lei que institui o Brasão de Armas em Mato Grosso conta com a seguinte descrição:

Art. 1º - O Brasão d'Armas do Estado de Mato Grosso compõe-se de um escudo em estilo português, isto é, com a ponta redonda, ocupada por um campo de sinople, sobre o qual assenta lado a lado, **um morro de ouro** com dois cabeços, sendo um no centro do escudo, e outro um pouco mais abaixo, para a sinistra do mesmo. O resto do escudo é um céu de blau, **sobre o qual domina, em chefe, a peça heráldica ultimamente consagrada no Brasão da Cidade de São Paulo, como símbolo do bandeirante, símbolo este que consiste em um braço armado a empunhar uma bandeira com a flâmula quadridentada e ornada com a Cruz da Ordem de Cristo**, tudo de prata, exceto a cruz que é de goles. **O escudo tem por timbre uma fênix de ouro a renascer da sua imortalidade ou fogueira de goles, e por suporte dois ramos floridos, um de seringueira e outro de erva-mate**, enlaçados na base por uma fita que traz a legenda [em Latim]: "Virtute Plusquam Auro" (pela virtude mais do que pelo ouro) (SIQUEIRA, 2002, p. 193) (meus grifos).

Observamos que a criação do Brasão apresenta uma forte ligação com o Brasão instituído no Estado de São Paulo. Isso pode ter ocorrido pelo fato de que toda produção e exploração do território mato-grossense eram escoadas via fluvial para o Estado mencionado. No período colonial, Mato Grosso tinha grande contato com a capitania de São Paulo, os próprios bandeirantes que adentraram as terras mato-grossenses eram de lá. Desse modo, percebe-se uma estreita ligação com essa parte do Brasil. Uma relação política e de dependência, até porque escoavam produtos naturais para São Paulo de Mato Grosso, do mesmo modo, traziam produtos industrializados para esse último; assim como toda organização territorial e política para inclusão dessas terras ao Estado brasileiro vinham do Estado de São Paulo.

Mais uma vez, vemos aqui, a ligação de Mato Grosso com o restante do território brasileiro. Nessa direção, ao parafrasear esse símbolo, mostra-se, por um lado, essa tentativa de se incluir em um *nós* – um *nós* dos bandeirantes, um *nós* que se integra à memória nacional, e, ao mesmo tempo, esse jogo determina sentidos para o espaço mato-grossense, marcando, assim, seu processo de territorialização. Esse *nós*, que inclui Mato Grosso ao nacional, vem pelo Estado de São Paulo, assim temos uma relação de hierarquização a esse último, ele se constitui como representação do Brasil no espaço mato-grossense. É por meio desse *nós* que Mato Grosso se relaciona com o nacional, e sua ponte de acesso é o Estado de São Paulo – tanto pela língua, trazida pelos bandeirantes, quanto sua relação comercial e política no processo de territorialização.

Para pensar nos sentidos em funcionamento nos símbolos, tomamos também o Brasão do Estado de São Paulo, para, assim, ver aquilo que se contrapõe e se aproxima no processo de repetição e deslocamentos determinando sentidos para o Estado de Mato Grosso.



Figura 6 – Brasão de Armas do Estado de São Paulo. FONTE: São Paulo Antiga. Disponível em <<http://www.saopauloantiga.com.br/brasao-de-sao-paulo/>>. Acesso em 26/01/2020.

O Brasão de Armas do Estado de São Paulo foi criado em 1917, pelo poeta Guilherme de Almeida e o pintor José Wasth Rodrigues, por meio de um concurso. O símbolo valorizava o papel de liderança da capital no Estado e no país com o lema em latim “Non ducor, duco”, que significa “Não sou conduzido, conduzo”.

Vemos que há um pequeno espaço de tempo entre a criação do brasão de São Paulo e o de Mato Grosso, o primeiro em 1917, o segundo em 1918. É notável a semelhança entre eles, porém, nesse processo de repetição, queremos observar aquilo que se assemelha e aquilo que difere, pois através delas vemos o que se coloca em funcionamento no território mato-grossense.

Ambos os brasões apresentam certa semelhança que os aproximam e os distanciam: enquanto o brasão Paulista é adornado com dois ramos de café, no mato-grossense trata-se de um ramo florido de seringueira e o outro de erva-mate; enquanto o primeiro traz no topo um

muro de coroa de ouro, no segundo uma fênix de ouro; enquanto o primeiro se apresenta com um fundo vermelho sobre peça heráldica, no segundo um céu azul e um monte amarelo representando o ouro. Ambos os brasões também trazem frases em Latim, porém diferentes: *Non ducor, duco* (Não sou conduzido, conduzo), a de São Paulo, e *Virtute Plusquam Auro* (Pela virtude mais do que pelo ouro), a de Mato Grosso.

Pelo processo de paráfrase, vemos que há uma ligação de Mato Grosso com o Estado de São Paulo; por exemplo, ambos os brasões utilizam como símbolo um braço armado a empunhar uma bandeira com a flâmula quadridentada e ornada com a Cruz da Ordem de Cristo, símbolo que não se mostra nos brasões dos outros estados brasileiros. Desse modo, temos acesso a um imaginário do que representa São Paulo para o restante do território nacional, e para Mato Grosso – como alguém que não é conduzido, ele se constitui no espaço brasileiro como a imagem do próprio Brasil. São Paulo não é conduzido, ele conduz, inclusive Mato Grosso, assim como está marcado em latim no seu brasão.

Assim, este Estado mato-grossense, ao instituir seu brasão aos moldes do brasão paulista, estabelece ligação com o nacional, não diretamente, mas por meio de outro Estado brasileiro, São Paulo, a “representação” do próprio Brasil, conforme já dissemos acima. Coloca-se em funcionamento sentidos de hierarquia. Assim, marcam-se os sujeitos e o espaço por um processo de repetição, parafrástico; e, ao mesmo tempo, institui divisões que marcam os espaços enquanto singulares pelos sentidos outros que se instituem no processo de se repetir, pois essa relação entre esses Estados brasileiros, Mato Grosso e São Paulo, dão-se por uma relação de força, hierárquica, não pela simetria regional de ambos, mas pelo que São Paulo representa enquanto relações de força no território nacional.

Diante daquilo que muda no processo de repetição, está a relação agrícola e cultural, em São Paulo, um dos grandes produtores de café; enquanto no Mato Grosso a seringueira e a cultura de erva-mate (SIQUEIRA, 2002, p. 193). No brasão mato-grossense podemos compreender o nascimento da fênix, enquanto o próprio nascimento do Estado, que renasce das cinzas, dando assim um sentido de continuidade de algo, do Estado de São Paulo, mas agora de forma diferente, pois renasceu como a fênix a partir das cinzas. Assim, por essa memória, Mato Grosso se coloca enquanto uma continuidade do Estado paulista para estabelecer sentidos de pertencimento. Desse modo, o brasão mato-grossense evoca a memória de um estado brasileiro para autenticar-se, constituir-se como parte – uma forma de estabelecer ligação com o nacional. Há, nesse caso, uma relação de forças entre esses espaços que coloca um em subordinação (Mato Grosso) ao outro (São Paulo) para estabelecer sentidos de pertencimentos do sujeito mato-grossense como sujeito brasileiro, em um espaço específico no território nacional.

Do mesmo modo, há formas de dizer sobre São Paulo e sobre Mato Grosso ao olhar, por exemplo, as frases em latim, pois dizer em latim, até então, era uma tradição portuguesa, como as missas e as sentenças jurídicas (que persistem ainda em alguns lugares); porém esse gesto de marcar o latim nos brasões das forças armadas se ressignifica com um efeito institucional, marcando os sentidos, o sujeito e o espaço. Pelo dizer em latim, observamos, ainda, um efeito contraditório, um funcionamento que tenta romper com a tradição portuguesa⁷, fortemente propagada no período pré-modernista e modernista no início do século XX, uma vez que nesse período, o Brasil, a partir do projeto republicano, tentava se instituir enquanto nação, cortando, assim, vínculo com as tradições portuguesas. Portanto, tomar o latim para dizer, nesse momento, seria o mesmo que colocar um poder acima dos portugueses, uma vez que a língua portuguesa é uma das línguas românicas, isto é, de origem latina. Seria uma forma de manter um vínculo cultural com a tradição europeia sem se marcar subordinada à cultura portuguesa, ou a Portugal.

O Brasil republicano, ao instituir comando em seus brasões em latim, faz menção à expansão territorial romana: uma era de lutas e conquistas por meio de guerras e combates. O imperialismo romano, em seu ápice, transformou significativamente o espaço, o sujeito e a língua, aumentando a expansão do Império pela Europa e no norte da África. Os romanos chegaram à Península Ibérica no século III a.C., no ano 218, e iniciaram o longo período de dominação de povos e regiões. Desse modo, nesse processo de dominação, principalmente pela força, colocava sua língua, o Latim vulgar, aquele falado pelos soldados, em relação a outras línguas, sua cultura com outras culturas, mudando desse modo o sujeito e o espaço e seu modo de dizer e se constituir nele, instituindo, assim, o latim, enquanto língua de prestígio, uma ligação para tornar suas línguas politizadas, por isso falamos a partir das línguas românicas.

A gramatização, segundo Auroux (2009), foi um meio da Europa, o Ocidente, conhecer e dominar o resto do mundo. Esse processo, no momento, marca-se enquanto um instrumento de dominação, de conquista territorial. Portanto, os estados brasileiros, ao tomarem essa forma material para significar (o Latim), inscrevem-se em uma memória de constituição das Línguas Românicas pela língua latina. Os brasões, com os dizeres em latim, colocam em funcionamento a memória da língua latina na Europa (PAYER, 1999), e sua memória está em

⁷ Logo depois da inauguração do regime republicano no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, surgem os movimentos pré-modernistas e modernistas. Esses movimentos artísticos cantavam o cotidiano do brasileiro, deixando de lado a erudição artística herdada pela tradição portuguesa. Nessa direção, temos inúmeras manifestações nas artes plásticas, pintura e literatura; entre elas, uma das características fortíssima é o rompimento com a tradição portuguesa em relação à língua, à forma de composição e à estética, observado principalmente no Manifesto da Poesia Pau-Brasil (1924) e Manifesto Antropófago (1928) de Oswald de Andrade.

uma relação de mudança, transformação e constituição de outras línguas (as românicas). Assim, para uma nação recém-independente como o Brasil, no período republicano, ao inscrever a memória da língua latina (pela formação das Línguas Românicas na Europa) – com a constituição da Língua Portuguesa – marca o sujeito e o espaço na memória de outra língua, na memória de constituição da Língua Brasileira (ou Língua Nacional) (ORLANDI, 2002). É nesse momento, também, que surgem as grandes discussões e polêmicas, que perduraram por anos, talvez até hoje, acerca da língua nacional e sua nomeação.

Podemos dizer que esses fatos são efeitos da gramatização no Brasil, que se deu a partir de segunda metade do século XIX, quando já se discutia *a língua nacional brasileira*, já um efeito da independência do Brasil. Em relação a gramatização, na Europa, esse processo se deu num modo de dominação e expansão territorial; já no espaço brasileiro, vemos um movimento inverso, trata-se de fortalecer a independência do país (GUIMARÃES, 1996). Pode-se dizer que no Brasil, os estudos sobre a gramatização, abrem uma discussão sobre as diferenças entre o Português do Brasil e de Portugal, mostrando-se como movimento diferente ao da gramatização na Europa. Segundo Guimarães (1996, n. p.), em relação ao Brasil, “a gramatização surge como um procedimento de independência de Portugal” (Ibidem). Assim, desenvolve-se “tanto na busca de outras filiações teóricas que não as vindas através de Portugal, quanto na medida em que os estudos do Português no Brasil se dedicam a especificidades brasileiras do Português” (GUIMARÃES, 1996, n. p.), dessa maneira, volta-se à epistemologia da língua, torna-se um gesto de resistência em relação à tradição linguística de Portugal.

No Estado de São Paulo, a frase no símbolo, *Non ducor, duco* (Não sou conduzido, conduzo), fala justamente desse anseio de resistir à memória de colonização pela memória da língua latina. Ao mesmo tempo, também coloca o Estado em uma relação de poder sobre outros Estados brasileiros, inclusive Mato Grosso – não estamos falando mais de uma relação direta com Portugal e sua língua, mas em conduzir a própria nação brasileira. Nesse sentido, não se trata de uma resistência a quem, mas sim de uma resistência ideológica, o sujeito brasileiro não mais se identifica com a base epistemológica tradicional portuguesa, ele resiste à língua, não a que fala, mas a que se idealiza pelo Estado como língua oficial, e desse modo, também impõem a outros Estados brasileiros, como o Mato Grosso; O termo “Não sou conduzido”, fala de um processo de independência, efeito da colonização do Brasil, já que nesse período, a nação precisava se mostrar autônoma e forte diante dos colonizadores, assim, temos no termo “conduzo” o efeito desse momento em que o país precisava cortar vínculo com seus colonizadores (Portugal), mesmo que isso só existisse no imaginário social Brasileiro. Já pelo termo em “conduzo” (*duco*), por meio de uma relação hierárquica, conduz a nação brasileira,

ditando um imaginário de sujeito e língua nacional, assim como observamos a relação Mato Grosso x São Paulo. São Paulo, ao dizer “Non ducor, duco”, marca-se como “dominador” (“colonizador”) de outras regiões brasileiras, uma vez que Portugal não tem mais domínio, o Estado em questão dita um imaginário de ser brasileiro. Outrora, o termo em Latim marcava-se como resistência à língua e aos ideais portugueses, agora, significa como um colonizador, quem conduz, e, portanto, impõe modos de ser e estar no Brasil, a relação do sujeito, dos sentidos e sua espacialização.

No Estado de Mato Grosso, a frase em latim, *Virtute Plusquam Auro* (Pela virtude mais do que pelo ouro), diz de um imaginário de lugar – um lugar que “resiste” para sobreviver, já que é mais pela *virtude*; até porque já levaram todo o *ouro*. Portanto, o espaço é significado por uma característica virtuosa e não pela riqueza que acaba. Desse modo, sentidos, sujeito e espaço constituem-se em uma relação com a colonização. Por meio desse funcionamento, vemos o anseio de liberdade ao estar nesse espaço, uma vez que, no período colonial, tudo que se produzia na colônia ia direto para o colonizador, assim, esse anseio de liberdade, justificada como *virtude*, não passa de um efeito de cinismo, pois se trata de uma justificativa para se revoltar contra a exploração de riqueza da terra, justamente para serem beneficiados dessa riqueza, coisa que não acontecia no período colonial. Esse dizer produz efeito sobre o processo de territorialização do Estado, uma vez que, o que chamou a atenção dos bandeirantes nesse lugar foi a descoberta de ouro. Desse modo, pela frase, coloca-se a virtude de um povo mais que o anseio pelo ouro. Diante dessa questão, observamos um efeito inverso ao estabelecido historicamente; assim, essa frase se coloca como resistência diante da própria história territorial de Mato Grosso, o sentido que se configura nesse dizer, pelas condições de produção, a de reunir a riqueza no próprio território, alegando um gesto de virtude, libertando-se, assim, do colonizador, agora, internamente, referindo-se ao Estado de São Paulo que *conduz*, inclusive Mato Grosso. Portanto, em relação ao Estado paulista, o dizer não resiste a uma imposição cultural e ideológica, mas de uma resistência, internamente, à exploração de riqueza extraída da terra – mesmo que isso funcione somente pelo imaginário social, já que a exploração da terra ainda continuou/continua, só mudou o explorador.

Pelo dizer no brasão, vemos em funcionamento um processo, uma tentativa de instituir uma identificação, assim, os dizeres instituídos já na república, fazem funcionar a memória do Brasil colônia, determinando sentidos de resistência para a constituição de uma “identidade” por processos de subjetivação. Há um efeito histórico, marcado por contradições, e ideológico dessas formulações no período republicano ao se instituir enquanto Estado brasileiro – o sujeito se (re)significa nesse espaço, constitui-se, assim, um processo, um modo de ser e estar nesse

lugar, significando a si e o Estado, ligando-os ao discurso nacionalista: para isso rompe, ou pelo menos aparenta o desejo de romper com as tradições do colonizador, sua língua e sua cultura; mas ao mesmo tempo se subordina aos efeitos marcados pelo imaginário de Brasil pelo Estado de São Paulo.

Significar em latim é se inscrever na memória de constituição da língua portuguesa. Nesse gesto o sujeito nega a Língua Portuguesa de Portugal, ou, nesse momento, não a considera. É um modo de mostrar para os colonizadores que, assim como eles não se comunicam mais em latim, a ex-colônia (Brasil) também não se comunica mais em português; é uma forma de dizer para o próprio colonizador que aqui, no Brasil, a língua ganhou outro significado, a língua “floriu” nesse espaço, rompendo, ou resistindo, desse modo, com a tradição portuguesa, pois o que se tem *aqui* já não é mais o que veio de *lá* – há nesse gesto um lugar de constituição, e é nesse espaço que os sujeitos se inserem para significar o processo de independência do Brasil, (re)significando-se uma forma de se instituir. Portanto, dizer no idioma que deu origem à língua portuguesa é o mesmo que dizer aos colonizadores do Brasil que, antes deles se comunicarem em Português, faziam isso em latim – na Península Ibérica, Portugal, onde o latim floresceu; nasceu, assim, o Português. Portanto, por meio desse gesto, mostra-se que a língua do Estado brasileiro também não é mais a língua que chegou aqui.

Para concluir, a relação de São Paulo com Mato Grosso, pelo que se coloca em funcionamento, pelos sentidos observados no dizer em latim do brasão paulista, observamos seu lugar de imposição, sua soberania no território nacional. São Paulo não é mais conduzido, ele passa a conduzir; isto é, a dominar: de dominado a dominador. Desse modo, podemos dizer que Mato Grosso ao se instituir enquanto Estado brasileiro, faz isso por um imaginário de resposta, como se estivesse opondo à dominação. Pelo dizer em latim em seu brasão, configura-se internamente uma relação de força, de dominação e hierarquização dos diferentes espaços que compõem o território brasileiro, no caso, a relação de Mato Grosso com São Paulo. Nessa relação, sentidos, sujeitos e espaço constituem-se mutuamente, determinando um modo de individualizar no Estado, e, ao mesmo tempo, relacionar ao *nós* nacional, pelos processos de identificação, marcando fronteira entre ser mato-grossense e ser brasileiro, pelo que funciona na bandeira o no brasão do Estado de Mato Grosso em relação ao território brasileiro.

2.2 Hino do Estado de Mato Grosso: uma narratividade institucional do território e do espaço

Observamos até o momento que a constituição do território mato-grossense se dá por processo de espacialização dos sujeitos. Vimos, na subseção anterior, por meio do discurso institucional dos símbolos do Estado, o que funciona discursivamente nos materiais, instalando sentidos de localização e pertencimento ao se tornar sujeito em seu espaço de constituição.

Para prosseguir e pensar o processo de espacialização do sujeito no Estado de Mato Grosso, tomamos o Hino de Mato Grosso enquanto uma narratividade. Compreendemos narratividade, não como uma tipologia textual, mas como um processo discursivo, a partir da Análise de Discurso, aí a opção pelo termo *narratividade* que, nas palavras de Orlandi (2017, p. 30), trata-se da “maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas.”. Desse modo, podemos apreender aquilo que não cansa de se inscrever em uma memória institucional, colocando em questão um outro lugar, o da constituição do dizer, que, pela historicidade constituinte do próprio espaço, confrontam os sentidos estabilizados pelo discurso institucional, trincando, pelo trabalho do analista, o efeito de evidência marcado por esse tipo de discurso. Assim, temos acesso à narratividade de constituição dos sentidos, do sujeito e do espaço em Mato Grosso ao se inscrever em sua memória de constituição.

Nessa direção, a partir da narratividade que se coloca em funcionamento no hino mato-grossense, e que diz do modo de constituição dos sentidos, do sujeito e do espaço, a leitura desse material, dá-nos acesso aos modos que a história e a memória se fazem presentes, determinando formas de ser/estar e significar em Mato Grosso, assim como vimos os sentidos de localização e pertencimento pelo discurso colonial.

Para Mariani (1996, p. 119), o mecanismo discursivo que atua junto à memória, “possibilita a reorganização imaginária do acontecer histórico em suas repetições, resistências e rupturas”. Portanto, a narratividade se dá no interior de uma memória, colocando em funcionamento um imaginário de sujeito e espaço, suas contradições e rupturas ao significar. Nesse gesto, determina efeitos de sentidos para o sujeito e o espaço, a partir das formações discursivas em que os sentidos se inscrevem, que, pelas condições de produção, vemos o que funciona em nosso material (o Hino de Mato Grosso) em relação ao nosso objeto de estudo. Pois, no modo como tomamos a narratividade, no discurso, “coloca em movimento (no trabalho da memória) os agenciamentos de rituais enunciativos presentes no imaginário, permitindo o deslocamento, o retorno, a migração de cadeias de enunciados narrativos. (MARIANI, 1996, p.119).

Em relação ao Hino de Mato Grosso⁸, registros históricos apontam que ele foi cantado em público pela primeira vez durante a cerimônia das comemorações do bicentenário de fundação de Cuiabá, em 08 de abril de 1919. Porém, só foi oficializado no dia 05 de setembro de 1983 pelo então governador Júlio José de Campos. O decreto oficializou o antigo poema “Canção Mato-grossense”, de autoria de Dom Francisco de Aquino Corrêa⁹, e a música do maestro e tenente da Polícia Militar Emílio Heine.

Tendo essa base, vejamos o que se coloca em funcionamento na narratividade no Hino mato-grossense:

Limitando, **qual novo colosso**,
O Ocidente **do imenso Brasil**,
Eis aqui, sempre em flor, Mato Grosso,
Nosso **berço glorioso e gentil!**

Eis a **terra das minas faiscantes**,
Eldorado como outros não há,
Que **o valor de imortais bandeirantes**
Conquistou ao feroz Paiaçu!

Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!

Terra noiva do Sol, linda terra
A quem lá, do teu céu todo azul,
Beija, ardente, o astro louro na serra,
E abençoa o Cruzeiros do Sul!

No teu verde planalto escampado,
E nos teus pantanais como o mar,
Vive, solto, aos milhões, o teu gado,
Em mimosas pastagens sem par!

⁸ Governo do Estado de Mato Grosso: **símbolos oficiais**. Disponível em <http://www.mt.gov.br/simbolos-oficiais#:~:text=No%20Bras%C3%A3o%20de%20Armas%20do,29%20de%20agosto%20de%201994>. Acesso em 01/12/2020.

⁹ “Dom Francisco de Aquino Corrêa foi uma figura pública com grandes contribuições para Mato Grosso. Nasceu em Cuiabá em 2 de abril de 1885, e durante sua trajetória se tornou Arcebispo de Cuiabá. Não só foi o compositor do Hino de Mato Grosso, como oficializou o Brasão de Armas do Estado de Mato Grosso, em 1918 - inspirado no brasão de Cuiabá, datado de 1727 - quando foi eleito o governador de Mato Grosso (1918-1922). Faleceu em São Paulo (SP), em 22 de março de 1956. Ente seus feitos estão ser o primeiro mato-grossense a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, e a iniciativa de fundar a Academia Mato-grossense de Letras (AML), tornando-se presidente de honra da Instituição. Criou também o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual foi eleito presidente Perpétuo. O arcebispo publicou ainda livros de versos como Odes e Terra natal, com poemas sobre Mato Grosso e o Brasil.” Disponível em <<http://www.mt.gov.br/-/11723034-hino-de-mato-grosso-foi-oficializado-60-anos-apos-primeira-apresentacao-publica>>. Acesso em 26/06/2021.

*Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!*

Hévea fina, erva-mate preciosa,
Palmas mil são teus ricos florões;
E da fauna e da flora o índio goza
A opulência em teus virgens sertões!

O diamante sorri nas grupiaras
Dos teus rios que jorram, a flux.
A hulha branca das águas tão claras,
Em cascatas de força e de luz!

*Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu*

Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!
Dos teus bravos a glória se expande
De Dourados até Corumbá;
O ouro deu-te renome tão grande,
Porém mais nosso amor te dará!

Ouve, pois, nossas juras solenes
De fazermos, em paz e união,
Teu progresso imortal como a fênix
Que ainda timbra o teu nobre brasão!

*Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
Chova o céu
Dos seus dons o tesouro
Sobre ti, bela terra natal!*

Fonte: Decreto N° 38, de 03 de maio de 1983.

Ao colocar a narratividade do Hino do Estado de Mato Grosso em escuta, vemos um funcionamento discursivo muito próximo aos dos símbolos mato-grossenses que, também não deixam de apresentar uma narratividade da constituição do Estado. Notamos que há um discurso institucional que, pela narratividade, repete, pelo simbólico, um imaginário nacionalista, naturalista, condoreiro no Estado. Podemos dizer que os sujeitos são interpelados para identificarem-se a uma língua (nacional) e a um espaço (nacional), por/em um mesmo movimento.

Toda constituição imaginária se dá em uma relação com o outro, é nessa relação que os sujeitos criam jogos de imagens do que são, ou do que pensam que são - isto é, pelo jogo de imagens daquilo que funciona em nossos materiais, vemos saberes e sentidos para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil. Saberes e sentidos de um discurso de colonização, pois, mesmo o país independente, pelo que se coloca em funcionamento, faz soar o discurso do outro, do branco europeu, colonizador, silenciando outras vozes, mesmo que presentes.

Portanto, nesse ir e vir, pela narratividade, o que parece trivial, na verdade, funciona enquanto lugares de (des)identificação do para o sujeito, marcando um discurso de colonização, estabelecendo fronteira e silenciamento de outras sentidos pelo discurso institucional, como os sentidos de resistência marcados pela memória dos povos indígenas, e posto em funcionamento na narratividade do Hino do Estado, enquanto um vilão a ser vencido; no caso, as vozes desses são silenciadas por um discurso instituído, cabendo a eles (os oprimidos, os nativos) resistir ao discurso dominante, ao se colocar na contradição do discurso institucional (discussão do próximo capítulo).

Nesse jogo de imagens, vemos funcionar um discurso colonial que se repete. Ao olhar para o Hino do Estado, vemos sua relação com o Hino Nacional Brasileiro ao trazer certas palavras e expressões que atualizam algo já existente e configuram um discurso nacionalista, o qual já funcionava na poesia “Canção do exílio”, de 1843, pelo escritor brasileiro Gonçalves Dias, que, mais tarde, alguns de seus versos se agregaram à narratividade do Hino Nacional, marca de um discurso nacionalista fortemente propagado no processo de independência do Brasil:

Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas várzeas têm mais flores,
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida mais amores.

Nessa relação com o Hino nacional, para a instituição do Hino mato-grossense, vemos funcionar um discurso que se configura nacionalista – uma integração a um “nós” nacional, mas, ao mesmo tempo, um discurso que se individua, determinando fronteira com esse “nós”. Nessa relação de língua, espaço e sujeito, o discurso se institui significando e marcando sentidos de pertencimento a um discurso nacionalista e, ao mesmo tempo, (re)significado por um lugar distinto, em Mato Grosso, e, pelo imaginário daquilo que se institui enquanto um saber sobre a território, o estado, que significa o espaço e os sujeitos, determinando limites, ou seja, uma fronteira discursiva que, na repetição do mesmo, o diferente se institui, se mostra, significando

o sujeito e o espaço ao se identificar com o “nós” nacional. Porém, ao mesmo tempo, particulariza-se, desidentificando-se desse “nós”, por meio daquilo se constitui pelo processo de espacialização de Mato Grosso, pois no Hino desse Estado, há uma exaltação aos “heróis” que conquistaram a tão bela e próspera terra, no caso, os bandeirantes. Esse “nós” nacional se constitui através dos ‘símbolos’ e das imagens da natureza, um processo que tem sua origem na independência do Brasil, principalmente no período romântico com os escritores indianista e nacionalista, como José de Alencar, que coloca o indígena, a fauna e a flora como elementos brasileiros. Desse modo, pela interpelação/identificação dos sujeitos a uma língua e a um espaço particular, coloca-se em questão uma tensão entre unidade (Brasil) /diversidade (Mato Grosso).

Nessa constituição mútua entre a língua, o espaço e os saberes vinculados a eles, Fedatto (2012, p. 22) afirma que “a história do saber não é desvinculada do espaço de onde sua produção se efetiva nem das condições sócio-históricas que tornam possível a demanda por um determinado tipo de saber”. É nessa relação que a autora pensa na “espacialização de saberes na cidade e sua interferência nos processos de identificação do sujeito urbano-nacional” (FEDATTO, p. 23). Do mesmo modo, vemos essa relação funcionar em nosso material, seja nos símbolos oficiais ou na narratividade do Hino, pois o espaço de produção carrega consigo um funcionamento discursivo que significa os sujeitos e a constituição do espaço discursivo em que os sujeitos – por um processo de territorialização e inscrição do Estado a um discurso nacional – (re)significa e estabelece identificação.

E mais, para Fedatto (Ibidem), “há um gesto oficial que não deixa de significar os saberes instituídos nesses detalhes prosaicos dos trajetos urbanos e sempre há um traço de trivialidade naturalizando os dizeres institucionais”. Ou seja, há sempre aquilo que escapa do discurso oficial, no caso de Mato Grosso, sua relação de apagamento, ou silenciamento dos sujeitos nativos da terra no processo de territorializar; são gestos que produzem *pontos de referência* e, também, um *efeito de localização* na (re)organização do espaço e dos sujeitos, tantos nos símbolos oficiais, quanto na narratividade do Hino mato-grossense.

Esses apontamentos nos permitem afirmar que a narratividade do Hino individua-se ou particulariza-se em relação ao *nós* nacional, na medida que apresenta um processo de constituição do Estado de Mato Grosso ao colocar em destaque a figura dos bandeirantes, que, como já discutido, teve um papel significativo no processo de conquista/exploração das terras ao achar riquezas naturais (discurso econômico), como fica marcado nos seguintes versos: “Eis a terra das **minas faiscantes**, / **Eldorado** como outros não há, / Que o valor de **imortais bandeirantes** / Conquistou ao **feroz Paiaguá!**” (grifos nossos).

Desta forma, as marcas linguísticas “minas faiscantes” fazem referência/remissão à grande quantidade de ouro e pedras preciosas nas terras, ou seja, atualizam uma memória discursiva da existência de riqueza, a qual é materializada na letra do Hino. Dito isso, o que percebemos é que para confirmar esse discurso, é apresentado, na sequência, o termo “Eldorado”, uma referência a um mito indígena que conta sobre uma cidade de ouro. Para o historiador Langer (1997):

A mais conhecida e divulgada teoria, considera o Eldorado uma invenção puramente indígena, criada com o propósito de ludibriar os gananciosos europeus (NOUHAD, 1988). Outra, de tendência recente, argumenta que este mito foi concebido pelos espanhóis para ocultar o massacre autóctone, servindo na prática para esconder o preço em vidas indígenas da expropriação da terra e de seus minerais preciosos. Ou ainda, de que teria sido formulado apenas pelo pensamento europeu, não recebendo influências indígenas (RAMOS PÉREZ, 1995, p. 281). Ambas as considerações são limitadas, pois não concebem o mito em seus aspectos literários, dentro do contexto da mentalidade do período, e mesmo suas matrizes culturais pelo imaginário, que já existiam antes mesmo da descoberta do Novo Mundo. (Ibidem, p. 25-26).

Nessa direção, vemos que o mito se atualiza em cada acontecimento histórico e discursivo, conferindo-lhe um efeito de coerência dado pela repetição de um discurso cristalizado. O mito evoca essas memórias de constituição, inscreve-se na história e significa por uma voz perdida, mas que sempre se coloca para dar sentido ao novo, ao belo e ao inexplicável. É nessa relação que os sentidos transitam na narratividade do Hino de Mato Grosso.

Uma vez que “Eldorado” se inscreve no mito, o que chama atenção aqui é a relação do sujeito e o espaço. O uso do advérbio “Eis”, que expressa o contato entre o que até então parecia fictício/longínquo¹⁰ (o mito de eldorado) para os exploradores, no que diz respeito às buscas por terras ricas. Expressar o “eis” descortina a incessante movimentação exploratória que, por muitas vezes, não dava em nada. Percebemos que a voz que fala nessa estrofe coloca o lugar como supremo, “como outros não há”, dotando-o de uma singularidade propícia e ao encontro dos ideais de quem acabara de chegar ali. Assim, percebemos um certo apagamento, ou seja, aquele lugar passa a ser visto apenas como lugar das “minas faiscantes”, o que significa dizer do dinheiro, lucro. Apagam-se, assim, as outras características do lugar e, principalmente, a cultura indígena, um discurso econômico que sempre esteve presente no espaço de colonização.

¹⁰ Ao dizer *fictício*, referimos ao mito enquanto um relato fantástico de origem oral, por isso também *longínquo*, não se sabe exatamente sua origem. Trata-se de um perdido.

Desde então, a partir do que discorremos, temos muito forte a presença do “Eldorado”, ou o “Novo Eldorado”, ou, assim como na letra do Hino, “Eldorado como antes nunca visto”, para dizer de uma exploração da terra. Ao dizer de exploração, estamos falando de conquista, do trabalho dos bandeirantes, que tinham como principais objetivos, marcar a terra como já pertencente a alguém (como se não já tivesse ocupada pelos indígenas), no caso a Coroa Portuguesa, para explorar as riquezas naturais e a mão de obra indígena, representadas aqui na figura do bandeirante.

Ao discutir sobre o Eldorado, Orlandi (2003) coloca esse dizer na relação com o *discurso fundador*, pois:

Todo percurso em busca do Eldorado é uma relação com a loucura, com a conquista, com os sentidos do sem-sentido. Romper o Velho Mundo e instalar o Novo a partir “daquilo” que encontravam. Nomes eram dados arbitrariamente, assim como eram arbitrários os limites que impunham ao acaso para ter um “país” configurado: as terras da margem esquerda pertencem ao país, as da margem direita, não. Arbitrário, mas necessário. Porque dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios de significância*, é tornar possíveis *gestos de interpretação*. (ibidem, p. 15).

Para a autora, esse mito diz de um processo em que se dá o desconhecido, que no acontecimento discursivo, sua relação com o simbólico, institui sentidos e lugares determinados, um discurso fundador. “O pior não é encontrar o Eldorado; é não se reconhecer no caminho. Rupturas, irrupção do real, sem-sentido. Daí a necessidade constante de dar sentidos ao novo, num movimento de identificação, que retorna sobre si” (ORLANDI, 2003, p. 16). Desse modo, “o fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação” (Ibidem).

Além de um discurso fundador, de instituição do novo, rompendo com o estabilizado, o discurso que atravessa o Hino mato-grossense também mostra um efeito de colonização, que canta sobre as riquezas jamais vistas (marcando a importância da exploração, tal como se vê na Carta de Luiz Vaz de Caminha¹¹, ao falar da Nova Terra ao Rei de Portugal) e a dominação do indígena, fortemente marcado no verso “**Conquistou** ao feroz Paiaguá”. Vemos, desse modo, a dominação dos sujeitos (os paiaguás) para a dominação/apropriação do seu espaço, através de como são significados: sujeitos “ferozes” a serem “domados”.

¹¹ Carta de descobrimento do Brasil.

Os Paiaguás eram índios numerosos, exímios canoieiros e valentes lutadores, habitantes das regiões ribeirinhas entre São Paulo e Cuiabá. Durante as primeiras décadas do século XVIII, constituíram-se nos mais ferozes inimigos da fixação e da exploração, pelo homem branco, das riquezas da região. Frequentemente aliados aos índios Guaicurus – os índios cavaleiros – compunham exércitos que por terra e por água opunham-se a passagem de expedições e monções. Porém, mais do que os Guaicurus, foram perseverantes ao longo do tempo e agressivos belicamente (FAGUNDES, 2017, n. p).¹²

A palavra “conquistou” seguida da palavra “feroz” na letra do Hino, inscreve esse discurso a uma ideia romantizada para dizer de lutas e matança de indígenas, pois sabemos que essas “conquistas” não foram pacíficas e nem heroicas, pelo contrário, diz de um processo covarde de dominação, uma vez que os bandeirantes, a serviço do colonizador, eram carregados de armamentos que colocavam os indígenas em um lugar de desvantagem, massacrando-os. Porém, na narratividade do Hino, os sentidos postos inscrevem um discurso de colonização, um discurso que, pela sua romantização, apaga, pelo imaginário em funcionamento, todo um discurso de matança indígena, dominação e exploração da terra e dos índios, estes últimos forçados a trabalhar como escravos, e, for fim, exalta o dominador na figura do bandeirante “Moreira Cabral”:

Salve, terra de amor,
Terra de ouro,
Que sonhara Moreira Cabral!
 Chova o céu
 Dos seus dons o tesouro
 Sobre ti, bela terra natal!

No refrão do Hino citado, que se repete inúmeras vezes, marca-se a relação do *discurso institucional*, inscrito em uma formação discursiva de “dominação”, que louva o colonizador pelas suas “conquistas heroicas” e destemidas. Marcam-se as relações de força complexas e contraditórias entre colonizadores portugueses, bandeirantes, índios e mato-grossenses na constituição dos sentidos sobre o sujeito e o espaço, pelo discurso institucional. Desse modo, apaga-se aquilo que se inscreve em outro discurso, um discurso capitalista, o de colonização, dominação e trabalhos escravos na exploração da terra, por meio de um discurso que romantiza a exploração, colocando, desse modo o discurso do explorador/colonizador como heroico, a partir da pessoa de Moreira Cabral (o funcionamento de um imaginário de sujeito):

¹² Dia do Índio: Paiaguás foram os primeiros habitantes da região onde surgiu Ilha Solteira. Redação de Douglas Cossi Fagundes. In ilhadenoticias.com. 2017. Disponível em <http://ilhadenoticias.com/index.php/menu-cidade/5754-dia-do-indio-paiaguas-foram-os-primeiros-habitantes-da-regiao-onde-surgiu-ilha-solteira.html>. Acesso em 03/12/2020.

Em 1718, um bandeirante chamado Pascoal **Moreira Cabral** Leme **subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro**, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar. [...] **Na busca de índios e ouro, Pascoal Moreira Cabral e seus bandeirantes paulistas fundaram Cuiabá a 8 de abril de 1719**, num primeiro arraial, São Gonçalo Velho, situado nas margens do rio Coxipó em sua confluência com o rio Cuiabá. (MATO GROSSO) (nossos grifos).

Há um efeito de evidência dos sentidos no Hino ao se inscrever a uma memória de colonização, pois mesmo passando por uma análise minuciosa, por uma comissão na segunda metade do século XX, a letra do Hino foi oficializada pelo Decreto N° 38, de 03 de maio de 1983. O efeito de evidência se dá pelo processo de assujeitamento a uma ideologia dominante, o sujeito está inserido de tal forma que não consegue resistir àquilo que lhe é posto, ou produzir outro sentido que não seja aquele determinado por uma classe dominante.

Ao finalizarmos as discussões realizadas acerca do Hino de Mato Grosso, podemos afirmar, portanto, que a narratividade em funcionamento diz de um discurso de exploração e dominação, ou seja, de colonização portuguesa por meio dos bandeirantes. Coloca-se em funcionamento, pela memória discursiva, um discurso dominante que ainda produz seus efeitos ao dizer dos sujeitos e a constituição do Estado, um efeito de engrandecimento da colonização, ao colocar o bandeirante em destaque, como salvador, uma vez que este estava a serviço do colonizador português. Ou seja, trata-se de relações complexas e contraditórias entre colonizador português, bandeirante, indígenas e mato-grossenses produzidas em/pelo discurso, que atribuem sentidos ao espaço e aos sujeitos.

Nesse processo, marca-se a colonização enquanto um lugar de grandes conquistas e fatos heroicos e, assim, se apaga (ou pelo menos silencia), ao mesmo tempo, o nativo, o indígena, que lutou e foi dominado no processo de colonização. Pelo que funciona na narratividade do Hino, pela constituição desse espaço, pelo discurso institucional, propaga-se outro discurso, um que funciona pelo que é silenciado e constitui o sujeito, mesmo em gestos de resistência ao estabelecer identificação: “há um gesto oficial que não deixa de significar os saberes instituídos nesses detalhes prosaicos [...] sempre há um traço de trivialidade naturalizando os dizeres institucionais” (FEDATTO, 2013). Portanto, há sempre aquilo que escapa do discurso oficial, gestos que produzem pontos de referência, efeitos de localização na organização (ou reorganização) do espaço e dos sujeitos.

SEÇÃO III

FRONTEIRA DISCURSIVA: SER BRASILEIRO E SER MATO-GROSSENSE NO DISCURSO POPULAR DE TRADIÇÃO ORAL

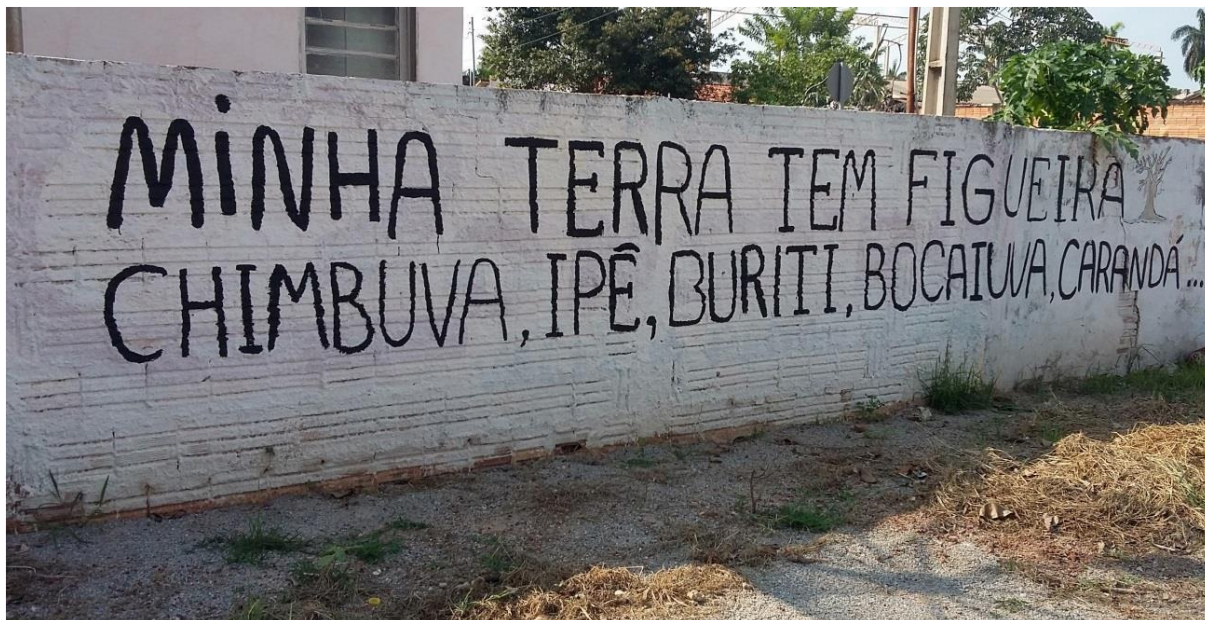


Figura 7: FONTE: Acervo pessoal. Fotografia de um muro situado à Rua Dom Aquino, Cáceres-MT. Data 26/12/2015.

Diante desse lugar de memória, materializado nos ditos do morador em um muro da cidade [de Cáceres-MT], não há como ignorar os sentidos outros que instituem a paráfrase, por ele produzida, bem como uma relação de sonoridade com o poema de Gonçalves Dias. Assim, ao mesmo tempo em que esse dizer o identifica com um discurso nacionalista – compondo um uníssono de vozes do “nós nacional” – também há elementos no dizer que o desidentificam com uma parte do território nacional, instituindo modos particulares de se significar e de se (des)identificar com o território brasileiro. (BINDANDI, 2016, p. 62-63)

É por meio do que se institui no dizer “Minha terra tem figueira, chimbuva, ipê, buriti, bocaiuva, carandá...”, que compreendemos, pelo processo parafrástico, a relação com o discurso fundador nacionalista, como um efeito da colonização em relação a independência do Brasil, ao exaltar a fauna e a flora no poema de Gonçalves Dias, estabelecendo, assim, sentidos de pertencimento e identificação com a terra.

Nessa relação, pelo que funciona do dito pichado no muro na cidade de Cáceres, no Estado de Mato Grosso, ao trazer elementos típicos da terra, estabelece relação de pertencimento ao nacional, ao evocar um discurso fundador, a construção de uma identidade

nacional, funcionando nos versos do poeta nacionalista. Ao mesmo tempo, pelos elementos da flora local (figueira, chimbuva, ipê, buriti, bocaiuva, carandá), singulariza nesse espaço, marcando novas sentidos em funcionamento pelo que se institui no processo de repetição, provocando, concomitantemente, uma inscrição a uma memória nacionalista, marcada pela identificação a um discurso fundador nacionalista; e, ao mesmo tempo, um distanciamento, marcado pela desidentificação dos elementos da flora no poema de Gonçalves Dias, constituindo uma fronteira discursiva que determina sentidos do que é ser brasileiro e ser mato-grossense.

Nessa relação, pelos modos de subjetivação pela língua (PAYER e CELADA, 2016), o sujeito se marca no espaço, estabelece (des)identificação, significando e estabelecendo fronteiras. É nesse terreno opaco e ambíguo que observamos a *fronteira*, não como algo estático, que marca e divide, mas como algo fluido que mostra oposições, contradições, ou seja, como ritual de fatores que se repelem e quebram o que é tido como linear (PÊCHEUX, 1990).

Compreendemos com Martins (1997, p. 150) que a fronteira:

[...] a primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si [...] a um só tempo é o lugar de descoberta do outro, e de desencontro. O desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um [...]. O desencontro nas fronteiras é o desencontro de temporalidades históricas.

Nessa direção, podemos afirmar que a fronteira está nos homens, visto que é simbólica e que se constitui por processos de (des)identificação, já que a Análise de Discurso afirma a possibilidade da formação de uma identidade como decorrente de processos de subjetivação, ou seja, enquanto modos que disponibilizam formas de identificação para o indivíduo, interpelando-o e, por consequência, constituindo-o como sujeito. É a partir dos processos de identificação que o sujeito se constitui no mundo, estabelece relações de pertencimento.

Fedatto (2013, p. 22-23), ao dizer dos processos de identificação que conformam uma memória discursiva para o sujeito, considera necessário que se discuta antes os modos de inscrição e de institucionalização cotidiana do saber no discurso sobre a cidade:

[...] a história do saber [sobre a cidade] não é desvinculada do *espaço* onde sua produção se efetiva nem das condições sócio-históricas que tornam possível (e muitas vezes imperiosa) a demanda por um determinado tipo de saber. [...] [visando compreender] a espacialização de saberes na cidade e sua interferência nos processos de identificação do sujeito urbano-nacional. [...] [pois as] relações de determinação são equívocas, visto que toda *dominação*

instala, no momento mesmo em que se constitui, a possibilidade de *resistência*.

Portanto, desse mesmo modo, a leitura da cantiga popular mato-grossense, Nandaia, assim como o Espetáculo Nandaia, nossos materiais de análise, neste capítulo, instituem-se enquanto documentos que dizem **do sujeito, dos sentidos e do espaço**. Nessa relação, ao trabalhar a constituição do saber sobre a cidade, a pesquisadora dá destaque para a relação mútua entre a língua e o espaço, localizando o papel do cotidiano e a institucionalização da construção de nacionalidade, assim como viemos mostrando no capítulo anterior, pois “[...] há um gesto oficial que não deixa de significar os saberes instituídos nesses detalhes prosaicos dos trajetos urbanos e sempre há um traço de trivialidade naturalizando os dizeres institucionais” (op. cit, p. 25).

A autora toma a cidade enquanto um arquivo que memoriza todo um processo de constituição e de institucionalização do saber que se constitui sobre ela: “[...] a cidade inscreve no hoje um acúmulo, manifesto e velado, de outros cotidianos como alteridades que vacilam pela tensão dos sentidos que se inscreverão(am) na história” (FEDATTO, 2013, p. 36), pois é nesse embate e nesse jogo que a sociedade e o sujeito significam e se significam. Assim, a pesquisadora chama a atenção para o paralelismo entre o “imaginário de localização” e a “língua nacional”, enquanto uma compreensão que a levou a afirmar que “[...] todo originário da nação, antes mesmo de haver estado, só é possível pela construção de *saberes urbanos* que se centralizam como um *saber nacional* marcado amiúde em detalhes, ruínas e grandezas” (FEDATTO, 2013, p. 87-88).

Diante do exposto, podemos afirmar que o sujeito ao se identificar com algo se desidentifica concomitantemente com outro, estabelecendo um jogo discursivo que constitui uma produção discursiva da fronteira, aqui a fronteira se estabelece no diferente, na quebra do ritual, visto que é simbólica. Para Pêcheux (1990), “parece que a questão da linguagem, e dos efeitos de fronteira e a da irrupção do irrealizado podem se amarrar à figura da *interpelação ideológicas dos indivíduos em sujeitos*, introduzida por L. Althusser [...]” (ibidem, p. 16). Do mesmo modo, assim como a ideologia constitui indivíduos em sujeitos, ela constitui, ao mesmo tempo e pelo mesmo movimento, o espaço físico em espaço de vida humano, para pensarmos a relação sentidos, sujeito e espaço (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, 2011). Em relação ao movimento de interpelação ideológica, Pêcheux (1990), acrescenta que “levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como ritual supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: “uma palavra por outra” é uma definição (um pouco

restritiva) da metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho” (ibidem, p. 17). Então, é nessa relação de quebra do ritual que o sujeito se mostra, significa-se e (des)identifica a si e o espaço, marcando-se no espaço por meio daquilo que o constitui e determina uma fronteira discursiva e, assim, modos de ser/estar em um lugar, modos de dizer de si e do outro, estabelecendo fronteiras invisíveis, instáveis e elásticas (PÊCHEUX, 1990).

Nessa direção, o sujeito, que se constitui pela história e pela memória que a instituiu/institui – sujeito do discurso –, instala-se por posições que são cambiantes e que o marcam pela não fixidez, do mesmo modo que a identidade, que também não é fixa, não é estática, produz-se pela movência, pela instabilidade do sentido. Daí a opção em tomá-la como processos de identificação, assegurando pela palavra “processo” uma construção que se dá permanentemente, e pela marca do plural, os vários modos de identificação do sujeito.

A partir da constituição do sujeito mato-grossense, por consequência, do Estado de Mato Grosso, vemos como o sujeito se significa nesse lugar, segundo sua territorialização, estabelecendo modos de subjetivação que configuram e estabelecem sentidos de fronteira que marcam a espacialização do sujeito, ao mesmo tempo que o identifica/desidentifica em relação ao outro e à nação que o compõe, o Brasil.

Para percebermos essa tensão que estamos delineando, colocamos em análise uma canção mato-grossense, Nandaia. Pois, ao colocar em escuta o funcionamento discursivo dessa palavra (nandaia), temos acesso a toda uma constituição social e histórica do termo no território brasileiro, que, em funcionamento, (re)significa todo o processo de constituição do Estado de Mato Grosso por meio de um saber linguístico e por sua memória evocada. Portanto, ao investigar sua constituição na canção, vemos, por meio da materialidade discursiva, aquilo que a palavra evoca, estabelecendo fronteiras e sentidos que marcam os sujeitos e o espaço – o sujeito enquanto brasileiro, mato-grossense e, o espaço, enquanto lugar de constituição do sujeito, (re)significado por acontecimentos discursivos.

Nessa relação, ao compreender o discursivo da palavra Nandaia, em seu funcionamento em Mato Grosso, podemos ter acesso aos acontecimentos que marcam a produção de sentidos, e, por meio deles, compreender todo o processo de historicização do lugar onde essa canção/palavra se enuncia. Nessa direção, faz-se necessário, para melhor compreender o que se coloca a saber, à articulação com a História das Ideias Linguística (HIL).

Os trabalhos em História das Ideias Linguísticas no Brasil, apresentam-nos elementos para compreendermos o discurso documental, pois, pela área, “[...] estuda-se a constituição de um saber metalinguístico no Brasil desde a Época Colonial, levando-se em conta o papel de

obras, autores, teorias, acontecimentos, arquivos, instituições, na produção desse saber” (NUNES, 2008, p. 82). Desse modo, a partir dessa compreensão observamos o que funciona da palavra nandaia, pelo acontecimento na cantiga cultural mato-grossense, e observamos um saber linguístico e sua memória que instituem um processo de significação que não se limita a literalidade da palavra, mas diz de um processo linguístico marcado pelo que se implantou e instituiu enquanto língua nacional (ou brasileira) pelo processo de colonização.

Pensar o funcionamento da palavra Nandaia em seu espaço discursivo é evidenciar o sentido, sua memória de constituição nesse espaço, e, assim, compreender todo o processo político instituído, pois a palavra significa no acontecimento da canção, e a língua é afetada pelos processos de historicização desse vocábulo. Portanto, a leitura do termo Nandaia, levamos, não somente à análise de um percurso de constituição, mas, também, à observação de um lugar em que o sujeito diz de si, do seu espaço e do outro na sua própria língua, e, assim, canta e dança nandaia. A própria relação do corpo ao dançar nandaia, ou melhor, nandaiar, coloca esse sujeito em relação ao seu lugar de constituição no espaço: o corpo do sujeito em movimento no espaço, mostra que nandaiar não é apenas uma dança, é um modo de ser e estar no espaço.

Portanto, tomamos a palavra Nandaia, por meio de seu processo de constituição enquanto documento, por guardar consigo todo um processo de historicização e memória, por isso a importância da nossa relação com a História das Ideias Linguísticas para pensar na construção de um saber, de um discurso, da/sobre a língua e do/sobre o processo de constituição do sujeito no espaço. “É nessa perspectiva discursiva da HIL que se insere nossa proposta de introduzir o espaço, os processos de espacialização, para refletir sobre esses processos linguísticos e sociopolíticos” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2020, p. 110), assim como o gesto de nandaiar, processo de espacialização do sujeito. Essa questão, “vai ao encontro de um postulado central que enunciamos na área de saber urbano e linguagem, a saber, que sujeitos, sentidos (linguagem) e espaço se constituem em um mesmo processo simbólico e político que se opera na história” (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2020, p. 110).

3.1 O discurso fundador e a palavra Nandaia: a constituição de uma identidade nacional em Mato Grosso

A palavra Nandaia, presente na canção “Nandaia”, cantada e dançada no Estado de Mato Grosso, a partir da tradição do Cururu e Siriri, objeto de nossa pesquisa, é uma canção popular passada de geração em geração, de boca em boca, pois que é pela oralidade que a tradição se perpetua. Segundo Kalil (2008), diz respeito a uma das:

[...] manifestações folclóricas típicas da região pantaneira [que] poderiam ter sido extintas se não fosse a dedicação de gerações em passar para frente os versos, passos e sequências que fazem parte da cultura popular de Mato Grosso. Tradições seculares de origem indígena, mais populares nas zonas rurais e ribeirinhas, o cururu e o siriri não foram registrados em livros, nem em museus. Eles foram passados de geração para geração, de pai para filho, e devem sua sobrevivência à tradição oral (Ibid., 2008, n. p).

Nessa direção, afirmamos a relação da canção enquanto uma tradição oral, diz de um processo marcado por muitas vozes e acontecimentos. Atualmente a música, tida popularmente como um hino mato-grossense, faz parte do chamado patrimônio cultural imaterial do Estado: com apresentações nas escolas¹³¹⁴, festas populares e religiosas.

Nandaia, nandaia
 Vamos todos nandaiaí
 Seu padre vigário
 Venha me ensinar a dançar
 Põe essa perna
 Se não servir essa
 Põe essa outra
 Passa por cima da moça
 Rodeia, rodeia, rodeia
 Fica de joelhos
 Põe a mão na cintura
 Pra fazer mesura
 Palma, palma, palma
 Pé, pé, pé

O Cururu e Siriri, de origem indígena, passada de pai para filhos, ficaram muito tempo restritos às comunidades ribeirinhas e pantaneiras que se relacionam com a cultura da baixada cuiabana, ou seja, regiões e cidades ligadas por sua constituição histórica e colonial: Cuiabá (capital), Várzea Grande, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cáceres, Rosário Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Diamantino, entre outras. Essas cidades mais antigas de Mato Grosso se ligam pelo mesmo processo de constituição histórica; relacionam pela cultura, tradições folclóricas, culinária e costumes.

Em relação à tradição do Siriri, podemos dizer que as roupas são coloridas e o agito das saias das moças confirma a alegria embutida na dança, mulheres de um lado, homens do

¹³ Veja no vídeo alunos das séries iniciais dançando e cantando nandaia na escola em uma data comemorativa: <<https://www.youtube.com/watch?v=E8rPukzCBpA>>; <<https://www.youtube.com/watch?v=zLYRhKRBR2o>>. Acesso em 26/06/2021.

¹⁴ É estudada na disciplina de Arte. Uma atividade de apresentações proposta pela professora em aulas remotas: <https://www.youtube.com/watch?v=s_6NWksaC18> . Acesso em 26/06/2021.

outro. Na roda de dança, o siriri se junta ao cururu – esta última apresentada apenas por homens – ambos tocados com instrumentos típicos, como a viola-de-cocho, o ganzá e acompanhados pelo ritmo das palmas (SEDEC/MT *apud* LAURISTELA, 2011, n. p¹⁵).

O cururu, para alguns estudiosos da matéria, é uma dança originária de São Paulo, mas para outros é uma dança folclórica regional típica da região Centro-Oeste. Há várias linhas para a origem do cururu. Existem aqueles que falam do cururu como uma dança de origem tupi-guarani com função ritualística. [...]

Na dança do siriri, as mulheres remexem as saias, sempre com um sorriso no rosto. Os homens batem o pé no chão e fazem a corte.

A expressão corporal e a coreografia transmitem o respeito e o culto à amizade, por isso é conhecido como dança mensagem. É praticada por crianças, homens e mulheres.

Já o cururu é tocado apenas por homens vestidos com suas melhores roupas e que fazem improvisações e repentes para cortejar as moças. O ponto alto da apresentação é o momento em que o Divino “pousa”, quando o cururueiro (ou canturião) canta e saúda a sua chegada.

Apesar de parecem profanos, o siriri e o cururu estão presentes em festas religiosas, como a de São Gonçalo e a de São Benedito. (Ibidem).

Referente à canção, sua tradição no cururu e siriri, tomamos o funcionamento da palavra Nandaia, de origem indígena, que chegou ao atual território mato-grossense pelo trabalho dos bandeirantes paulistas ao adentrar ao território brasileiro no período colonial. A palavra em questão, assim como a tradição da canção (cururu e siriri), não tem sua marcação fixa e origem singular, parte de uma tradição oral que em algum momento foi registrada e seguiu funcionando.

Por meio daquilo que faz funcionar na palavra Nandaia, podemos observar a constituição dos sentidos de nacionalidade por um discurso fundador evocado pelo processo histórico do material. Pois, “em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país” (ORLANDI, 2003, p. 07), e, desse modo, “mostrar como é que eles se estabilizam como referência na construção da memória nacional” (Ibidem). Portanto, pelos saberes constituídos pela materialidade linguística do termo em estudo, temos acesso a um processo de historicização e significação da língua e dos sujeitos no Estado de Mato Grosso; marca o espaço no território nacional por meio daquilo que se identifica e desidentifica ao se inscrever em um discurso fundador, o de construção de uma identidade nacional, marcada, principalmente, pelos

¹⁵ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso. Disponível em < <http://www.sedec.mt.gov.br/-/3026917-dancas-e-musicas?inheritRedirect=true>>. Acesso em 15/02/2021.

escritores românticos no Brasil recém independente, conhecida como a primeira fase do romantismo brasileiro.

Como já discutido em nosso trabalho, a partir do processo de colonização, a Língua Portuguesa passou a conviver com as línguas indígenas. Foi nesse período que se estabeleceu na colônia portuguesa a Língua Geral, conhecida também como língua de contato de portugueses e indígenas (GUIMARAES, 2007). Essa língua ganhou contornos e grande repercussão no período colonial, uma língua de contato que adentrou o território brasileiro junto com os bandeirantes, espalhando, ao território, formas e modos de dizer e de se relacionar com o outro, o indígena.

Diante desses fatos, em relação a Língua geral, chamamos a atenção para a língua Geral Paulista, pois é a língua que chega ao atual território mato-grossense com os bandeirantes, levando, portanto, essa língua de origem Tupi, a grande parte do território conquistado (FILHO, 2017) – essa relação não observamos somente na palavra Nandaia, mas, também, na própria tradição do Cururu e Siriri, pelos estudiosos, ao tentar explicar suas origens, por meio daquilo que a história¹⁶ vai se mostrando ao historiador.

A língua geral paulista – que estaria já configurada nas primeiras décadas do século XVII; foi levada para uma extensa área geográfica a sul e a oeste de São Paulo pelas expedições paulistas que avançaram na conquista do interior e alargaram as fronteiras coloniais (as chamadas bandeiras); até que progressivamente, de meados para o fim do século XVIII, deixou de ser usada, possivelmente em decorrência das mudanças sociais e econômicas resultantes da descoberta do ouro em Minas Gerais. (FARACO, 2019, p. 137).

A Língua Geral Paulista nasce do contato de nativos brasileiros (falantes do Tupi e/ou outras línguas indígenas) com o europeu (alguns falantes monolíngues do Português, outros bilíngues, português e tupi (como os colonos, missionários, índios tupis e a população mestiça), por volta do ano de 1554 (FARACO, 2019). Segundo Faraco (2019, p. 133), “foi nesse caldo de heterogeneidade e hibridização que nasceu a língua geral paulista, que veio a ser de amplo uso em São Paulo e em suas áreas de influência de meados do século XVII até meados do século XVIII”. Desse modo, o autor afirma que “o fenômeno linguístico que recebeu o nome de *língua geral* não era mais, portanto, a língua indígena original” (Ibidem, p. 133), já havia aí uma variante dessa língua em contato com outras línguas. Nessa direção, boa parte dos bandeirantes paulistas, sendo colonos e mestiços, bilíngues do português e do tupi, adentravam a mata à procura de riquezas e para a demarcação de terras para a coroa portuguesa, para um projeto de

¹⁶ Referimos a história tomada na posição do historiador, ou seja, enquanto uma sequência de fatos e acontecimentos para a recriação do passado.

expansão clandestina, uma vez que estavam descumprindo o acordo de Tordesilhas, que estabelecia limites para as terras recém-descobertas a Portugal e à Espanha.

Diante das conquistas da colônia portuguesa, ou melhor, diante da usurpação da terra pelos portugueses por meio dos bandeirantes, surge um novo acordo baseado na lei que o possuidor da terra é aquele que está sobre ela. Lei que não se aplicava à população indígena, é claro, pois estavam aqui antes mesmo dessas terras serem descobertas, ou melhor, saqueadas pelos europeus, e estes, por uma questão de dominação, por uma relação de força injusta, do ponto de vista humanista, demonizavam e julgavam o nativo da América segundo suas leis, cultura e preceitos religiosos, colocando o indígena em uma posição de sujeito selvagem, que deveria ser “domesticado” para se tornar “gente”, tido até então como animais – pessoas sem lei, sem cultura e sem uma língua de tradição e literatura, verdadeiros selvagens na visão do outro, o europeu¹⁷.

Com a expulsão dos jesuítas e o decreto do Marques de Pombal, ao proibir o uso das línguas gerais na colônia portuguesa e, mais tarde, com a independência do Brasil, a língua portuguesa torna-se a língua oficial do país. Desse modo, a língua portuguesa, desde então, vem ganhando novos contrastes por estar em outras condições de enunciação, pois, no Brasil, a língua portuguesa se institui em um espaço de confronto de línguas e sujeitos, em que umas se articulam com outras, ganhando novas formas, novos saberes e modos de significação nesse espaço.

Em relação a essa questão, Mariani (2003), afirma que o Diretório dos Índios, decretado por Pombal, “surge em um contexto histórico específico, quando os jesuítas começam a perder seus privilégios e são expulsos não apenas da colônia brasileira, mas de várias outras colônias” (MARIANI, 2003, p. 80). Nessa direção, a autora mostra que “no *Diretório*, língua não é apenas um instrumento catequético. Língua, mais especificamente a língua do Príncipe, passa a significar um elemento constitutivo da civilização europeia” (Ibidem), conseqüentemente, nesse processo de imposição linguística, “a língua geral, por sua vez, é chamada de “invenção diabólica”, invertendo os sentidos a ela atribuídos pelos jesuítas” (Ibidem).

Desse modo, uma língua se coloca em destaque, no caso o português, língua essa que se torna mais tarde a língua oficial da colônia. Em relação a constituição de uma língua oficial, Zoppi-Fontana (2013, p. 276) apresenta que a constituição de tal língua “encontra suas raízes históricas em processo de dominação política econômica e se firma ao longo do tempo por meio

¹⁷ Podemos observar todos esses adjetivos sobre a terra e o nativo brasileiro na Carta de Achamento do Brasil de Pero Vaz de Caminha (1450-1500), escrivão da esquadra de Pedro Álvares Cabral (1467/68-1520).

de dispositivos legais e institucionais que fornecem o esteio aos processos de constituição e institucionalização dessa língua”. Nessa direção, para a autora,

No caso do Brasil, a instituição do português como língua oficial é efeito do processo de colonização portuguesa e seu percurso pode ser traçado historicamente até o Diretório dos Índios, promulgado pelo Marques de Pombal (1757), gesto fundador de políticas linguísticas destinada a impor a língua portuguesa no território brasileiro (ZOPPI-FANTANA, 2013, p. 276).

Em relação ao processo de oficialização da língua portuguesa na colônia, Mariani (2003), destaca um percurso histórico que coloca em relação o sujeito e a língua na construção de uma ordem colonial. Nessa direção, a autora apresenta-nos um percurso que culminou na língua portuguesa como língua oficial no Brasil:

1) as ações da igreja católica e, mais especificamente, dos jesuítas na prescrição do modo e dos meios linguísticos para se processar a evangelização dos povos não cristãos, e 2) a revolução tecno-linguística que, a partir do Renascimento europeu, tanto organizará uma produção maciça de gramáticas e de dicionários monolíngues para as línguas neo-latinas, quanto proporcionará a ‘tecnologia’ necessária para a descrição das línguas do novo mundo. (MARIANI, 2003, p.73)

Todo esse processo determinou a institucionalização do português como língua oficial na colônia, pois, em relação à força, a língua da coroa sobressaia as demais línguas faladas, apesar do grande uso das línguas gerais pelas pessoas. A esse processo de constituição linguística, Mariani (2003) chamou de *colonização linguística do Brasil*. Para a pesquisadora, trata-se, portanto, de um “processo histórico que aglutinou a realeza e a igreja portuguesas em um projeto político-linguístico em larga medida comum e simultaneamente nacional e internacional” (Ibidem, p. 73-74).

No processo colonizador, circulam essas imagens sobre as línguas, sobre essas línguas constitutivas de povos culturalmente distintos que se defrontam em condições de produção tais que uma dessas línguas, chamada de língua colonizadora, visa impor-se sobre a(s) outra(s) colonizada(s). Isso rege, no devir do processo de colonização, a forma como vai sendo construída uma relação muito singular: o lugar de onde o colonizado fala se constitui no entremeio da heterogeneidade linguística inerente à colonização. Aquela que virá a ser a língua nacional se organiza justamente aí, nessa disputa por espaços de comunicação, em meio ao confronto entre políticas de sentidos das línguas em confronto/contato, ou seja, entre diferentes produções de sentidos e de práticas sócio-históricas que se encontram ligadas a cada língua específica. (MARIANI, 2003, p. 74)

Sabemos que o encontro do Português com as outras línguas no território nacional, não se deu de forma neutra, mas, sim, uma sobreposição da língua portuguesa sobre as outras, encobrindo, apagando e mudando saberes linguísticos, assim como sua memória de constituição (PAYER, 1999). Nessa relação, nem as línguas que eram faladas pelos índios e nem a língua imposta pelo colonizador, o português, mantem-se neutra: as várias línguas se marcam nesse espaço discursivo, determinando modos de significação das palavras, que acabam tendo seus sentidos atualizados pelos acontecimentos, tanto históricos quanto linguísticos, apagando e (re)significando a memória da língua.

Em relação à memória da língua, tomamos conforme Payer (1999) aponta. Trata-se da relação da língua, sua materialidade significativa, com sua memória de constituição. Em relação a constituição da língua no território brasileiro, falamos desses embates, confrontos e sobreposições de línguas, uma sobre outro, determinando-as, apagando-as. Nessa relação, ao tomar uma língua, como a língua oficial do Brasil, o Português, vemos funcionar resquícios e fragmentos presentes na língua que evoca(m) memória(s) de outra(s) língua(s), marcada por sua trajetória no território nacional. Para Payer (2009), “a língua se mostra assim como “lugar de memória”, numa alusão a “lugares de memória” de P. Nora. Estudamos esses elementos portanto como traços de memória da língua apagada que retornam, traços de memória presentes na estrutura da língua” (Ibidem, n. p). Diante disso, a autora tece uma reflexão: “a de que *certos traços de memória da língua materna*, que foi apagada na história, *retornam, para o/no sujeito, através da materialidade da língua*, aqui re-significada como *memória na/da língua*” (PAYER, 2009, n. p).

Para Guimarães (2012, p. 14), ao tratar das línguas no território brasileiro, afirma que “há uma mudança significativa nesse espaço. Este espaço de línguas vai se organizar assim pela presença do português, das línguas indígenas e da língua geral, que terá forte presença no Brasil durante aproximadamente dois séculos”. Assim, uma palavra de origem Tupi, como Jandaia e Nandaia, em contato com a língua do colonizador nesse espaço discursivo, ganha formas específicas de dizer e significar. Pois, a

Colonização linguística, como foi dito, se inscreve na ordem de um acontecimento de uma maneira específica: ela se realiza no encontro de várias memórias simbólicas (as línguas, em suas distintas materialidades) com uma atualidade (o (des)encontro languageiro, a incompreensão dos sentidos). Como resultado, a colonização linguística produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, provoca reorganizações no funcionamento dos sistemas linguísticos além de rupturas em processos semânticos estabilizados. (MARIANI, 2003, p. 74).

Desse modo, a fim de ver o que se coloca em funcionamento nesse espaço pela palavra Nandaia, em Mato Grosso, buscamos compreender sua relação com o discurso fundador na constituição de uma identidade nacional pelo que faz funcionar no seu primeiro registro na obra “Iracema” (1865) de José de Alencar, como Jandaia, pelo que evoca pela memória da língua funcionando nos termos.

No caso em questão, a palavra nandaia, foneticamente falando, troca a letra “J” inicial pela letra “N” na canção mato-grossense. Esse acontecimento pode ter ocorrido pela fonética de algumas palavras com a letra “J” das línguas indígenas, que, em alguns casos, ganham o som de “yá”, tanto que encontramos a palavra *jandaia* também grafado com “NH”, *nhandaia*. Isso se dá pela aproximação fônica de “yá” e “nhá”, que, com certeza, pelo acontecimento dessa palavra em um determinado espaço discursivo, em contato com outras línguas, como no Estado de Mato Grosso, pelas relações e característica sonora, marcam-se com “nã”: nandaia. Assim, temos a passagem de *Jandaia*, *Nhandaia*, até *Nandaia*, como grafada e pronunciada na cantiga mato-grossense.

Em relação ao que é posto, Payer (1999, p. 87) afirma que, “no conjunto, as observações desenvolvidas [...] [no material] permitem expor o funcionamento da *memória da língua*: a presença constitutiva de traços de uma língua presente em sua ausência, na configuração do [...] [sujeito] como uma posição no discurso”, dando-nos assim uma possibilidade de pensar na forma sujeito e seu espaço de constituição. Para a autora, em uma perspectiva discursiva, “consideramos esses traços linguísticos não como “regionalismos”, nem como parte de um “extrato sociolinguístico”, mas como *traços da memória discursiva*, e, especificamente, *traços de memória da língua apagada* presentes na língua que se pratica cotidianamente” (PAYER, 2003, p. 222). Diante dessas questões, ao falar da língua e da memória em um contexto de ensino, a autora afirma:

Além do modo mais integral de permanência dessas línguas, há outro, mais difuso, de seu reaparecimento, [...] através do que identifico como *traços de memória da língua apagada (dialetos), que retornam na língua atual (português) e no sujeito, reapresentando-se na prática de linguagem, em meio ao português*. Trata-se de uma identificação do sujeito com a memória da língua materna apagada, mesmo que ele não a fale mais (inteiramente). A língua apagada na história funciona, pois na atualidade, guardando um lugar discursivo na prática de linguagem, como “língua apagada” mesmo. É desse lugar (supostamente) apagado que ela produz efeitos de sentido, desafiando a questão da relação do sujeito com a língua [...]. Compreende-se essa presença por sua ausência: a relação com a língua de que se abre mão, [...] para escrever nas formas da língua nacional, faz falta na escrita, na medida que faz falta no sujeito. Falta que não há como suturar na escrita se não é trabalhada no sujeito.

É este tipo de trabalho de memória com a língua que estamos propondo investigar [...]. (PAYER, n. a., n. p.).

A partir do que a autora estabelece, sobre os traços de memória da língua apagada funcionando em outra, que pensamos a palavra Jandaia no romance de Alencar e a Nandaia na canção mato-grossense. São palavras que se constituem enquanto traços de memória funcionando em outra língua: os termos evocam uma memória da língua Tupi, torna-a presente, que, pela materialidade discursiva, marca o sujeito em uma posição diante de um discurso fundante de colonização, pelo que se apaga, e de nacionalidade, pelo que se institui, pelo político da língua – uma vez que se marca nessa posição não somente a memória da língua, mas também, pelo seu apagamento e uso, questões históricas e políticas.

Diante dessa questão, a obra *Iracema* (1865) de José de Alencar, apresenta a história da índia tabajara e sua relação com o português aliado dos pitiguaras, povo inimigo dos tabajaras, Martim Soares Moreno. Por amor, trai o segredo da jurema e lutar contra o seu próprio povo para viver ao lado do amado. Podemos pensar a importância dos registros no romance de Alencar no processo de construção de uma identidade nacional, considerando o Brasil Republicano, recém independente de Portugal. Temos nessa evocação, não somente traços da memória da língua indígena, mas também de um discurso fundante, nacionalista e político.

Em relação à instituição de um discurso nacionalista na construção de uma identidade nacional, a crítica literária pensa o romance como uma metáfora do processo de constituição da nação brasileira, pois toma a índia *Iracema* como representação da natureza intocável do Brasil, enquanto o colonizador Martim representa a cultura europeia imposta, no processo de colonização. Do relacionamento da indígena com o europeu, nasce Moacir, tomado pela crítica como o surgimento da nação brasileira (SILVA, 2012).

A partir da obra de José de Alencar, a palavra Nandaia na canção mato-grossense, assim como Jandaia no romance indianista/naturalista/nacionalista, faz referência a uma ave. Na narrativa de Alencar a Jandaia, além de fazer referência a uma ave brasileira, diz também de uma personagem, uma ave tratada como companheira, amiga da personagem *Iracema*, protagonista do romance.

A palavra Jandaia entra em cena logo nas primeiras linhas do romance:

Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba; verdes mares, que brilhaiis como liquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros. Serenai verdes mares, e alisai docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro manso resvale à flor das águas. (ALENCAR, 1865, p. 3),

Pelo trecho citado, podemos ver a palavra Jandaia em cena ao falar da terra brasileira por meio de uma linguagem poética. Nessa direção, pela narrativa, exalta a fauna e a flora ao trazer a Jandaia enquanto um ornamento na costa brasileira com a chegada dos portugueses. Assim, através de elementos da natureza, há uma tematização do espaço (nacional) ao qual o sujeito é interpelado a identificar-se – junto à língua (nacional). Pela narrativa, trata-se de um lugar singular pelas suas belezas naturais e intocáveis, até o momento, pelo homem. Há nesse modo de dizer o imaginário de lugar, que, coloca em destaque o processo de colonização como um processo de instituição da formação de um país e sua identidade. Portanto, a partir desse discurso nacionalista, funda-se um imaginário de relações e identificação com o lugar, por meio daquilo que funciona discursivamente regido pelo imaginário, que é político; ou seja, uma forma dos sujeitos se (re)afirmar em seu espaço de constituição, e, assim, estabelecer uma relação intrínseca entre o imaginário de sujeito e de espaço – um lugar em que eles se fundem e (re)organizam, significando o país e seus habitantes.

Para Orlandi (2010a, p. 42) “o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história [...]”. Portanto, as formações imaginárias fazem parte das condições de produção do discurso, parte necessária do funcionamento da linguagem, do discurso. Por meio desse jogo, o político se mostra, as palavras produzem efeitos, os sujeitos marcam a si e seu lugar (espaço) discursivo. Em relação ao espaço discursivo, lugar de constituição do sujeito do discurso, vemos com Orlandi (2004, p. 11) que um não se separa do outro: sujeito e espaço.

Ao dizer do espaço citadino, a autora afirma que:

No território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro. Em suas inúmeras e variadas dimensões: material, cultural, econômica, histórica etc. O corpo social e o corpo urbano formam um só (Ibidem).

É a partir das palavras de Orlandi (2004) que compreendermos a relação do sujeito com o espaço, pois a cidade é um espaço em que o sujeito significa e se significa, estando o sujeito e o espaço um atado ao outro, “de tal modo que o destino de um não se separa do destino do outro” (Ibidem). Portanto, dar voz ao que faz funcionar nas palavras, vemos aquilo que se marca no espaço, marcando o sujeito, sua memória de constituição e seus processos de

(des)identificação. Assim que tomamos nosso material – língua, sujeito e espaço no processo de (des)identificação, constituição e produção discursiva.

A Jandaia, popularmente, assim como na obra de José de Alencar, trata-se de um pássaro nativo do Brasil. É uma ave símbolo do Nordeste, principalmente do Ceará, que, inclusive, segundo a antiga tradição literária da região, dizia-se que "Ceará", na língua indígena, significa canto da Jandaia, ou lugar onde a jandaia canta.

Segundo o Portal-IG¹⁸,

A Jandaia Verdeira faz parte da família dos Psittacidae. Seu nome científico é *Aratinga jandaya*, que significa "periquito barulhento". Seu habitat costuma ser vegetação da caatinga, savanas com árvores, clareiras e extremidades de florestas tropicais. A ave aprecia bastante as plantações de coco verde. É encontrado em todo o território brasileiro, mas principalmente no Nordeste, desde o norte de Goiás, passando pelo Piauí até o Maranhão, Ceará, Pernambuco e Alagoas.

Ao analisar o processo discursivo do vocábulo Jandaia na obra de José de Alencar, observamos que se refere a uma ave, ganha esse nome pelo que ela significa ao povo indígena. No romance, a ave Jandaia também é designada por outro nome, Ará. Portanto, a Jandaia na obra faz referência a Ará, que, trata-se, etimologicamente, assim como a Jandaia, a uma palavra do Tupi. Para o dicionário Infopédia da Língua Portuguesa¹⁹, na ornitologia, o vocábulo refere-se a uma “designação comum, extensiva a diferentes aves trepadoras, da família dos Psitacídeos, nativas da América do Sul, de grande porte, bico forte e curvo, cauda longa e plumagem de cores vivas; arara”.

Para compreender os sentidos atribuídos à Jandaia e seus efeitos, vamos a um trecho da obra:

Na cabana silenciosa, medita o velho pajé.
Iracema está apoiada no tronco rudo, que serve de esteio. Os grandes olhos negros, fitos nos recortes da floresta e ramos de pranto, parece estão naqueles olhares longos e trêmulos enfiando e desfiando os aljôfares das lágrimas, que rorejam as faces.

A ará, pousada no jirau fronteiro, alonga para sua formosa senhora os verdes tristes olhos. Desde que o guerreiro branco pisou a terra dos tabajaras, Iracema a esqueceu.

Os róseos lábios da virgem não se abriram mais para que ela colhesse entre eles a polpa da fruta ou a papa do milho verde; nem a doce mão a afagara uma só vez, alisando a penugem dourada da cabeça.

¹⁸ Portal-IG: canal do pet – Guia dos bichos. Disponível em <<https://canaldopet.ig.com.br/guia-bichos/passaros/jandaia/57a24d16c144e671ccdd91b6.html>>. Acesso em 18/11/19.

¹⁹ ARÁ. In **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2003-2021. Disponível em <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/ar%C3%A1>>. Acesso em 20/02/2021

Se repetia o mavioso nome da senhora, o sorriso de Iracema já não se voltava para ela, nem o ouvido parecia escutar a voz da companheira e amiga, que dantes tão suave era ao seu coração.

Triste dela! ***A gente tupi a chamava jandaia, porque sempre alegre estrugia os campos com seu canto fremente. Mas agora, triste e muda, desdenhada de sua senhora, não parecia mais a linda jandaia, e sim o feio urutau que somente sabe gemer.*** (ALENCAR, 1865 p. 21) (nossos grifos)

Nesse trecho do romance, podemos perceber a relação da palavra Jandaia com Ará, ambas referindo a ave. Porém, pode-se observar que a relação de Ará com a ave, dá-se pelo processo de nomeação de um ser, uma palavra Tupi; enquanto a referência à ave, de Jandaia, dá-se por uma nomeação pelo que a palavra significa na língua Tupi – por sua alegria e entusiasmo é referida pelo povo Tupi de Jandaia. Desse modo, a ave (a Ará, a Jandaia – assim como é referida na obra) seria uma personagem que sempre fazia com que a índia (Iracema) lembrasse de suas origens, que, no momento, parecia confusa pelo seu contato com o colonizador, o português Martim. Vemos o papel fundante da Ará na narrativa do romance, pois assim como o nome da ave, seu lugar natural, nas terras brasileiras, a ave se inscreve em uma memória Tupi (a língua e o espaço) para dizer do lugar de constituição da personagem, no momento confusa pelo discurso do outro – aí um processo de desconstrução e construção do sujeito, típico do funcionamento do assujeitamento a uma formação discursiva.

Nessa relação, a Jandaia não é apenas um nome que refere a Ará ou a uma ave, mas uma forma de dizer à personagem indígena seu lugar de origem, colocando em questão o processo de colonização, de sujeição dos indígenas a cultura e a língua do outro. É pelo nome da ave e pelo que ela representa ao povo Tupi, que se estabelece a resistência, levando o sujeito a se resignificar a si e o espaço, fundando sentidos de pertencimento e identificação do que é ser brasileiro; ou como Nandaia, do que é ser mato-grossense. Pois, no que concerne ao discurso fundante de uma nação, ou território, observamos que o “o sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz os outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória”” (ORLANDI, 20004, p. 13).

Desse modo, podemos compreender Jandaia como um nome que atribui características a Ará, uma ave brasileira. Assim, pelo que se coloca em funcionamento, Jandaia trata de um nome que significa pelas características da ave, assim, jandaia para o povo Tupi significava *estrujar alegremente*, “A gente tupi a chamava jandaia, porque sempre alegre estrugia os campos com seu canto fremente” (ALENCAR, p. 21).

Segundo o Dicio²⁰, dicionário online de português, a palavra estrugir (verbo) é o mesmo que “Atroar, vibrar fortemente, estrondear, produzir som agudo”, portanto, jandaia significa pelas características atribuída a ave Ará: uma ave que se caracteriza pelo seu som estrondante. Ainda com o Dicio²¹, a palavra estrondear, verbo intransitivo, refere-se a um estrondo, grande e prolongado ruído; soar com força; ações típicas feitas pela ave em questão. Dessa maneira, pelo que se enuncia no romance de Alencar, a palavra Jandaia, um substantivo, segundo sua classificação gramatical, produz efeito de adjetivo, ou melhor, evoca um lugar de memória da língua, que faz efeito na própria narrativa: a ave Jandaia é nomeada pelo que essa palavra significa na memória da língua Tupi.

Portanto, vemos funcionar na obra de Alencar (1865), uma memória política, um efeito da Língua Geral e sua constituição, língua de contato de origem Tupi, pois coloca em funcionamento, pela memória política da língua, uma língua que já não é mais a língua da pátria portuguesa. Vemos no espaço brasileiro que a língua portuguesa ganha funcionamento distinto, por se tornar concreta em outro espaço com outras línguas; marcam-se, desse modo, os sujeitos e o espaço diferentemente, há um modo específico da Língua Portuguesa significar no território brasileiro, pois para significar se inscreve em uma memória política da língua no Brasil, diferente da memória política da língua falada em Portugal. Nessa direção, Orlandi (2005) afirma que:

O português, assim transportado, acaba por estabelecer em seu próprio sítio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida nas remissões: no Brasil, em Portugal. Tem início, então, a produção de um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua. Produzem-se transferências, deslizamentos de memória, metáforas, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes. Configura-se uma nova situação enunciativa – situação enunciativa II. As palavras, estas, já recobrem outra realidade. (ORLANDI, 2005, p. 30).

Observamos que a palavra Jandaia, funciona no romance de José de Alencar como um discurso fundante, que constitui por uma memória política em sua relação com o espaço e o sujeito. Temos, como já abordado, por meio da palavra Nandaia em Mato Grosso, a relação com esse discurso da constituição de uma identidade nacional ao funcionar nesse espaço, como mostraremos a seguir.

²⁰ DICIO: dicionário online de Português. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/estrugir/>> Acesso em 29/09/19.

²¹ DICIO: dicionário online de Português. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/estrondear/>> Acesso em 29/09/19.

3.2 O funcionamento da palavra Nandaia na tradição popular

Hoje, em Mato Grosso, como já mencionado, cantamos e dançamos uma tradicional cantiga com a palavra Nandaia. Logo vemos que essa palavra se trata de uma herança da palavra Jandaia, ou seja, a palavra Nandaia ao ser enunciada no território mato-grossense, evoca um discurso nacionalista fundante pelo que se institui na memória política da língua, estabelecendo sentidos de pertencimento e identificação.

Um dos sentidos do discurso fundador “é o que liga a formação de um país à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade” (ORLANDI, 2004, p. 18). Ao mesmo tempo, a palavra Nandaia também se singulariza pelo que se institui discursivamente, pois a palavra se enuncia em outro espaço, marcando uma narratividade em seu modo de dizer em Mato Grosso. Assim, observamos que a diferença não se institui apenas na fonética ou na grafia (de Jandaia para Nandaia), mas, também, discursivamente, ao se inscrever em uma memória política de constituição territorial desse Estado.

Em relação aos efeitos produzidos pela palavra Nandaia, vemos, pelo acontecimento do termo na canção, que não se atualiza apenas a fonética ou o modo de grafar (tomado como traços da memória da língua), há também um modo específico de se inscrever na memória política do Estado, determinando pelos processos de identificação e desidentificação de uma fronteira discursiva marcada pela inscrição em um discurso político de constituição do território brasileiro e do território mato-grossense, um Estado que faz parte do Brasil.

Nessa relação, ao falar da constituição da língua brasileira, Orlandi (2005, p. 30), afirma que:

falamos decididamente a língua brasileira, pois é isto que atesta a materialidade linguístico-histórica. Se, empiricamente, podemos dizer que as diferenças são algumas, de sotaque, de contornos sintáticos, de uma lista lexical, no entanto, do ponto de vista discursivo, no modo como a língua se historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades.

Desse modo, em Mato Grosso, a língua brasileira coloca-se marcando o espaço de enunciação por um discurso fundador por meio de Nandaia. Ao mesmo tempo estabelece uma fronteira discursiva pelo que funciona na palavra em seu espaço discursivo; marca, assim, a língua no espaço pelo processo histórico e político do Estado, pois neste local, a língua brasileira já se constitui diferentemente daquela significada no romance de José de Alencar.

A palavra Nandaia, pelo que se coloca em funcionamento – em um espaço de línguas (língua portuguesa, língua geral e línguas indígenas) – vemos funcionar uma memória política distinta na constituição dos sentidos. Desse modo, por meio da memória que a palavra se inscreve, marca-se uma fronteira discursiva, determina, por uma memória política da língua, em seu espaço de enunciação, do que é ser brasileiro e ser mato-grossense. Há nesse espaço um modo da palavra funcionar e produzir sentidos, que marcam os sujeitos e o espaço como um lugar plural ao se inscrever em um *nós* nacional, marcado por um discurso fundante, e, ao mesmo tempo, singular, ao fazer funcionar uma memória da língua, não mais a de Jandaia do romance de Alencar, mas a de Nandaia em Mato Grosso pelo que ela significa no acontecimento linguístico da canção popular.

A palavra Nandaia, pelo que vimos, designa uma ave, assim como Jandaia; contudo, os sentidos atribuídos à palavra na canção popular fazem referência a um tipo de dança, pelo que ela repetidamente se marca.

Nandaia, nandaia
 Vamos todos **nandaiá**
Seu padre vigário
Venha me ensinar a dançar

Podemos observar em um primeiro momento a relação que Nandaia apresenta com a discurso fundador de Jandaia, ambas significam pelo que essas palavras significam na memória da língua Tupi, o fato de “estrujar alegremente” que, metaforicamente, se marca ao nomear uma ave brasileira. Portanto, Nandaia no espaço mato-grossense, trata-se de uma palavra que nomeia uma dança, pelo que significa na língua Tupi. Assim como podemos relacionar com a própria ave, essas palavras nomeiam uma ave que, inclusive, é conhecida popularmente como “periquito barulhento”, pois alegremente estruge nas copas das árvores, com delicadas acrobacias em rodas, voando e se sentando num gingado sincrônico.

Nessa relação, podemos dizer que Nandaia em Mato Grosso, diz de uma ação, um gesto que marca nesse espaço pelo que a palavra evoca da memória da língua e seu discurso fundante na obra de Alencar, porém, nesse espaço, diferentemente, trata-se de uma característica de uma ação, a dança, o Nandaiar.

Desse modo, podemos entender o funcionamento da palavra Nandaia enquanto uma dança que se marca pela euforia, pela sincronia dos passos como se a dança reproduzisse, pela repetição, aquilo que assemelha aos sentidos de Jandaia. Portanto, nesse espaço discursivo, mato-grossense, temos os sentidos de Nandaia referindo-se a uma ave que, pelo seu processo

de nomeação, evoca uma memória da língua, e um discurso fundante de nacionalidade, que em Mato Grosso, repete-se, e nesse processo de repetir-se marca o sujeito e o espaço como um jogo de suturas de sentidos produzido pela dança, um coser de ir e vir marcado pelo gesto de Nandaia.

Podemos observar que a palavra *nandaia* estabelece relação com a Língua Portuguesa nesse acontecimento, efeito do processo de colonização linguística, pois a palavra coloca em funcionamento a mesma função sintática de um verbo na Língua Portuguesa, pois vemos as flexões de Nandaia. Desse modo, a palavra se marca como um verbo da primeira conjugação, terminação em *ar*, segundo a gramática normativa do Português. Portanto, pelo que faz funcionar na canção popular mato-grossense, a palavra Nandaia significa como um ato, uma ação específica, a de nandaia, que, pelos sentidos na memória da língua Tupi, o mesmo que estrugir, atroar, vibrar, estrondear.

A frase na cantiga “Vamos todos nandaia” apresenta a queda do “r” final do verbo, um traço comum à linguagem oral em Mato Grosso e grande parte dos falantes brasileiros, uma vez que a omissão do “r” final é comum, assim como vemos nos exemplos: o verbo *dançar* que é usado como *dançá*; o falar como *falá*, o vender como *vendê*, o curtir como *curti*, e etc. Esse acontecimento em relação aos verbos, não se marca somente na fala, ou na letra da canção Nandaia, trata-se de uma variante da Língua Portuguesa. Desse modo, vemos os lugares de “uso” do Português Padrão, ou a proximidade com ele, e o uso de uma variedade coloquial, popular. Nesse gesto, há o funcionamento daquilo que está a margem, marginalizado, e não em um lugar central. Essa relação diz da própria constituição do sujeito mato-grossense, um sujeito que é marginalizado pelo próprio processo de colonização, por um discurso ufanista de colonização, marcado por um discurso institucional do Estado, assim como vimos no capítulo anterior.

Portanto, pelo que se coloca em funcionamento na palavra Nandaia, vemos que a língua não é isolada da história e dos fatos discursivos, é na relação da língua com a história, os acontecimentos discursivos, que a memória da língua se coloca, desse modo os sentidos vão se mostrando, marcando os sujeitos e seu espaço de (des)identificação e discursivização como lugar de memória. Por fim, pela palavra Nandaia, enunciada no Estado de Mato Grosso, observamos que

Os traços de memória na língua funcionam em processos de identificação na relação sujeito/língua [...]. Estes elementos têm valor discursivo e desafiam o trabalho com a língua em espaços institucionais. A reflexão considera possibilidades de um trabalho sobre a língua que dê estatuto consistente a um

vasto material simbólico, silenciado ao longo da história da nacionalização, e que sobrevive de modo constitutivo como memória na língua (PAYER, 2009, p. 37).

3.3 “Canta e dança nandaia”: sentidos, sujeitos e espaço

Nesse momento, queremos ver, por meio daquilo que compreendemos como narratividade, a partir de Orlandi (2018), o que funciona na canção Nandaia em Mato Grosso. Por meio dela temos acesso a uma narratividade dos sujeitos e sua constituição ideológica. Sabemos que é na e pela língua(gem) que vemos a ideologia em funcionamento, portanto, ao tomar a letra da canção, assim, como vimos na palavra Nandaia, temos acesso a um funcionamento histórico e ideológico que diz dos sujeitos e do espaço.

Para isso, retomamos à canção Nandaia:

Nandaia, nandaia
 Vamos todos nandaiaíá
 Seu padre vigário
 Venha me ensinar a dançar
 Põe essa perna
 Se não servir essa
 Põe essa outra
 Passa por cima da moça
 Rodeia, rodeia, rodeia
 Fica de joelhos
 Põe a mão na cintura
 Pra fazer mesura
 Palma, palma, palma
 Pé, pé, pé

Sabemos que o processo de colonização no Brasil se deu pela linguagem, por meio da imposição da língua, da cultura e da religião europeia por meio dos portugueses. Pela instituição de um discurso religioso, com a vinda dos jesuítas à colônia, vemos um processo de assujeitamento, pois, a religião, a igreja se constituem como um Aparelho Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1970). Dessa maneira, observamos que o sujeito é interpelado pela ideologia que o institui. Para Althusser (1970), a ideologia se apresenta como um discurso, ou um sistema de representação imaginária, porém, a ideologia dominante se apresenta como um poder organizado, institucionalizado, assim, os “aparelhos ideológicos de Estado” não são determinados apenas na ocupação do seu lugar instituído na sociedade, mas também pelo seu funcionamento enquanto prática, sendo a igreja, logo, o discurso pedagógico religioso, no período colonial, um dos aparelhos de dominação do Estado.

Althusser (1970) apresenta instituições como a escolar e a igreja enquanto um campo da inserção do sujeito à ideologia dominante, desse modo, nessa relação de força, ao pensar em uma estratégia de dominação, o discurso pedagógico religioso parece uma forte arma para se dominar. Nessa direção, compreendemos, com a chegada dos portugueses ao Brasil, o papel dos jesuítas na colônia. Pois, pelo processo de catequização era implantado uma doutrinação a uma cultura europeia-cristã, determinando formas de subjetivação para os nativos da colônia, uma vez que, em relação de força, estes se encontravam em desvantagem. Nessa relação, é interessante pensar na crítica de Oswald de Andrade²², um poeta modernista brasileiro:

Quando o português chegou
Debaixo duma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.

Vestir e despir na poesia de Andrade, referem-se a um processo de subjetivação e relações de forças. Com a chegada dos europeus em terras brasileiras, começa a se formar um sujeito nesse espaço, que se constitui na relação com o outro – de dominação e dominado. No jogo discursivo, uma formação discursiva está sempre se pondo a outra, subjetivando, assujeitando, silenciando, repetindo e modificando, seja a língua, sua história ou sua memória, no processo de constituição dos sujeitos. É nesse terreno heterônimo, opaco e plural que os sujeitos identificam a si e o outro, estabelecem fronteira e formas de resistir à dominação, mesmo que silenciosamente, mas que pode ser observado pelos furos na língua(gem) e nas contradições históricas (PÊCHEUX, 2014a).

Por uma questão metodológica, dividimos a narratividade em três partes: a) **o convite a nandaiar** (dançar, alegrar, estrugir, gritar, pular, fazer barulho – sentidos dados pela memória da língua Tupi); b) **o trabalho pedagógico de nandaiar (ensinar)**; c) e **o ato de nandaiar**.

Vemos pelos versos “Nandaia, nandaia / Vamos **todos nandaiá**”, a relação do sujeito com o espaço discursivo e com a dança (ou melhor, com o nandaiar)²³, pois o convite a “todos” à nandaiar, mostra que há quem não nandaia, ou quem não quer nandaiar, talvez aí faça sentido o “ensinar a nandaiar”. Ao mesmo tempo que podemos apreender um sentido de generalização

²² ANDRADE Oswald de; **Obras completas**. Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

²³ Aqui referimos ao verbo “dançar” para dizer dos sentidos do verbo “nandaiar” já que se trata de uma movimentação com o corpo, assim como a dança. Porém, logo mais, vamos mostrar que Nandaiar e Dançar são coisas distintas pelo que se marca na memória da língua.

pela palavra “todos” em “Vamos todos nandaiá”, vemos funcionando o verbo “ir” em sua flexão (vamos), que produz um efeito de envolvimento marcado no espaço pela pessoa do discurso²⁴ “nós”. Há nesse gesto, determinado pela flexão verbal, a conjunção entre as pessoas do discurso “eu” e “tu”, produzindo efeito de conjungir. Desse modo, forma nesse espaço de enunciação da canção, ou pelo menos tenta, o efeito de um só corpo, uma unidade. Esse efeito se constitui como a marca de um discurso de dominação, uma vez que submete os sujeitos a se fecharem em uma única forma para, conseqüentemente, subtrair o efeito de confronto e revolta.

O verbo “ir”, na formulação, também se marca em um lugar de partida, só vai quem necessita se locomover, mudar: nesse sentido o verbo “ir” também soa como transformação. A partir desse efeito, a flexão verbal na canção marca a pessoa do discurso “eu” e “tu” ao se conjungir mutuamente no espaço pela pessoa do discurso “nós”. A pessoa do discurso “eu”, na forma verbal, marca a posição do colonizador, logo a forma “tu”, a posição do colonizado, assim pelo ato de ligação nesse espaço, a pessoa do “eu” se inscreve em um discurso autoritário, e, ao mesmo tempo, o efeito que produz é de “siga os meus passos” (os passos do colonizador), por isso “vamos nandaiá”.

O convite a todos à nandaiar coloca em funcionamento não só sentidos de generalização desse convite, como se todos gostassem de “nandaiá”, mas também um lugar de transformação pelo próprio “nandaiá”, assim, ao produzir esse efeito marca um lugar de resistência no sujeito e no espaço, pois há quem dança nandaia, mas há também quem não dança, ou não quer. Ou melhor, há quem nandaia e quem gosta de nandaiar, porém uma vez obrigado a nandaiar, junto com o outro, o colonizador, marcado pela pessoa do discurso “eu”, em conjunção ao “tu”, resiste à dança, conseqüentemente, à transformação e à sujeição marcada pelo efeito produzido em “vamos nandaiá”. Portanto, compreendemos que o nandaiar diz pela memória da Língua Tupi e a prática de dança indígena marca o lugar do sujeito no espaço, que resiste aos sentidos de ordem marcado pelo discurso de conjungir pela flexão do verbo “ir” em “Vamos todos nandaiá”. Assim, faz funcionar, portanto, pela falha na língua, ao instituir outro sentido, a tentativa de individuação do sujeito a um discurso de imposição. Sabemos que “na falha, ela se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido”. É a isso que chamo de *resistência*” (ORLANDI, 2012, p. 231).

²⁴ Ao usar a expressão “pessoa do discurso” estamos referindo a nominalização gramatical dos pronomes pessoais do caso reto.

Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é pois pela magia, e nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar. (Ibidem).

Desse modo, vemos que a resistência se marca em posições sujeitos ao resistir a um processo de dominação, individuação por uma ideologia. Sabemos com Pêcheux (2014, p. 281) que “não há dominação sem resistência”. Para o autor, todo ritual está sujeito à falha, e é porque há falha no ritual e há a contradição da ordem ideológica, daí podemos falar de resistência e em dominação a um discurso ou outro. Podemos afirmar que “o sujeito resiste a discursos outros ao ser interpelado em sujeito do discurso pela ideologia porque, para ser sujeito, é necessário ocupar uma posição no discurso e, portanto, resistir a outras. Eis o que entendemos como sendo um dos movimentos da resistência” (NARDI; NASCIMENTO, 2016, p. 88).

Logo, os sentidos do verbo “dançar”, são marcados na formulação por uma paráfrase; *nandaiar* é uma ação singular nesse espaço e, pelo que funciona desse verbo, ao convidar a *nandaiar*, coloca os sujeitos em um lugar de movimentação, que não é o mesmo que dançar no português. Não se trata de dançar pelo que diz na memória da Língua Portuguesa, mas de *nandaiar* no que diz na memória da Língua Tupi, a partir do que significa como prática cultural da dança, inclusive.

Pela formulação, chamar a atenção à *nandaiar*, estabelece uma relação do sujeito com o espaço, e nesse lugar, *nandaiar*, pela narratividade, marca o sujeito no espaço pelo gingado do cururu e do siriri. É nessa relação que o *nandaiar* marca o espaço e o sujeito, determinando seu lugar de memória, tanto pelo que funciona em sua constituição na língua, quanto nos passos cronometrados ao som de cururu e siriri. Tratando-se de dança, é importante destacar que o sujeito comparece como corpo, isto é, que há uma corporalidade em jogo, uma relação indissociável do/com o espaço, da espacialidade – a dança é movimento no espaço. Podemos dizer que “o corpo do sujeito vai se mostrando [...] Ele vai assim ganhando existência a partir dessa ligação com o espaço, com o que está fora de seu corpo. Um modo de o corpo(r)existir e assim se significar” (SALLES; COSTA, 2016, p. 568). “Não há separação. [...] São pele e espaço sobrepostos materialmente (Ibidem, p. 566).

Nessa relação, sujeito e língua(gem) se entrelaçam constituindo sentidos para o espaço, marcando um discurso que resiste ao discurso institucional de colonização, ou seja, aquele marcado pela palavra *Nandaia* e pelos sentidos, gingados, do *nandaiar*. A resistência nesse lugar se marca na língua, pela escolha do verbo *nandaiar*, ao invés de dançar, pois se constituem em lugares distintos: em um, *nandaiar*, posição do dominado, funciona como gesto de resistir ao

outro; *dançar*, posição do dominador; marcando, desse modo, o próprio sujeito ao evocar uma memória indígena pelo que funciona no ato de nandaiar. Logo, o espaço de nandaiar também se marca na resistência, seja pelas performances de cantar ou dançar a nandaia no ritmo do cururu e do siriri.

A narratividade da cantiga coloca o convite a todos a nandaiar inscrito em um discurso colonizador; trata-se do trabalho de ensinar a nandaiar: “Seu padre vigário / Venha me ensinar a dançar”. Pelos versos vemos funcionar a memória de um discurso pedagógico produzido pelos jesuítas, que eram responsáveis em catequizar os indígenas, ensinando-os sobre a cultura e a religião europeia, assujeitando-os aos preceitos estatais da coroa portuguesa. Nessa direção, ao mesmo tempo que nandaiar se marca enquanto um lugar de resistência, ao evocar uma memória indígena, também produz efeitos sobre a colonização: o nandaiar é do indígena, mas quem ensina é o outro, o mesmo que não se inscreve, ou não tem legitimação, historicamente, à nandaiar. Desse modo, o indígena canta e nandaia, mas quem determina os passos é o outro, o europeu; cabendo ao indígena a subordinação, dada pela relação de força entre ambos. Desse modo, pode-se dizer que nandaia é uma dança que passa pela censura da igreja, pois ela é moralmente aceita, homens e mulheres dançam separados, estabelecem, assim, uma “identificação” (ou não) nesse espaço, pois a dança muitas vezes é apresentada em festejos religiosos. A questão é: trata-se de uma aceitação, identificação ou dominação, vigilância dos sujeitos que nandaiam?

Esse movimento intrínseco do sujeito mato-grossense em relação ao seu espaço de constituição, ao dançar e cantar nandaia se inscreve em uma memória de constituição da língua e do sujeito no processo de colonização e constituição do Estado. Assim, o sujeito nesse espaço, ao nandaiar em suas festividades, coloca-se em resistência à memória institucional, aquela que produz efeito de estabilidade, na constituição de Mato Grosso, silenciando, desse modo, os sentidos outros marcado por uma memória de resistência. Portanto, pela resistência ser ideológica, e a ideologia produz efeito de evidência, a resistência se marca no furo, na falha, na quebra do ritual (PÊCHEUX, 2014a), marca-se porque a resistência é ideológica, e mesmo “dançando” conforme se manda, o indígena faz isso ao seu modo, ou seja, “nandaiando”.

A resistência se mostra no discurso dominante marcado pelas fissuras da memória da língua Tupi em funcionamento na palavra Nandaia, assim como da memória indígena no nandaiar, mesmo que inconscientemente, pois é por meio dessas frestas, furos, desmaios, disjunções e instabilidades, dados pela não transparência da língua(gem) que os sentidos que resistem, se alojam (PÊCHEUX, 2014a), e assim marcam o sujeito e o espaço mato-grossense.

Vemos pelo ato de nandaiar, ditado pelo padre vigário, o funcionamento de um discurso que não se repete apenas, ao fazer isso, marca-se enquanto uma ordem pelas formas verbais no imperativo ao ensinar. Tratando-se de ensinar, Orlandi (2011, p. 17) afirma que, “mais do que informar, explicar, influenciar ou mesmo persuadir, ensinar aparece como *inculcar*”, isto é, o mesmo que “imprimir uma coisa no espírito ou na mente de alguém: inculcar uma verdade; inculcar uma ideologia na população” (DICIO²⁵, 2021). Nessa direção, a inculcação se caracteriza “através de vários fatores próprios ao discurso e que fazem parte da ordem em que vivemos” (ORLANDI, 2011, p. 17), no caso, o processo de colonização, marcado por uma imposição cultural e ideológica.

Vejamos:

Põe essa perna
Se não servir essa
Põe essa outra
Passa por cima da moça
Rodeia, rodeia, rodeia
Fica de joelhos
Põe a mão na cintura
Pra fazer mesura
Palma, palma, palma
Pé, pé, pé

Pelas formas verbais “põe”, “passa”, “rodeia” e “fica”, temos acesso a um discurso de imposição, de ordem produzido pelo modo verbal imperativo. Nessa direção, vemos o funcionamento de um discurso pedagógico colonial marcado pelo autoritarismo, típico do discurso *pedagógico autoritário* definido por Orlandi (2011), pois

No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na *polissemia contida* (o exagero é a ordem no sentido em que se diz “isso é uma ordem”, em que o sujeito passa a instrumento de comando). Esse discurso recusa outra forma de ser que não a linguagem. (ORLANDI, 2011, p. 15-16).

Portanto, vemos pela narratividade a memória de um discurso pedagógico de colonização, uma vez que pelo processo catequização indígena e gramatização de sua língua pelos jesuítas, vemos funcionar sentidos de localização dos sujeitos mato-grossense no espaço. Isso se marca na maneira como a narratividade da canção Nandaia que coloca em

²⁵ INCULCAR. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/inculcar/>>. 15/03/2021.

funcionamento esses sentidos, tanto de uma memória da língua indígena e colonial, quanto de saberes linguísticos marcado pela gramatização jesuítica das línguas indígenas, pois sabemos que:

A gramatização efetuadas pelos jesuítas representa um passo no processo de tradução, de adaptação e de conversão dos sentidos pertinentes à cultura indígena aos sentidos constitutivos da cultura europeia e cristã. O que se tem aqui é um trabalho que se realiza na ordem da língua, cujos efeitos produzem ressignificações, inclusões e exclusões de sentidos na ordem do próprio discurso indígena (MARIANI, 2004, p. 96)

A narratividade da canção Nandaia marca a língua, o sujeito e o espaço à uma memória colonial – marcada pelo processo de sujeição dos nativos da nova terra à cultura europeia e cristã. Assim, vemos, conforme diz Mariani (2004), por meio desses acontecimentos, uma instabilidade nos sentidos, nas cadeias de significações, ressignificando distintamente pelo que se marca nas fissuras postas pela memória da língua indígena e, também, pela estabilização do discurso e da língua do dominador, ao instituir uma língua, que, mais tarde, torna-se a língua brasileira pelo modo que se historiciza e se constitui/constitui no território nacional.

3.4 O Espetáculo Nandaia e o efeito de contradição e evidência do/no espaço

Não que a palavra seja imperfeita e esteja, em face do visível, num déficit que em vão se esforçaria por recuperar. São irreduzíveis uma ao outro: por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. (FOUCAULT, 2000, p. 12).

A partir da posição de Foucault (2000), na epígrafe, em relação a possibilidade de leitura em relação à diversidade do nosso material (verbal, imagético, sonoro) que propomos um olhar para a narratividade do “Espetáculo Nandaia”. Ao tomar a palavra nandaia em seu funcionamento, além de observar a sua constituição e seu modo de significar o sujeito e o espaço, também, pela palavra, compreendemos seus efeitos em outros materiais como o espetáculo que produz um efeito na relação com outros discursos – principalmente ao discurso institucional, observado na segunda seção – do/sobre o espaço e o sujeito mato-grossense.

Nesse momento, queremos ver, por meio daquilo que compreendemos como narratividade (ORLANDI, 2018), o que se coloca em funcionamento pelo “Espetáculo Nandaia”. Trata-se de um espetáculo artístico do grupo cultural mato-grossense “Flor Ribeirinha”, enquanto uma narrativa que mostra o modo de significar do sujeito ao se inscrever nas diversas memórias de constituição em que o sujeito mato-grossense se inscreve para significar a si e o espaço: seja por meio de uma memória da língua indígena, de Nandaia, ou de uma memória de colonização, ou, até mesmo, uma memória institucional, que coloca o processo de territorialização (constituição) do Estado em relação ao discurso de nacionalidade.

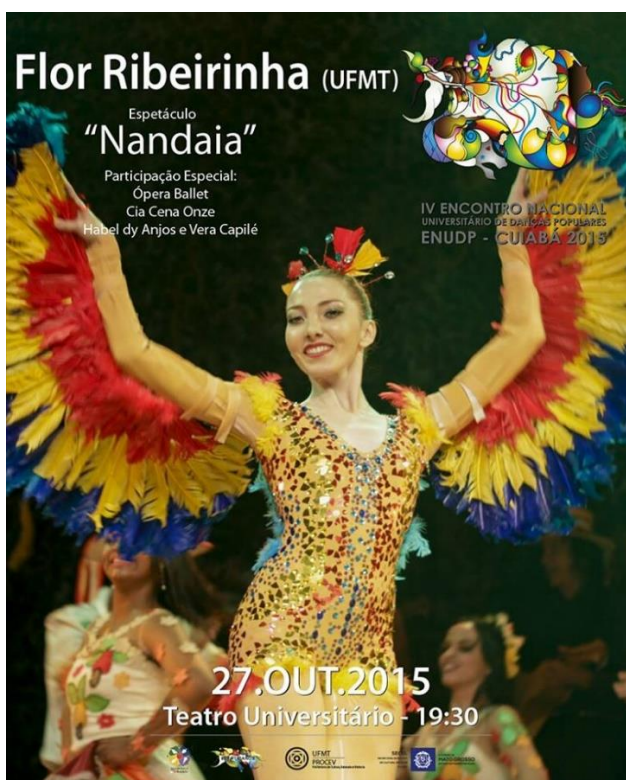


Figura 8: Panfleto do **Espetáculo Nandaia**: Flor Ribeirinha. **FONTE:** <https://images.app.goo.gl/mTKgvhk8usmFza4K7>.

Em relação ao Espetáculo Nandaia, a direção da Associação Cultural Flor Ribeirinha, em seu *site*²⁶ oficial, comenta:

É um espetáculo dirigido, sobretudo para a população mato-grossense em homenagem às manifestações tradicionais do nosso povo, pretendendo interagir com a sociedade através da história e vivência da cultura popular. Em apoio ao grupo Flor Ribeirinha, o espetáculo Nandaia contou com a participação especial do Ópera Ballet, Companhia Cena Onze de Teatro, das Cantoras Vera & Zuleika e Trio Brasilis. Conforme o conhecimento dos

²⁶ Disponível em <<http://www.florribeirinha.com.br/Home/Pagina?nomePagina=Nandaia>>. Acesso em 15/01/2021.

ribeirinhos, o nome Nandaia significa “pássaro” e vem de origem indígena. A Nandaia é mais conhecida como uma composição musical de siriri que se tornou hino para o folclore cuiabano. A música que dá nome a este espetáculo é utilizada principalmente no repasse do conhecimento popular, por meio do canto e da dança regional que vem atravessando gerações. E é neste contexto que o espetáculo homenageia as várias expressões da cultura popular mato-grossense como o Chorado de Vila Bela, Os Mascarados de Poconé, a Religiosidade, o Rasqueado, o Cururu, o Siriri e personagens da cuiabania como Maria Taquara, entre outros. Uma das novidades a serem apresentadas é o novo figurino do Flor Ribeirinha que conta com a intervenção do Artista Plástico Adriano Figueiredo. Um espetáculo de vida e cores! Este trabalho apresenta uma perspectiva inovadora e valoriza a nossa produção artística, visando o conhecimento e o reconhecimento da nossa cultura no cenário nacional e internacional. Por este motivo, o espetáculo Nandaia, nesta primeira temporada, teve como objetivo arrecadar fundos para que o grupo Flor Ribeirinha pudesse consolidar o convite de representar o Brasil em Festivais Internacionais de Folclore na Itália em 2015 (ASSOCIAÇÃO CULTURAL FLOR RIBEIRINHA, 2015).

Pela própria denominação de “espetáculo”, vemos que se trata de uma mostra, de uma exposição pensada, trabalhada, no caso, para levar às pessoas a divulgação da história e cultura do Estado de Mato Grosso. O nome dado ao espetáculo também não é trivial, Nandaia não se trata apenas da letra de uma canção passada de geração em geração, ou apenas uma palavra típica da região: Nandaia atualiza a memória da história e do processo de territorialização do Estado, enquanto um espaço brasileiro. No Estado de Mato Grosso, Nandaia coloca em funcionamento uma memória da língua no processo de constituição do sujeito e do espaço, nisso confronta com a memória arquivada no Hino oficial do Estado, ambos se colocam em oposição para dizer do processo de constituição do sujeito no espaço. Nesse processo, cada um diz de um modo, marcando o espaço de ser e estar. Portanto, a palavra Nandaia, ao fazer funcionar sentidos ao Estado, podemos observar o modo que a memória discursiva se entrelaça, confronta/diverge, ou, até mesmo se unifica, a uma memória institucional de Mato Grosso, aquela instituída pela memória de arquivo, aquela cravada nos documentos institucionais, como os símbolos e Hino oficial do Estado.

Nandaia, ao se instituir em um acontecimento – seja em uma canção, na nomeação de espetáculo, na voz e nos pés de um grupo folclórico, em uma roda de viola de cocho, de cururu e siriri, ou até mesmo na sala de aula, em brincadeiras de rodas, nas apresentações de crianças nas creches em datas comemorativas – coloca em funcionamento elementos culturais que sustentam a constituição do Estado, muitas vezes apagados por meio do burocratismo do discurso institucional, principalmente:

A música que dá nome a este espetáculo é utilizada principalmente no repasse do conhecimento popular, por meio do canto e da dança regional que vem atravessando gerações. E é neste contexto que o espetáculo homenageia as várias expressões da cultura popular mato-grossense como o Chorado de Vila Bela, Os Mascarados de Poconé, a Religiosidade, o Rasqueado, o Cururu, o Siriri e personagens da cuiabania como Maria Taquara, entre outros. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL FLOR RIBEIRINHA, 2015).

Desse modo, Nandaia é uma voz com muitas falas, não diz apenas de sua constituição e memória indígena, mas significa no espaço mato-grossense pelo próprio gesto de resistência na relação com o discurso institucional. Nessa direção, Nandaia é uma voz que soa em muitas toadas, é a voz dos silenciados, dos que ainda resistem a um discurso institucional, como: o chorado²⁷, a dança do congo²⁸, o rasqueado²⁹, o lambadão³⁰, os mascarados³¹, o cururu, o siriri e muitos outros.

²⁷ “A dança do Chorado é apresentada apenas por mulheres. Com vestimentas coloridas, as mulheres entoam cantos tradicionais africanos e da região e ainda equilibram sobre as cabeças garrafas da mais tradicional bebida feita na cidade, o Kanjinjim. Segundo a tradição, as escravas dançavam para agradar os senhores, para que estes não castigassem duramente os escravos.” (MATO GROSSO, 2010). Disponível em <<http://www.cultura.mt.gov.br/-/tradicao-e-preservacao-da-cultura-sao-marcas-da-festanca-de-vila-bela-da-santissima-trindade>>. Acesso em 05/03/2021.

²⁸ “Na encenação, reis e embaixadores representados por dois reinos travam uma luta dramatizada na disputa pelo poder. Em Mato Grosso, a dança surgiu com a vinda de escravos para a primeira Capital, Vila Bela. A dança manifesta ainda a resistência dos negros que ficaram no município mesmo com a transferência da Capital para Cuiabá.” (MATO GROSSO, 2010). Disponível em <<http://www.cultura.mt.gov.br/-/tradicao-e-preservacao-da-cultura-sao-marcas-da-festanca-de-vila-bela-da-santissima-trindade>>. Acesso em 05/03/2021.

²⁹ “Em Mato Grosso, a expressão musical Rasqueado Cuiabano tem origem em fins do século XIX, com influência do período pós-guerra do Paraguai. Os paraguaios remanescentes da Guerra começaram a se integrar junto com os ribeirinhos mato-grossenses para o convívio do dia a dia. Nessa interação de simbioses práticas, a viola-de-cocho e o violão paraguaio começaram a tocar uma nova música, mistura de siriri mato-grossense e polca paraguaia. O novo ritmo surgiu para a exaltação da volta à vida e para sepultar as lágrimas do grande conflito que determinou o rumo da história latino-americana. A fusão dessas duas danças resultou numa terceira: o pré-rasqueado. O pré-rasqueado limitou-se aos acordes de siriri/cururu, devido ao seu desenvolvimento na viola-de-cocho, nos chamados Tchinfrens (bailes de quissassa), onde as formas de dançar receberam diversas designações como: liso, crespo, rebuça-e-tchuça... para mais tarde participar das festas juninas, carnaval ou qualquer exaltação festeira dos ribeirinhos. (PORTAL MATO GROSSO, 2011). Disponível em <<https://portalmatogrosso.com.br/o-rasqueado-cuiabano/>>. Acesso em 12/04/2021.

³⁰ “O lambadão cuiabano (conhecido como lambadão) é um estilo de música e dança característico da baixada cuiabana, especialmente nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, no estado brasileiro de Mato Grosso. Trata-se de um ritmo rápido e característico da periferia, que sofre com o preconceito, especialmente contra as versões mais sexualizadas da dança. Segundo o pesquisador musical Dewis Caldas, trata-se de uma síntese da lambada paraense com a herança do rasqueado. O gênero teve seu primeiro “boom” na década de 90, quando bandas de rasqueado passaram a se dedicar a ele quase que exclusivamente e criaram um movimentado mercado de shows nos bairros da periferia. Suíngado e acelerado, o ritmo geralmente é acompanhado por letras românticas ou jocosas. Apesar de ainda sofrer um bloqueio fora da periferia, já foi incorporado pela cultura local.” (COISA DE MATO GROSSO, 2013). Disponível em <<http://www.coisasdematogrosso.com.br/mato-grosso/cultura/exibir.asp?id=9&item=LAMBAD%C3O>>. Acesso em 07/03/2021.

³¹ “A dança dos Mascarados é uma manifestação folclórica realizada na cidade Poconé, no Mato Grosso. Sua origem está associada a uma miscigenação das tradições indígena, africana e europeia. Essa tradição presta louvor a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário.” (GSHOW, 2016). Disponível em <<http://glo.bo/1ov4AHZ>>. Acesso em 03/03/2021.

Pelo discurso, podemos compreender, por meio de diferentes materialidades discursivas que compõem o espetáculo Nandaia, a narratividade sobre o sujeito e o Estado de Mato Grosso, pois “importa a materialidade significativa nas relações que ela permite, no modo pela qual ela propicia a ancoragem simbólica do sujeito em seus processos de identificação” (LAGAZZI, 2011, p. 401). Portanto, ao ler a narratividade do espetáculo sobre o espaço mato-grossense, observamos os sentidos como “[...] efeito de um trabalho simbólico sobre a cadeia significativa, na história. Materialidades preñes de serem significadas. Materialidade que compreendo como *o modo significativo pelo qual o sentido se formula*” (Ibid.) (grifos da autora) para dizer do lugar de constituição do sujeito por sua memória(s) de constituição.

Para nossa discussão, recortamos a abertura do Espetáculo Nandaia, disponível no *site YouTube*³², por uma expectadora, pois no *site* oficial do grupo de dança são apresentadas apenas imagens do espetáculo. O vídeo do Espetáculo Nandaia, disponível publicamente, foi o único que encontramos em uma busca na rede. O Espetáculo trata-se de uma performance de caráter clássico, em que entram em cena a história de Mato Grosso, recontada a partir de um discurso institucional, marcada na abertura com uma performance de canto do Hino mato-grossense na voz de um indígena, em meio aos passos de balé clássico e sincrônico das nandaia (os pássaros), cercadas pelos bandeirantes fortemente armados. É nesse cenário que acontece o espetáculo, a narratividade nos leva a pensar a instituição do sujeito e do espaço mato-grossense pela história

Para efeito de análise, dividimos o espetáculo em uma sequência de fotogramas. O espetáculo inicia-se com um som suave de flauta e cantos de pássaros. Em meio a esse som suave, que lembra muito o som da natureza inabitada pelo progresso humano, surgem diversos indígenas encenando uma performance de caça.

³² (ESPETÁCULO NANDAIA, 2015). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU>. Acesso em 14/02/2021.



Figura 9: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.

O sujeito indígena e o espaço de encenação configuram-se em um só. O som suave da flauta e o conto dos pássaros, logo inauguram a entrada das nandaias, nandaiando em torno dos indígenas, abraçando-os, acolhendo-os.



Figura 10: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 11: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 12: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no YouTube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.

Após a saudação das nandaias aos indígenas, eles saem de cena, permanecendo as nandaias em uma explosão de cores e suavidade na performance. Entrelaçam-se de forma sincrônica e delicada entre si, em um movimento de erudição em respeito ao espaço de dança: entre o balé clássico e o nandaia.



Figura 13: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 14: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 15: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 16: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 17: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.

Na sequência, no meio das nandaia, surge um indígena cantando o Hino do Estado de Mato Grosso. Conforme o que é cantado, vai sendo apresentada uma narratividade em relação ao sujeito e o espaço mato-grossense, como os “heroicos” e “destemidos” bandeirantes na “conquista” (ou melhor, tomada) do território, que entram em cena fortemente armados entre os indígenas e as nandaia, colocando-os reunidos ao centro como se estivessem encurralando-os.



Figura 18: Espetáculo Nandaia - Flor Ribeirinha: FONTE:
<http://www.florribeirinha.com.br/Home/Pagina?nomePagina=Nandaia>



Figura 19: Espetáculo Nandaia - Flor Ribeirinha: FONTE:
<http://www.florribeirinha.com.br/Home/Pagina?nomePagina=Nandaia>

Nesse ponto da narrativa, o indígena em meio as Nandaias, inscreve os sentidos à uma memória indígena que, pelo que se constitui na narratividade, produz um efeito de resistência no espaço, pois, os sentidos constituídos pelas imagens do espetáculo, resistem a um discurso dominador e institucional. Porém, o indígena, ao levantar a voz nesse espaço e cantar o Hino mato-grossense, em que narra a exaltação da figura do Bandeirante, a repressão dos nativos e violência contra eles, ressignifica esse espaço, ao tomar o discurso do outro para si, contradizendo-se com seu próprio lugar de resistência. Essa questão se marca, pois:

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significados estabilizados, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações de sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações (PÊCHEUX, 2015, p. 51)

Nessa relação o efeito de resistência se marca no funcionamento da falha e da contradição, ou seja, pelo equívoco na e da língua. O equívoco já é a produção de sentido, trata-se da inscrição da língua, sujeita a falhas e rupturas, na história, produzindo, assim, o equívoco, marcado pelo funcionamento da ideologia no sujeito, pelo real da língua e pelo real da história. Portanto, o equívoco é a falha da língua na história (GADET; PÊCHEUX, 2010).

Segundo Orlandi (2012, p. 203):

A falha é o lugar do possível. Daí a contradição: o que se agrega é o que torna possível a ruptura do processo de individuação, de identificação, na confluência na falha do estado no processo de individuação e da falha da ideologia no processo de identificação do sujeito à formação discursiva. (ORLANDI, 2012, p. 203).

O indígena, no Espetáculo Nandaia, por si só se marca em uma memória de resistência por meio de sua imagem ao se colocar em relação ao europeu (colonizador x colonizado). Falamos de posições sujeito assumidas no discurso do mato-grossense pelo que funciona no espetáculo, que, ao encenar um discurso institucional pelo Hino do Estado, dado por uma memória institucional, reafirma a valentia do outro (colonizador), ao mesmo tempo também inscreve-se a uma memória de colonização para significar. Assim, pela contradição, marca o sujeito e o espaço por uma memória política de constituição do sujeito em Mato Grosso.

[...]

Que o valor de imortais bandeirantes
Conquistou ao feroz Paiaguá!

Salve, terra de amor,

Terra de ouro,

Que sonhara Moreira Cabral!

[...] (HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1983)

O discurso institucional estabiliza os dizeres marcados pela memória institucional, ao mesmo tempo, silencia os sentidos de constituição marcados pelo processo de colonização. Orlandi (2020, p. 513), ao falar sobre a memória institucional, afirma que se trata daquilo “[...] que não se deve esquecer, faz parte da inserção do sujeito em uma formação social, uma cultura. E é assim que afeta a relação do sujeito com aquilo que, na sociedade, se deve lembrar”, “é a memória necessária ao Estado e às instituições que administram nossa relação com o memorável, com o normativo, com o estabilizado, enquanto sujeitos sociais” (Ibidem). Nesse processo, a voz do Estado ecoa tão alto e tão forte que faz a própria vítima, o nativo (o dominado), exaltar seus agressores (o dominador), concordando-se com a voz do Estado, demonstrando respeito e solenidade aos seus acusadores, efeito do discurso jurídico-institucional.

A narratividade do espetáculo sobre o indígena, coloca-o em identificação ao discurso institucional, contraidentificando-se, assim, com sua memória de constituição, aquela que ainda se marca nas frestas e nos furos do discurso, tomado enquanto resistência. Segundo Althusser (1985) “a resistência das classes exploradas pode encontrar o meio e a ocasião de expressar-se neles, utilizando as contradições existentes ou conquistando pela luta posições de combate”,

desse modo, podemos dizer que é possível voltar “a arma da ideologia contra as classes de poder”. (Ibid., p. 50-51)

A fronteira discursiva que marca o sujeito e o espaço mato-grossense, apresenta-se sempre em movência, em um desequilíbrio, marcada pela contradição dos fatos e dos sentidos; desse modo, os sujeitos constituem-se por um jogo de memória que reluta em sobreviver e resistir. E pelo efeito que se contrapõe ao produzir uma identificação para o sujeito é que se constitui um sujeito e um espaço singular, marcando, portanto, o que é ser mato-grossense no território nacional, ou seja, aquele que se constitui na relação discursiva de uma memória indígena e colonial (sempre em movência: submeter, assujeitar e resistir), silenciada por um discurso institucional. Esse funcionamento se marca, pois:

[...] o espaço [...], trabalhado discursivamente pela produção sócio-histórica de enunciados inscritos em diferentes regiões da memória discursiva funciona para nós, analistas, como metáfora e sintoma do confronto entre posições de sujeito diferentes, a partir das quais se produzem os processos de identificação que constituem o(s) sujeito(s) das práticas. (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 247).

Nessa direção, perguntamo-nos, quem é o mato-grossense? Quem é o mato-grossense, se não aquele que se inscreve na história, nas formações discursivas de colonização e de dominação e que, ao mesmo tempo, se joga na resistência ao inscrever seu discurso a uma memória da língua indígena ao cantar e dançar nandaia? É nesse terreno ambíguo, de contradições e resistência que o sujeito se inscreve para se constituir, a si e o espaço, significar e ressignificar enquanto um sujeito brasileiro e mato-grossense.

Esse jogo discursivo marcado pelo discurso de colonização, mostra-se fortemente na narratividade do espetáculo na parte final da abertura, em que o discurso do colonizador silencia a voz da resistência, porém não apaga, ela sobrevive na imagem do indígena e em seu nandaiair – esse efeito se marca pelo discurso institucional do Hino do Estado na voz do indígena e a entrada dos bandeirantes, fortemente armados, no espetáculo; e, na sequência, colocar os nativos e as nandaia, e seu nandaiair, em vigilância ao centro, encurralando-os. Observa-se na sequência dos fotogramas do espetáculo que segue:



Figura 20: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 21: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 22: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 23: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 24: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
 FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.



Figura 25: Espetáculo Nandaia. Imagem do vídeo disponível no Youtube.
 FONTE: https://www.youtube.com/watch?v=uSA-YzQJ_YU. Acesso em 14/02/2021.

A partir do Espetáculo Nandaia, vemos funcionar o modo como o sujeito mato-grossense se marca no espaço discursivo, assim como seu processo de identificação ao se inscrever em sua memória de constituição subjetiva; ou melhor, em suas memórias (plural) de constituição: uma inscrita em uma memória indígena, que resiste ao discurso dominador; a outra, inscrita a uma memória de colonização, marcada, principalmente, pelo discurso institucional do Estado. Pois, pelo caráter do nosso material e sua materialidade significativa, a narratividade do espetáculo sobre o sujeito e o espaço de Mato Grosso, mostrou que:

A imagem e suas discursividades são afetadas pela memória discursiva, essa que se constitui pelo esquecimento, recai sobre a formulação, ressaltando que quando nos referimos à formulação, estamos considerando tanto a formulação da própria imagem, quanto a formulação do dizer sobre ela. E, ainda, o fato de a memória poder ser atualizada justamente pelas discursividades da imagem visto a possibilidade de a imagem funcionar como um operador de memória, como assinala Pêcheux (1999) ao retomar Davallon (1999). (COSTA, 2014, p. 104).

Vemos que o Espetáculo Nandaia se marca em um lugar de identificação e desidentificação por meio daquilo que se institui na narratividade, por encontros de memórias discursivas distintas no mesmo espaço, deslocando o sujeito em seu processo de se repetir os acontecimentos históricos e resistir. Essa característica marca o lugar da heterogeneidade no discurso do sujeito mato-grossense, marca-se na sujeição e na resistência pelo que se fura na materialidade discursiva. Observamos que a heterogeneidade do discurso do sujeito nesse espaço somente é possível porque há, nesse espaço, um encontro, um contato de memórias de constituição que o sujeito inscreve, levando os sentidos, logo, o sujeito e o espaço, a se reorganizar.

Sabemos, com Indursky (2001), que o sujeito pode se colocar em um lugar de contradição entre duas formações discursivas, ou duas, ou mais, memória de constituição. Desse modo, o sujeito constitui-se pela heterogeneidade discursiva marcada no espaço ao se inscrever no interdiscurso, diz do processo de historicização do sujeito no espaço. Segundo a autora,

o estudo da heterogeneidade permite apreender tanto o contato entre Formações Discursivas diferentes e suas respectivas formas-sujeito, quanto o contato entre posições-sujeito, inscritas na mesma Formação Discursiva, mas igualmente diversas, o que implica a concepção de uma Formação Discursiva heterogênea, em que o mesmo convive com a diferença e a divergência, dando origem à contradição (INDURSKY, 2001, p. 28).

É, portanto, nessa relação de constituição heterogênea que o sujeito no Estado de Mato Grosso se mostra e significa pela contradição, pois diz da forma que se constitui discursivamente nesse espaço e na história, e isso se marca na língua(gem) ao estabelecer relações de pertencimento e identificação ao se marcar na(s) memória(s) de constituição. Assim, pela presença da contradição na narratividade sobre o sujeito no espaço mato-grossense, temos acesso aos sentidos que o constituíram/constituem, marcando-o um modo de dizer e não outro.

A partir do que é colocado, podemos compreender o lugar de significação do mato-grossense, pois inscreve em memórias discursivas distintas para marca seu lugar de constituição

– há uma reorganização e estabilização de sentido ao assumir uma posição-sujeito. Desse modo, vemos que há um “jogo complexo de relações de contradição-desigualdade-subordinação numa dada formação social, as ideologias [...] são espaço também de transformação das relações sociais” (SCHONS; MITTMANN, 2009, p. 297). Desse modo, observamos em nossas análises que “a contradição não resulta do contraste de homogeneidades antagônicas. Portanto, é mais interessante pensar a fronteira não como delimitação de espaço predeterminado, mas como lugar de conflito, onde jogam forças, o que resulta em lugar de movências.” (Ibid. 2010, p. 92). Assim, é pelo que se contradiz na narratividade no/do discurso do sujeito mato-grossense, sua posição-sujeito em um espaço heterogêneo, pelo que funciona no Espetáculo Nandaia, que o sujeito diz de si, do seu espaço de constituição e seu lugar de (des)identificação no território brasileiro enquanto mato-grossense, pelo que diz na movimentação das posições sujeito funcionando em nossos materiais, marcando o espaço discursivo, a partir de sua constituição histórica e ideológica na produção de sentido.

Por fim, podemos dizer que, tratando-se de ideologia, pode ser entendida como a “raia”, bem lembrado pelas autoras Schons e Mittmann (2009), “termo empregado por Pêcheux (1990a), dos limites tensos e móveis das fronteiras discursivas em que se dá a constituição de sentidos e a identificação do sujeito nas suas diferentes formas de movimentação” (Ibid., p. 304). É nessa relação que sentidos, sujeito e espaço se constituem no Estado de Mato Grosso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar uma história única tira a complexidade de nossa história, de nossas histórias. Em uma história, há muitas e, portanto, há sentidos que não confinam mas que partem em muitas e variadas direções. Não são diferentes versões de uma história: são os diferentes sentidos de muitas histórias possíveis. Relacionar-se pois com um acontecimento [...] é relacionar-se com muitas, múltiplas histórias. (ORLANDI, 2011, p. 103).

Retomamos a epígrafe que abre este trabalho para tecer algumas considerações conclusivas (ou inconclusivas) desta pesquisa. Ao ouvir a história de um povo e seu lugar no mundo, apesar de parecer, à primeira vista, uma tarefa fácil, quando observamos de perto nos deparamos com o inesperado, o diferente, o outro – com as muitas histórias que foram silenciadas, apagadas, mas continuam provocando versões, incomodando, (re)significando o sujeito e o seu espaço de ser e estar. É nessa posição que buscamos ouvir a(s) história(s) do Estado de Mato Grosso – *os fatos e os acontecimentos* – e compreender os sentidos, o sujeito e seu espaço de constituição: não como diferentes versões da história, mas pelos diferentes sentidos das muitas possíveis histórias.

Diante dessa questão, para alcançar nosso objetivo, nos propusemos analisar documentos que falassem da história do Estado. Materiais que colocam os sentidos, o sujeito e o espaço de Mato Grosso em um mesmo movimento, com o objetivo de quebrar o efeito de evidência, seja dos sentidos, do sujeito e do espaço (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2003, 2011). Portanto, propusemos a leitura, de um lado, do funcionamento de um discurso institucional com documentos oficiais do Estado de Mato Grosso, como a Bandeira, o Brasão das Forças Armadas e o Hino, e, por outro lado, de um discurso popular: a pichação, a canção “Nandaia” e o “Espetáculo Nandaia”, tomados como uma narratividade popular, a partir da memória de constituição da língua e do sujeito nesse espaço mato-grossense.

Diante dos documentos que compõem nosso arquivo de leitura, nomeamos como uma espinha dorsal que sustenta (nordeia) nossa pesquisa: *dizeres e sentidos que significam e espacializam o sujeito no Estado de Mato Grosso*. Por meio dessa questão, com a análise do arquivo, tivemos acesso a um lugar de constituição, subjetivação e fronteira do que, imaginariamente, é ser mato-grossense e ser brasileiro nesse espaço. Ou seja, *como o sujeito se (re)significa nesse espaço ao se constituir em um discurso institucional e/ou em um discurso popular?* Vimos, com nossas análises, que o sujeito se constitui nesse espaço com a ideia (o saber) que se inscreve em uma memória de colonização, seja para reafirmar os sentidos de nacionalidade, de pertencimento ao Estado brasileiro, ao que chamamos de “nós” nacional; seja

pela produção de sentidos de resistência ao se inscrever numa memória da língua indígena, do nativo, da nandaia. Desse modo, ao ler o material, observamos uma relação constante com o processo de colonização, mas por tomadas de posição distintas: ora pelo discurso institucional, os sentidos condoreiros, nacionalistas, postos pela identificação a uma imposição cultural colonial; ora, por um discurso popular, marcado pela resistência ao discurso de dominação – trata-se de uma voz quase imperceptível, mas que incessantemente (insistentemente) ecoa e insiste em nosso material.

Pela análise dos símbolos oficiais do Estado Mato Grosso (segunda seção), pudemos ver a constituição dos sentidos, do sujeito e do espaço pelo processo de repetição, pois se instituem pela paráfrase, por exemplo: quando a bandeira do Estado busca elementos na bandeira do Brasil para se instituir; ou quando busca no brasão das forças armadas de São Paulo, Estado que mantém uma estreita relação, marcado pelo próprio processo de territorialização, pelos bandeirantes paulistas, para formar o seu brasão das forças armadas. Vimos, por esse processo de repetição, uma tentativa do novo Estado em estabelecer sentidos de pertencimentos ao território brasileiro – há uma tentativa de se juntar ao nós nacional, efeito do discurso institucional, unidade de nação. Assim como acontece, também, ao se relacionar, por meio da repetição, com o Estado paulista, pelo brasão das forças armadas. Mato Grosso, nessa relação, apresenta-se como um Estado que é conduzido, subordinado ao Estado de São Paulo; já este, institui-se enquanto um Estado que não é conduzido, ele conduz (parafraseando os ditos em latim do brasão), inclusive o Estado de Mato Grosso. Desse modo, o sujeito e o espaço, significam-se pelos sentidos de continuidade: seja de Brasil, pelo efeito de unificação da nação, pelo discurso institucional; ou seja por uma exploração colonial, não mais de Portugal, mas de São Paulo.

Na mesma seção, ao compreender o que se coloca em funcionamento pela narratividade do Hino mato-grossense, pudemos dar voz a um discurso institucional, que ao dizer do sujeito e do espaço, silencia um outro, o nativo – este por não ser considerado herói pela narratividade institucional. Pelo contrário, coloca em funcionamento um discurso dominante que produz efeitos ao dizer dos sentidos (nacionais e de colonização), dos sujeitos, do espaço e sobre a constituição deles por um discurso institucional do/no Estado: trata-se de um efeito de engrandecimento da colonização; coloca o bandeirante como o grande herói no processo de conquista e territorialização do Estado – sempre a serviço do colonizador português, pois não media esforços, nem força física para dominar os nativos, conquistar terras e explorar as riquezas. Portanto, nesse caso, o espaço mato-grossense é concebido pelo enquadramento de um discurso institucional, aquele que se marca na memória de arquivo, e

pelo lugar de constituição do dizer no interdiscurso, memória discursiva, estruturado pelo esquecimento, mas que, pela materialidade discursiva, pelos furos e opacidade da língua(gem) não cansa de se inscrever nos fatos e acontecimentos históricos determinando, apagando e silenciando sentidos para o sujeito e seu espaço de constituição.

Na terceira seção, quando propusemos analisar o discurso popular de tradição oral, lendo a palavra e a canção “Nandaia”, assim como o “Espetáculo Nandaia”, pudemos observar uma inscrição no discurso colonial, pela memória da língua indígena (Tupi) – vimos um lugar de resistência nesse espaço ao colocar em funcionamento a relação *colonizador x colonizado* enquanto lugar de constituição do sujeito e do espaço mato-grossense. É nessa inscrição na memória da língua indígena que o sujeito deixa de falar pela voz do outro sobre si (discurso institucional do Estado), e passa a falar de si por si mesmo, na sua própria língua (pela palavra *nandaia*), na sua forma de significar o ser e estar no espaço (o lugar de *nandaia*/dançar).

Pelo que pudemos observar em nossas análises, o espaço é determinado pelo movimento de uma fronteira discursiva, pois marca o sujeito mato-grossense à sua memória de constituição, em que ele significa por um lugar de entremeio, entre duas memórias que se inscrevem para se posicionar e significar: a memória institucional, marcado pelo discurso do Estado, e a memória de constituição, marcada pelo processo de colonização, na forma do discurso popular. Ou seja, nesse espaço, o sujeito, ao tomar posição, inscreve-se em um lugar descrito pelo Estado, a um discurso institucional; e, também, de resistência, ao se inscrever em uma memória de constituição colonial. “Tratando da constituição do sujeito na sua relação com o português [pelo processo de colonização], afirmo (E. Orlandi, 1990) que ‘é no espaço da diferença que o sujeito se constitui’” (ORLANDI, 2003, p. 10). Segundo Orlandi (2003), é o modo de como se dá essa diferença na atualidade que o sujeito se marca, pois “[...] no espaço da diferença, é o virtual que se põe, atualmente, como essa diferença que constitui o sujeito em sua realidade, em sua propriedade, em sua individualidade” (Ibidem, p. 10). Portanto, “trata-se de pensarem os seus processos de subjetivação, seus modos de individualização através dos mecanismos institucionais e de socialização pelos quais são afetados” (ORLANDI, 2003, p. 10).

O discurso do dominador (colonizador) e do dominado (colonizado), na materialidade discursiva do nosso material, marcado por uma memória de constituição do sujeito e do espaço mato-grossense, determina modos de significar. Nessa relação, os sentidos se marcam concomitantemente em um espaço de sujeição e resistência ao se inscrever nessas memórias (do colonizador e do colonizado): um, o discurso dominador, marcado por uma memória colonial, por um discurso pedagógico ao ensinar o ato de *nandaia*, assim como o próprio gesto

que se repete constantemente na canção (Rodeia, rodeia, rodeia / Palma, palma, palma / Pé, pé, pé) marcado pelo gesto de comando a todos nandaia. O outro, o efeito do discurso do dominado, do colonizado, marca-se ao inscrever-se em uma memória indígena que produz gestos de resistência, pois nesse espaço não se dança pela memória da língua do dominador, mas se nandaia pela memória da língua do dominado, mesmo fazendo isso aos passos ditados pelo discurso do dominador (o colonizador), pois não há ritual sem brecha.

É nessa relação, que estamos delineando até o momento, que o mato-grossense significa e se significa no/para o espaço. Tratam-se de relações complexas e contraditórias entre a memória, a história e o acontecimento – entre o colonizador português; os bandeirantes; os indígenas e os mato-grossenses – que comportam um modo múltiplo e contraditório de ser sujeito nesse espaço. Por isso, quando colocamos o “Espetáculo Nandaia” em análise, pudemos ver o modo que essas memórias, histórias e acontecimentos se fazem presentes: marcam os sentidos, o sujeito e o espaço pela contradição ao tomar posição discursiva – trata-se de um espaço plural e heterogêneo, ou seja: *de dizeres e sentidos que significam e espacializam o sujeito no Estado de Mato Grosso.*

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, O. **Obras completas**. Volumes 6-7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- ALENCAR, J. Iracema. In **Ministério da cultura / Fundação Biblioteca Nacional / Departamento Nacional do Livro**. (pdf) Rio de Janeiro, 1865.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, ed. 2ª, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. ed. 7. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ARAÚJO, O. M. C. M. **Nas raias de Mato Grosso**: o discurso de constituição da fronteira. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP. 2000.
- BINDANDI, W. M. **Tombamento do centro histórico de Cáceres-MT: espaço de (re)significação e identificação do/para o morador**. Welliton Martins Bindandi. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.
- BORGES, L. C.; A instituição de línguas gerais no Brasil. In ORLANDI, Eni P. (Org.); **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e a construção da língua nacional**. Pontes: Campinas-SP; Cáceres-MT: Unemat editora, 2001.
- BRUST, V. T. B; PETRI, V.. O que quer, o que pode um discurso? O que quer, o que pode esta foto? In **RUA** [online]. 2013, no. 19. Volume 1 - ISSN 1413-2109 Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>
- COSTA, G. C.; Uma imagem e suas discursividades: memória, sujeito e interpretação. In **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Editora RG, v 34, 2014.
- DIAS, C. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- FARACO, C. A. **História do português**. Coleção: Linguística para o ensino superior. São Paulo: Parábola, 2019.
- FILHO, D. P.; **Muitas línguas, uma língua**: a trajetória do português brasileiro. José Olympio: Rio de Janeiro, 2017.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. ed. 8ª. Martins Fontes: São Paulo, 2000.

- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GADET, F; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes, 2010.
- GARCIA, Flávio. Símbolos Oficiais do Estado de Mato Grosso. In: **Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso**. 2011. Disponível em <<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/simbolos-oficiais-do-estado/visualizar>>. Acesso em 03/07/2021.
- GREGOLIN, M. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In **Comunicação, Mídia e Consumo**. Vol. 4., n. 11, p. 11-25. São Paulo: América do Norte, 2008.
- GUIMARÃES, E. R. J. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. **Língua e cidadania. O português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- GUIMARÃES, E. R. J. Política de Línguas na Linguística Brasileira - Da abertura dos cursos de Letras ao Estruturalismo. In ORLANDI, Eni P. (org.) **Política Linguística no Brasil**. Pontes: São Paulo, 2007.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paul: Contexto, 2002.
- HAESBAERT, R. Território, cultura e desterritorialização. In ROSENDAHL, Z.; CORREA, R L. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- INDURSKY, F. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In ERNST-PEREIRA, A.; FUNCK, S. B. **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas: Educat, 2001.
- INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas Discursivas e identitárias. Sujeito & Língua**. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008.
- KALIL, L. Cururu e siriri: o resgate de duas tradições que colorem Mato Grosso. In **NOSSA: história de todos nós**. Cuiabá: 2008. Disponível em <<https://www.uol.com.br/nossa/viagem/noticias/2008/09/04/cururu-e-siriri-o-resgate-de-duas-tradicoes-que-colorem-mato-grosso.htm>>. Acesso em 22/09/2020.

- KARIM, T. M. **Dos nomes à história - o processo constitutivo de um estado**: Mato Grosso. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas-SP. 2012.
- KARIM, T. M. Mato Grosso: de descrição a nome - um percurso enunciativo. *In: Línguas e Instrumentos Linguísticos* – nº 32 – Campinas-SP. 2013. Disponível em <<http://www.revistalinguas.com/edicao32/artigo4.pdf>>.
- LACAN, J. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. *In J. Lacan, Escritos* (pp. 238-324). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1998.
- LAGAZZI, S. Linha de Passe: a materialidade significante em análise. *In RUA* [online]. n. 16. v. 2. Portal Labeurb, 2010, p. 172 – 182.
- LANGER, J. O mito do Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI). *In Revista de História*. 136. FFLCH-USP. 1997. (p. 25-40) Disponível em <file:///D:/Downloads/18809-Texto%20do%20artigo-22340-1-10-20120523.pdf> .
- LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.
- LE MOS, M. **Entre espaços, sujeitos e línguas**: a produção da fronteira em Dionísio Cerqueira-SC, Barracão-PR (Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina) nos relatos de viagens. Tese de doutorado defendida no Departamento de Linguística do IEL/UNICAMP, sob orientação da Profa. Dra. Carolina M. Rodríguez Zuccolillo, em 2019.
- MARIANI, B. S. C. O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Campinas: **Tese de Doutorado apresentada no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas**. Unicamp, 1996.
- MARIANI, B. S. C. Políticas de Colonização Lingüística. *In Revista do programa de pós-graduação em letras*. n. 27, PPGL/UFMS. 2003.
- MARIANI, B. S. C. **Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas: Pontes, 2004.
- MATO GROSSO. História. *In: Governo do Estado de Mato Grosso*. Disponível em <<http://www.mt.gov.br/historia>. Acesso em 03/12/2020>. Acesso 15/02/2021.
- MITTMANN, S. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. *In Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. v. 6 - n. 1 - p. 85 - 101 - jan./jun. 2010.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 2002.

- NOGUEIRA, P. C. F. **História de Mato Grosso**: dos primeiros tempos à atualidade. Defanti Editora, 2008.
- NUNES, J. H. **O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários**. Revista Alfa, São Paulo, 52 (1): 81-100, 2008.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. ed. 3. São Paulo: Pontes, 2010a.
- ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In **Rua**. Campinas: SP 1995. (p. 35-47)
- ORLANDI, E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, p. 53-59, jan./mar. 1994.
- ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. In: **Escritos: linguagem, cidade, política, sociedade** – Contextos epistemológicos da análise de Discurso, nº 04, LABEURB – NUDECRI – UNICAMP, 1999.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. ed. 5. São Paulo: Cortes; São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi**. Entrevista concedida a Raquel Goulart Barreto. TEIAS: Rio de Janeiro, nº 13-14, 2006.
- ORLANDI, E. P. Prefácio. In: ORLANDI, Eni P. (Org.) **Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas**. Campinas: Editora RG, 2011.
- ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. ed. 2. Campinas, SP: Pontes Editores. 2017.
- ORLANDI, E. P. Historicidade, indivíduo e sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MIITTMAN, Solange. **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. ed.1ª. São Carlos: Claraluz. p. 13-28, 2009.
- ORLANDI, E. P. “Apresentação”. In: (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora. p. 7-20, 2001.
- ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, ed. 1ª, 2002.
- ORLANDI, E. P. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes. 2004.
- ORLANDI, E. P. língua brasileira. In **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 29-30, June 2005. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13/01/2021.

- ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6.ed. Campinas: Pontes, 2011.
- ORLANDI, E. P. Nota introdutória à tradução brasileira. In **Materialidade discursivas**. CONEIN, B... (et al.). Campinas-SP: UNICAMP, 2016.
- ORLANDI, E. P. Práticas sociais de fabricação de memória. In **RUA** [online]. Volume 26, número 2 – p. 511-527 – e-ISSN 2179-9911 – Novembro/2020.
- ORLANDI, E. P. Ler a cidade: arquivo e memória. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Campinas, Nudecri-UNICAMP/Pontes/CNPq, 2003.
- ORLANDI, E. P. Polissemia. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Campinas, Nudecri-UNICAMP/Pontes/CNPq, 2003.
- ORLANDI, E. P. **Língua Brasileira e Outras Histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.
- ORLANDI, E. P.. A Fundação de um Estado: Cidade de São Salvador, Brasil. In: Guimarães e Zoppi-Fontana (orgs.). **Cadernos de Estudos Linguísticos 53(2)**. Campinas-SP. 2011.
- ORLANDI, E. P. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pouso alegre. In: **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, on-line], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), v. 1. n.1. Pouso Alegre (MG), 2010b.
- PAYER, M. O. **Memória da língua**. Imigração e nacionalidade. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s.n.], 1999. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270700/1/Payer_MariaOnice_D.pdf>. Acesso em 21/12/2020.
- ORLANDI, E. P. Dimensões materna e nacional das línguas. In **Anais do SILEL**. v. 1. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/gt_lg20_artigo_4.pdf>. Acesso em 15/01/2021.
- ORLANDI, E. P. Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento. **Revista Organon**, IL/UFRGS, v. 17, nº. 35, 2003.
- ORLANDI, E. P. **Memória, língua, ensino**. n.a. Disponível em <<http://dmlm.fflch.usp.br/sites/dmlm.fflch.usp.br/files/Onice%20Payer.pdf>>. Acesso em 15/02/2021.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: conversa com Eni Orlandi. Entrevista concedida a Raquel Goulart Barreto. TEIAS: Rio de Janeiro. ano 7, nº 13-14, jan/dez 2006.

OVIEDO, J. Bandeira de Mato Grosso é um dos símbolos mais antigos do país. In: **Governo do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá-MT, 2016. Disponível em <<http://www.mt.gov.br/-/5285707-bandeira-de-mato-grosso-e-um-dos-simbolos-mais-antigos-do-pais>>. Acesso em 25/06/2021.

PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pucinelli Orlandi [et. al.]. ed. 3. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997a.

PÊCHEUX, M. **Delimitações, inversões, deslocamentos**. Cad. Estudos Linguísticos. Campinas, n. 19, p. 7-24, jun.-dez. 1990 [1982].

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. IN: ORLANDI, Eni Pucinelli (org.) [et al]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Trad. Bethania Mariani [et al]. 2 ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997b.

PÊCHEUX, Ml. "Ousar pensar e ousar se revoltar. **Ideologia, marxismo, luta de classes**. v. 1: Iss. 4. [1984] 2014b.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2015.

PÓVOAS, L. C. **História Geral de Mato Grosso**. Cuiabá, 1995.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Relações entre língua, espaço e tecnologias: a Biblioteca Virtual das Ciências da Linguagem no Brasil como artefato de leitura da cidade. In: **Artefatos de Leitura**. DIAS, Cristiane; COSTA, G.; BARBAI, M. A. (orgs). Campinas, SP: LABEURB/NUDECRI/Unicamp, 2020.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Discurso e Cidade: A Linguagem e a Construção da “Evidência do Mundo”. In: RODRIGUES, Eduardo A., SANTOS, Gabriel L. e CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia A. (org.). **Análise de Discurso: Pensando o Impensado Sempre**. Uma Homenagem a Eni Orlandi. Campinas, RG, 2011, p. 243-258.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Entre o Espaço e seus Habitantes. Notas sobre a Construção de um Glossário Discursivo da Cidade. In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Para uma Enciclopédia Discursiva da Cidade**. Campinas, Nudecric-UNICAMP/Pontes/CNPq, 2003, p. 65-83.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Nota sobre a noção de cultura e sua relação com a de civilização: O Ocidente como observatório das formas de vida social. In: **Fragmentum**, n. Especial, Jul./Dez. 2018.

SALLES, A. C. COSTA, G. Recortes e(m) análise: no movimento da narrativa cinematográfica. In: **RUA** [online]. nº. 22. Volume 2, p. 553 - 572 – ISSN 1413- 2109/2179-9911 - Junho/2016.

SCHONS, C. R.; MITTMANN, S. A contradição e (re)produção/transformação na e pela ideologia. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. C. L.; MIITTMAN, Solange. **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. ed. 1ª. São Carlos: Claraluz, 2009. (p. 295-304)

SEDEC/MT. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso**. Disponível em <<http://www.sedec.mt.gov.br/-/3026917-dancas-e-musicas?inheritRedirect=true>>. Acesso em 15/02/2021. Acesso 15/02/2021.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá-MT: Entrelinhas, 2002.

SIQUEIRA, E. M. **História de Mato Grosso**: Seleção de Conteúdo para o Concurso Público do Governo de Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

SILVA, D. J. A: (des)construção da identidade nacional. In **IV SEPEXLE: Seminário de Pesquisa e Extensão em Letras**. Universidade Estadual de Santa Cruz. 2012.

SCHNEIDERS, C. M. Do retorno ao arquivo à constituição do corpus e dos gestos de interpretação. In **Conexão Letras**. A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e desdobramentos. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande. n. 11, v. 09. Porto Alegre -RS, 2014.

ZOPPI-FONTANA, M. Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. In **Organon**, Porto Alegre, p. 245-282, 2003.

ZOPPI-FONTANA, M. “Equívocos da/na língua oficial”. In DIAS, C.; PETRI, V. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), p. 275-296, 2013.